

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**“Isso é coisa do meio ambiente”: a rede
agroecológica de mulheres agricultoras
(RAMA) e a construção de territórios na
Barra do Turvo, Vale do Ribeira, SP**

Natália Santos Lobo
2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE
JANEIRO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**“ISSO É COISA DO MEIO AMBIENTE”: A REDE
AGROECOLÓGICA DE MULHERES AGRICULTORAS (RAMA) E
A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS NA BARRA DO TURVO,
VALE DO RIBEIRA, SP**

NATÁLIA SANTOS LOBO

Sob a Orientação da Professora
Maria José Teixeira Carneiro

e Co-orientação da Professora
Rodica Weitzman

Dissertação submetida como
requisito parcial para
obtenção do grau de **Mestre
em Ciências Sociais**, no
Curso de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em
Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Abril de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S799

Santos Lobo, Natália, 1995 "Isso é coisa do meio ambiente": a rede agroecológica de mulheres agricultoras (RAMA) e a construção de territórios na Barra do Turvo, Vale do Ribeira, SP / Natália Santos Lobo. - Rio de Janeiro, 2024.
142 f.: il.

Orientadora: Maria José Teixeira Carneiro.

Coorientadora: Rodica Weitzman.

Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal

Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação De Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, 2024.

1. Economia Verde. 2. Agroecologia. 3. Comum. 4. Feminismo. I. Teixeira Carneiro, Maria José, 1950-, orient. II. Weitzman, Rodica, 1972-, coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação De Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade. IV. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

NATÁLIA SANTOS LOBO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 26/01/2024.

Prof.^a Dr.^a MARIA JOSE TEIXEIRA CARNEIRO (CPDA/UFRRJ) (Orientador)

Prof.^a Dr.^a FABRINA PONTES FURTADO (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a RODICA WEITZMAN (UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a ISABELLE HILLENKAMP



TQS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRA

FOLHA DE ASSINATURAS

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 2854/2024 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/02/2024 11:45)

FABRINA PONTES FURTADO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matricula: ###251#2

(Assinado digitalmente em 20/02/2024 14:17)

MARIA JOSE TEIXEIRA CARNEIRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matricula: ###61#6

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número: **2854**, ano: **2024**, tipo:
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, data de emissão: **20/02/2024** e o código de verificação: **1da94579bb**



TQS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRA

FOLHA DE ASSINATURAS

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 5472/2024 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/04/2024 05:23)

RODICA WEITZMAN
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.266-##

(Assinado digitalmente em 11/04/2024

15:27)
ISABELLE CLAUDINE BUSCAIL HILLENKAMP
ASSINANTE EXTERNO
Passaporte: ###V251#5

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 5472, ano: 2024, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: 02/04/2024 e o código de verificação: 721d8cc732

Não creio que, na maioria dos casos, nós realmente escolhemos o que importa para nós como trabalhadores intelectuais. Acho que, de alguma maneira, aceitamos o que fomos convocados a fazer. Há um sentido de convocação ética, intelectual e física em responder onde nos encontramos, com quem nos encontramos e o que descobrimos ser. Acho que essa é uma espécie de pergunta ética sobre responsividade em vez de escolha. Não se trata muito de escolha. Não me parece que sentamos e decidimos o que é importante. Acho que aceitamos de algum modo o que está acontecendo, e o método de trabalho é incansavelmente colaboracionista [...] Entendemos como reconhecer e construir “nós” como um método.

(Donna Haraway)

AGRADECIMENTOS

Às mulheres da RAMA, que há tantos anos me ensinam não só sobre agroecologia, mas principalmente sobre como fazer da vida um ato de resistência. Sobre se posicionar com o corpo em defesa do território e de uma vida que mereça ser vivida. Acho que nunca cansarei de me surpreender com a força e a determinação de vocês e como transmitem isso de forma tão amorosa e acolhedora. Estar junto de vocês para mim é um exercício de alteridade que contribuiu não só para eu realizar essa pesquisa, mas para me posicionar de outra maneira em relação à vida e aos outros. Não tenho como agradecer todas as acolhidas, os cafês, os pastéizinhos, os bailes, as risadas escandalosas nas reuniões e os áudios de zap desejando coisas boas. Aprendi o que de fato significa “colocar a vida no centro” com vocês. Nos momentos de bloqueio na escrita desse texto, retomar minhas anotações com as falas e colocações de vocês nos campos me ajudou a relembrar meu objetivo com isso aqui, todas as vezes.

Às minhas companheiras-amigas da SOF, da Marcha Mundial das Mulheres, do feminismo e da agroecologia, que constroem todos os dias um movimento vivo, diverso e sonhador. Viver com vocês há tanto tempo fez com que eu me tornasse uma pessoa muito mais esperançosa, que tem vontade de fazer coisas, não só falar sobre elas, e que acredita - e sente - que é sempre melhor fazer junto. Isso deixa a vida muito mais interessante. Ao internacionalismo da Marcha que abre nossa visão para a realidade das mulheres de todo o mundo, globalizando nossa indignação e nossa esperança na mesma proporção. Literalmente aprendi a olhar o mundo, interpretá-lo e transformá-lo com vocês. Com muita irreverência, sempre. Agradeço em especial às que trabalharam comigo no Vale por todos estes anos - seja na SOF, seja acompanhando o projeto GenGiBRe - com quem dividi as viagens, alojamentos e banhos de cachoeira durante os campos e com as quais conversei sobre os dados dessa pesquisa inúmeras vezes. As reflexões delas sobre a RAMA estão entranhadas nas minhas de uma forma tão profunda que não é exagero afirmar que esta pesquisa é delas também.

À minha família que sempre encorajou tanto minha autonomia e minhas decisões de uma forma profundamente amorosa. Decidir se dedicar aos estudos de forma comprometida tem tudo a ver com ter sido ensinada desde pequena que o conhecimento não serve para proporcionar algum tipo de ganho individual, mas sim, fundamentalmente, para atuar sobre o mundo. Quando o peso da escrita da dissertação se somou demais com os outros pesos da vida, foi na casa dos meus pais que eu encontrei alguns dias de descanso e apoio incondicional. Um privilégio tremendo.

Aos meus amigos e amigas. Comecei a fazer uma lista de nomes muitas vezes e em todas elas preferi parar no meio. Decidi que prefiro fazer um agradecimento geral à amizade. Escrevo isso pensando em uma entrevista com a Donna Haraway que eu li não me lembro onde - ainda bem que não precisa fazer citação na parte de agradecimentos - em que ela falava sobre construir modos de vida que colocam centralidade em outros tipos de laço social que não os ligados à família. É um desafio, mas é um ato muito transformador. Me sinto muito feliz de ter a amizade com tanta gente tão brilhante e amorosa como o centro da minha vida. As amigas da SOF, as do CPDA, as que já são da vida e eu nem sei dizer quando começaram, as que eu já morei e ainda moro junto, as da rede Esparrama, as da Marcha, dos outros espaços de militância, as da aula de dança, as de infância, as que só dá para encontrar as vezes... todas essas pessoas que sempre estão comigo oferecendo uma escuta e uma companhia generosa e amorosa. Nos últimos meses não sei se consegui oferecer o mesmo para todo mundo, e peço sinceras desculpas. Tô voltando e vou me esforçar, eu juro.

À Zezé e a Rodica, que acompanharam de forma interessada este trabalho de pesquisa desde o início. Agradeço demais os debates, sugestões e as muitas leituras cuidadosas e instigantes que fizeram do texto. Agradeço também à Fabrina e a Isabelle que acompanharam,

de uma forma ou de outra, essa pesquisa desde o início. A interlocução com vocês em tantos momentos, principalmente na qualificação, foi essencial para eu avançar na pesquisa com curiosidade, vontade e um pouquinho mais de firmeza. A todos os professores e professoras, técnicos e técnicas do CPDA, por todo o apoio durante estes meses. Ao Marco Toresin e à Marília Santana que me autorizaram usar suas lindas fotos da RAMA para ilustrar a pesquisa. Ao CNPQ pela bolsa concedida.

Em memória da Nalu, que me ensinou um monte de coisas, principalmente a escutar. Escutar cuidadosamente o que as pessoas querem dizer quando elas falam, escutar os silêncios na mesma medida que as palavras. Me ensinou também a ter autonomia e coragem, sem nunca perder a consciência de que somos sujeitos coletivos que falamos e fazemos as coisas por algo que está além de nós mesmas. Isso é uma responsabilidade enorme, mas você nos ensinou que não precisa ser um peso. Todas nós sentimos sua falta todo dia e também o imenso privilégio que foi conviver com você. Dizem que esse sentimento de privilégio uma hora fica maior que a saudade. Por enquanto ainda estamos esperando esse dia chegar.

RESUMO

LOBO, Natália Santos. **“Isso é coisa do meio ambiente”**: a rede agroecológica de mulheres agricultoras (RAMA) e a construção de territórios na Barra do Turvo, Vale do Ribeira, SP. 2023. 130p Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2024.

Esta pesquisa teve como objetivo compreender as lógicas de construção territorial e de relação com a natureza presente em dois tipos de articulações que se encontram na região da Barra do Turvo, no Vale do Ribeira, São Paulo: por um lado, a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo (RAMA) e, por outro, as políticas ambientais do Estado de São Paulo, junto das iniciativas de uma organização do terceiro setor que atua há tempos na região, a Iniciativa Verde. Para isso baseou-se em observação participante dos espaços coletivos da RAMA, realização de entrevistas com agricultoras da RAMA e com agentes da política ambiental da região e pesquisa documental. Verificou-se que há lógicas - ecológicas, econômicas e sociais - distintas em jogo na construção de territórios nesse local. No entanto, essas lógicas, por vezes, se sobrepõem e influenciam mutuamente. Este argumento é demonstrado principalmente através da análise da participação de um setor das mulheres da RAMA em projetos de Economia Verde na região. Ressalta-se o fato de que a RAMA demonstrou ter uma forma de construção territorial baseada na construção de um Comum que se apoia fundamentalmente na forma como as mulheres constroem uma forma própria de fazer agroecologia e que tem, em alguma medida, transformado também as relações sociais de gênero em que elas estão inseridas.

Palavras-chave: Economia Verde. Agroecologia. Comum. Feminismo.

ABSTRACT

LOBO, Natália Santos. **This is an ‘environment’ thing: The agroecological network of women farmers (RAMA) and the territories building in Barra do Turvo, Ribeira Valley, SP.** 2023. 130p. Dissertation (Master Science in Social Sciences). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2024.

The aim of this research was to understand the logics of territorial construction and the relationship with nature present in two types of organizations and networks located in the Barra do Turvo region, in the Ribeira Valley, São Paulo: on the one hand, the Barra do Turvo Agroecological Network of Women Farmers (RAMA) and, on the other, the environmental policies of the state of São Paulo, along with the initiatives of a third sector organization that has been active in the region, Iniciativa Verde. To do this, it relied on participant observation of RAMA's collective spaces, interviews with RAMA farmers and environmental policy agents in the region, and documentary research. It was found that there are different logics - ecological, economic and social - at play in the construction of territories in this location. However, these logics sometimes overlap and influence each other. This argument is demonstrated mainly through the analysis of the participation of a sector of RAMA women in Green Economy projects in the region. It should be noted that RAMA has demonstrated a form of territorial construction based on the construction of a Common that is fundamentally based on the way in which women build their own way of doing agroecology and which has, to some extent, also transformed the social gender relations in which they are inserted.

Key words: Green Economy. Agroecology. Common. Feminism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Estado de São Paulo	22
Figura 2 – Mapa do Vale do Ribeira	23
Figura 3 – O Mosaico das Unidades de Conservação do Jacupiranga	27
Figura 4 – Foto aérea do Bairro Bela Vista, onde há o grupo Esperança da RAMA	30
Figura 5 – Cartografia socioambiental feminista da RAMA realizada no âmbito do projeto GenGiBRe	40
Figura 6 – Mutirão da RAMA (março de 2023)	59
Figura 7 – Mutirão da RAMA (março de 2023)	60
Figura 8 – Reunião da RAMA pós-mutirão (março de 2023)	60
Figura 9– Reza antes do mutirão (março de 2023)	61
Figura 10 – Mapa da área de abrangência do PSA Juçara	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relações entre tipos de “socio naturezas” e dimensões de neoliberalização

70

Tabela 2 – Remuneração mensal que uma pessoa que cultiva 2ha de palmeira recebe durante todo o período do projeto 93

Tabela 3 – Uso do solo em relação à área e número de beneficiários 95

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

ANA Articulação Nacional de Agroecologia

APA Área de Proteção Ambiental

APP Área de Proteção Permanente

ATER Assistência Técnica e Extensão Rural

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento -

BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CETESB Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CIMI Conselho Indigenista Missionário

CONAQ Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CRA Cota de Reserva Ambiental

CRF Cota de Reserva Florestal

CSA Comunidade que Sustenta a Agricultura

DEPRN Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais

EAACONE Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras

Esparrama Grupos de Consumo Responsável que apoiam a RAMA

FUNAI Fundação Nacional dos Povos Indígenas

FUNBIO Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

GEE Gases de Efeito Estufa

GEF Global Environment Facility

GT Grupo de Trabalho

GT-PEJ Grupo de Trabalho Intersecretarial do Parque Estadual do Jacupiranga

IDESC Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ITESP Instituto de Terras de São Paulo

IUCN União Internacional para a Conservação da Natureza

MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário

MOAB Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira

MOJAC Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga

NDC Contribuição Nacionalmente Determinada

ONG Organização Não Governamental

ONU Organização das Nações Unidas

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PEJ Parque Estadual do Jacupiranga

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

DPMR Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas

PNATER Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Pnuma Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRMC Projeto de Recuperação de Matas Ciliares

PSA Pagamento por Serviços Ambientais

RAMA Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo

RDS Reserva de Desenvolvimento Sustentável

CRQ Comunidade Remanescente de Quilombo

REDD+ Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal

RESEX Reserva Extrativista

RL Reserva Legal

SAT Sistema Agrícola Tradicional

SIMA Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SOF Sempre Viva Organização Feminista

TCRA Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental

TNC The Nature Conservancy

UC Unidade de Conservação

UNESP Universidade Estadual Paulista

WRM World Rainforest Movement

WWF World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	1
1.1. ENTRE A ALTERIDADE E O PERTENCIMENTO	1
2. INTRODUÇÃO	6
3. REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DE PESQUISA E METODOLOGIA	10
4. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO: A POLÍTICA AMBIENTAL E SUA DIMENSÃO TERRITORIAL	16
5. O UNIVERSO DA PESQUISA	20
5.1. O MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO	20
5.2. OS TERRITÓRIOS DO VALE DO RIBEIRA	24
5.3. O MOJAC E A QUESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	27
6. REDES, MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES NO VALE DO RIBEIRA	32
6.1. A REDE AGROECOLÓGICA DE MULHERES AGRICULTORAS DA BARRA DO TURVO: UMA BREVE APRESENTAÇÃO	38
6.2. A ALTERNATIVA AGROECOLÓGICA FEMINISTA DA RAMA	53
7. BARRA DO TURVO: UM TERRITÓRIO COM VOCAÇÃO PARA A COMPENSAÇÃO AMBIENTAL?	62
7.1. CONSERVAÇÃO, MERCADO E ECONOMIA VERDE	64
7.2. UMA RADIOGRAFIA DOS PROJETOS	73
7.2.1. O CASO DO CONEXÃO MATA ATLÂNTICA	74
7.2.2. OS PROJETOS DA ECONOMIA VERDE NA BARRA DO TURVO	80
7.2.2.1. OS PROJETOS DA INICIATIVA VERDE	81
7.2.2.2. O PSA JUÇARA	91
8. CONFLITOS, CONCILIAÇÕES E A PERSPECTIVA FEMINISTA DO COMUM	96
9. CONCLUSÕES	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

1. APRESENTAÇÃO

1.1. ENTRE A ALTERIDADE E O PERTENCIMENTO

Essa é uma pesquisa que nasce de inquietações, reflexões e questões sociais que têm se apresentado a mim desde 2017, trabalhando como técnica da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e em relação com as mulheres da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) no município de Barra do Turvo, Vale do Ribeira. Foi observando a realidade em que elas vivem e se organizam, e atuando junto com elas sobre essa realidade, que apareceu a vontade de entender melhor a história ambiental desse lugar.

Na minha trajetória de estudos e militância feminista, muito antes de entrar no mestrado, conheci as elaborações de Donna Haraway (2009), Mies (1998), Harding (1991) e Collins (1990) acerca da epistemologia feminista. A partir deste momento, a minha forma de entender a pesquisa e a construção do conhecimento mudou radicalmente. Comecei a entender que a objetividade e o rigor necessários à ciência não precisam ser sinônimo de afastamento ou indiferença e que meu ponto de vista situado poderia ter lugar na construção de uma pesquisa.

Essas percepções foram crescendo durante o mestrado, e foram bastante validadas e encorajadas pela banca de qualificação, o que me levou a escrever essa apresentação para apresentar onde me situo nessa rede, para explicar de onde as inquietações da pesquisa vêm e para dizer de onde parte meu ponto de vista.

Para apresentar o percurso dessa pesquisa, é importante situar o percurso da minha história com o Vale do Ribeira. Em 2017, no último ano de graduação em agroecologia na Universidade Federal de São Carlos, realizei meu estágio obrigatório na Sempreviva Organização Feminista (SOF), uma organização ligada ao movimento feminista internacionalista Marcha Mundial das Mulheres, do qual sou militante, que trabalha com assessoria a grupos de mulheres urbanas e rurais em diversos temas.

Nesse ano, a organização havia finalizado recentemente a execução de um projeto de uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Agroecológica específica para mulheres. Nesse processo, a organização trabalhou com grupos de agricultoras agroecológicas de vários municípios da região do Vale do Ribeira. Mesmo com o fim da política de ATER, em 2016, foi possível continuar trabalhando com alguns grupos, como o do município de Barra do Turvo. Em 2019, esse grupo se autointitulou Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turva, a RAMA.

Então, desde 2017, mas com mais presença a partir de 2019 – quando passei a compor a equipe técnica da organização - tenho trabalhado e convivido de diversas maneiras com as mulheres da RAMA: auxiliando-as na construção da rede solidária de comercialização junto à Rede de Grupos de Consumo Responsável da Grande São Paulo (Esparrama); acompanhando as reuniões e mutirões de trabalho dos grupos, onde há os intercâmbios de saberes, mudas e sementes; participando da construção da rede comunitária de comunicação do grupo As Perobas; acompanhando-as nas vindas à São Paulo para participar de reuniões e manifestações políticas; viajando com elas para outros lugares do Vale do Ribeira e do Brasil para intercâmbios e cursos de formação ou indo à Brasília para a Marcha das Margaridas.

Desde o início dessa relação, as mulheres sempre falaram muito sobre como a política ambiental praticada no território era violenta em relação a elas. Quase todas as mulheres da RAMA tem alguma história para contar quando o assunto é esse: de multas ambientais e apreensão de ferramentas de trabalho a ameaças por parte da polícia ambiental, até os casos mais graves de mulheres que tiveram membros de suas famílias presos por estarem fazendo roça em áreas que pensavam lhes pertencer, mas que, segundo os órgãos ambientais, eram “áreas de preservação”.

Quando contam essas histórias é muito raro que elas localizem exatamente o ator que praticou o ato: se foi algum técnico da Fundação Florestal que aplicou alguma multa, algum policial da polícia ambiental (que no estado de São Paulo faz parte da polícia militar e tem inclusive porte de armas) ou outra pessoa. Todos esses agentes entram no discurso delas, no guarda-chuva “o meio ambiente”. Então as histórias sempre são contadas mais ou menos assim: “aí o meio ambiente veio aqui e falou que não podia fazer”, “isso foi uma multa que o meio ambiente deu pra nós”, “eu sempre deixo o registro da motosserra aqui na cozinha, porque se o meio ambiente chega querendo pegar ela, eu já mostro”.

Ao mesmo tempo, o “meio ambiente” também é acionado para falar de projetos ambientais do terceiro setor, como por exemplo os projetos de reflorestamento e implantação de sistemas agroflorestais comandados pela Organização Não Governamental (ONG) Iniciativa Verde. Esse “meio ambiente” que aparece constantemente em nossas conversas tornou-se uma inquietação para mim. Ficava claro que essa categoria remetia à história do território: a sobreposição de várias Unidades de Conservação, a restrição sobre os modos de vida, as memórias de violência, a abundância de projetos de conservação e compensação ambiental - ações de reflorestamento e conservação que servem de lastro para compensar a exploração e desmatamento em outro lugar - que chegaram mais recentemente. Também

achava curioso como elas não localizam o trabalho delas como agricultoras agroecológicas como parte desse “meio ambiente”, apesar de reconhecerem em suas falas que “elas fazem bem para a terra”, que “cuidam dos animais e da água” e “não desmatam tudo” para fazer agricultura.

A partir disso me interessei em aprofundar o conhecimento sobre a história ambiental deste território e as diferentes narrativas envolvidas. A participação em espaços com outros movimentos sociais da região, como a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras (EAACONE) e a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) me trouxeram mais elementos interessantes sobre isso, como a luta histórica do Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB) que, nos anos 90, foi criado para lutar contra a instalação de usinas hidrelétricas e barragens no vale do Rio Ribeira de Iguape.

Desde então, as comunidades do Vale do Ribeira estiveram envolvidas em muitas lutas que envolvem “o meio ambiente” de certa maneira, como as lutas pela instalação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC) no lugar das Unidades de Conservação (UCs)¹ que restringiam muito mais duramente os modos de vida das comunidades até o início dos anos 2000. Além disso, foi nesse período, através da elaboração das comunidades locais junto a organizações que atuavam no território como a Cooperafloresta, a SOF, e os próprios movimentos de povos e comunidades tradicionais como a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), que as comunidades passaram a adotar a agroecologia como uma bandeira de luta que estava a serviço da sua permanência no território, através da afirmação de que a forma como as comunidades praticam a agricultura não tem impactos negativos para o meio ambiente.

Toda essa história será contada com mais detalhes no decorrer desta dissertação. Para essa parte, gostaria apenas de situar que foi através desses acontecimentos que o interesse gerador dessa pesquisa nasceu. Para concretizá-la, fiz reflexões sobre meu lugar como pesquisadora, uma vez que eu já estava, desde o início, totalmente implicada no território e com os sujeitos da pesquisa.

No entanto, se nos basearmos na proposta da epistemologia feminista de que a aproximação da objetividade se baseia em uma teoria dos “saberes localizados” (Haraway,

¹ A criação do MOJAC será explicada no terceiro capítulo dessa dissertação. Ela consistiu em um reordenamento territorial que diminui as áreas de Parque de Conservação com regras mais rígidas em relação à presença humana e instituiu mais áreas de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Reservas Extrativistas (Resex), no início dos anos 2000.

1995), somos levadas a ver que estar envolvida, fazer parte, estar em uma posição “interna” ao “objeto” de estudo, não significa necessariamente um obstáculo à pesquisa.

Como Haraway (1995) nos diz:

[...] a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais. A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. (HARAWAY, 1995, p. 21)

Assim, sem pretender abandonar a busca pela objetividade na produção científica, a autora elabora e defende a noção de “objetividade corporificada”, que consiste em afirmar que todo modo de conhecer, ainda que preze pela objetividade, é o modo possível de um determinado sujeito, que possui um determinado campo de visão específico (ou, dito de outra maneira, o modo possível para aquele corpo). Essa elaboração, que data de 1995, influenciou muitos estudos no campo do feminismo que a partir deste momento passaram a considerar a visão parcial como ponto de partida para a realização da pesquisa científica, como Collins (1998) e Harding (1996). Neste sentido, é possível afirmar que está em curso desde então um processo de construção de uma “outra ciência”, a partir do feminismo, que questiona bases importantes da forma de fazer ciência hegemônica neste período histórico.

Parto do pressuposto de que a forma particular de pensar o território, a conservação ecológica e a organização espacial de áreas de recuperação ambiental de todo sujeito - tanto os mais ligados ao Estado e às organizações conservacionistas quanto das agricultoras - são “saberes localizados”, neste sentido proposto por Haraway (1995). A autora situa este tipo de objetividade em contraposição à objetividade de uma visão “monocular” que tem sido sustentada historicamente pelo modo hegemônico de fazer ciência. Essa visão monocular sustenta a ideia de que poderia haver uma concepção única e verdadeira sobre a realidade.

A objetividade corporificada, quando conquistada, permite uma apreensão mais implicada na realidade, a partir de uma “conexão parcial”. A análise deste tipo de posição

também exige atenção: corre-se o perigo de se romantizar a visão do grupo subalterno ou “menos poderoso”, ou apropriar-se dela. É por isso que a autora ressalta que mesmo os posicionamentos dos grupos subalternos não estão isentos de avaliação crítica, porque não são perspectivas “inocentes”, além de serem muito potentes porque “são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo o conhecimento.” (HARAWAY, 1995, p.22-23)

Nesse sentido, a perspectiva do conhecimento situado se aproxima mais de uma visão objetiva e estaria contra tanto o relativismo quanto à totalização que seriam “truques de deus, prometendo igualmente e inteiramente, visão de toda parte de lugar nenhum” (HARAWAY, 1995, p. 25). Há de se reconhecer, portanto, que a visão - e por consequência, a interpretação da realidade - é sempre uma questão de “poder ver” que é formada pela história dos sujeitos, constatação que está por trás da frase provocativa da autora: “com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?” (HARAWAY, 1995, p. 25)

Assim, o percurso dessa pesquisa foi composto de eventos que só pude viver e saber por estar localizada em um lugar de muita proximidade em relação à parte dos sujeitos pesquisados: as agricultoras da RAMA. Consciente de que minha visão sobre a pesquisa é uma visão parcial e bastante específica, de relação até íntima com os sujeitos, essa posição foi aceita e valorizada por mim, sem abandonar um olhar de desconfiança e reavaliação crítica dos fenômenos que me foram ditos e mostrados.

2. INTRODUÇÃO

Dessas inquietações explicadas na Apresentação, nasceu o projeto de pesquisa o qual submeti para o processo seletivo no CPDA, que se intitulava “Agroecologia, economia verde e agricultoras agroecológicas: convivência e conflito no território do Vale do Ribeira”. Nele, as categorias Economia Verde e Agroecologia eram guias fundamentais do projeto de pesquisa.

A partir desta reflexão, me pareceu mais adequado não colocar tanta centralidade nestes conceitos a priori para formular a pergunta de pesquisa, mas sim concebê-la a partir das iniciativas concretas que acontecem no território. Neste sentido, o objetivo da pesquisa foi compreender as lógicas de construção territorial e de relação com a natureza presente em dois tipos de articulações que se encontram na região da Barra do Turvo, no Vale do Ribeira, São Paulo: por um lado, a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo (RAMA) e, por outro, as políticas ambientais do Estado de São Paulo, junto das iniciativas de uma organização do terceiro setor que atua há tempos na região, a Iniciativa Verde

Esses sujeitos (a política ambiental do Estado e a Iniciativa Verde) foram selecionados como sujeitos da pesquisa pela centralidade que mostraram ter durante o campo preliminar. É importante ressaltar, no entanto, que a pesquisa foi concebida a partir da minha relação com as agricultoras da RAMA e que, naturalmente, a profundidade empírica e analítica desenvolvida sobre esse sujeito é diferente quando comparada com os outros pesquisados (política ambiental do Estado e Iniciativa Verde). Com a RAMA desenvolvi uma abordagem de observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental baseadas na relação de anos com as mulheres que se iniciou antes do meu percurso de pesquisa, como técnica da Sempre Viva Organização Feminista, organização que trabalha com a RAMA desde 2015. Foi desenvolvida uma descrição bastante densa do modo de funcionamento da RAMA, de seus acordos políticos e de sua concepção própria da agroecologia. Esta descrição foi realizada com o intuito de demonstrar todos os aspectos em jogo na construção territorial diferenciada que este sujeito realiza. O foco foi buscar compreender a dinâmica deste grupo de sujeitos, tendo os momentos em que elas se encontram como locus privilegiado da observação. Isso representou ganhos pois permitiu compreender a dinâmica política e territorial que este sujeito coletivo constrói quando está reunido, mas também perdas. Uma destas perdas foi o fato de que privilegiar a observação do grupo de mulheres em detrimento das mulheres separadas em seu ambiente privado dificulta a compreensão das

relações sociais de gênero, uma vez que não me aprofundei sobre a relação delas com os homens, ou sobre os homens em si. É também por isso que as relações sociais de gênero não ganharam tanto espaço nesta pesquisa, ainda que tenha sido possível compreender alguns aspectos desta através de “causos” contados por elas, ou através da presença de alguns homens durante os campos da pesquisa. No entanto, ainda assim, nas sessões sobre a RAMA no capítulo 3, assim como no capítulo 5, desenvolvo algumas reflexões sobre a relação da prática política da RAMA com diversas verentes de feminismo, principalmente através dos aportes da Economia Feminista e do campo feminista no interior da Agroecologia.

Já em relação aos outros sujeitos da pesquisa (Iniciativa Verde e Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo), a abordagem foi baseada principalmente em entrevistas semiestruturadas e análise documental realizadas de forma mais pontual, com o intuito de responder as questões centrais que eu tinha sobre o papel desses sujeitos na construção territorial, sem conseguir se aproximar do grau de complexidade do sujeito que obtive com o caso RAMA. Para que a dinâmica sobre a política ambiental tivesse igual ênfase, seria necessário realizar uma pesquisa muito mais aprofundada e com outra pergunta de pesquisa, o que ultrapassa o fôlego de uma pesquisa de mestrado.

Quando as mulheres agricultoras contam sobre suas vidas cotidianas, sua forma de fazer agricultura, as restrições que sofrem e as contradições que enfrentam, normalmente os sujeitos que aparecem em sua narrativa são o Estado e organizações ambientalistas. No geral, tudo que chega a elas através de gestores de Unidades de Conservação, técnicos de organizações públicas e do terceiro setor, gestores públicos e outras pessoas que representam essas organizações é colocado sob o mesmo guarda-chuva: “isso é coisa do meio ambiente”.

Assim, busco compreender os processos de construção de território e relação entre os sujeitos sociais e a “natureza”, em disputa e/ou complementaridade na Barra do Turvo. Para isso, é preciso considerar o aspecto relacional desse problema de pesquisa: os processos em questão se concretizam a partir das diferentes posições sociais dos sujeitos pesquisados e suas distintas visões sobre os processos vividos. Esses sujeitos, por sua vez, estão em constante relação, o que impacta suas visões e escolhas, como será demonstrado no decorrer desse trabalho.

Para isso, mobilizo conhecimentos da ecologia política, da geografia, da antropologia, da economia feminista e da agroecologia, dentre outros campos. Para interpretar as diferenças entre as realidades colocadas na pesquisa, busquei compreender em que medida as iniciativas por parte de sujeitos diferentes (por um lado, a RAMA; por outro, o Estado e a

Iniciativa Verde) promovem a construção de uma relação mais mercantil ou uma relação mais pautada pelo Comum em relação aos seus territórios. Aqui, parte-se, além de outros autores, principalmente do acúmulo de Silvia Federici (2014) sobre o Comum², que coloca ênfase na coletivização da terra e do trabalho de reprodução feito pelas mulheres em diferentes momentos históricos.

A partir deste olhar, o trabalho coletivo na agricultura para autoconsumo, trocas e doações é afirmado como um exemplo de construção do Comum uma vez que, mesmo enfrentando desafios e contradições, resiste à dependência do mercado e do trabalho assalariado para a sustentabilidade da vida. A análise das formas econômicas não monetárias exercidas pela RAMA, como será visto adiante, pode ser realizada também através dos aportes da Economia Feminista e sua relação com a Economia Substantiva elaborada por Karl Polanyi (2012), que elaboram sobre as práticas econômicas que incorporem todas as atividades necessárias para a manutenção da vida nas análises econômicas. Desde pelo menos a virada do século, o “Comum” vem sendo afirmado como princípio político dos movimentos de luta contra o capitalismo em sua versão neoliberal (Dardot e Laval, 2017). Além de leituras feministas está cada vez mais consolidada uma literatura sobre o colonialismo e o debate racial nesta perspectiva (Wynter, 1971; Heynen, 2020; Woods, 2009). A perspectiva feminista do Comum nesta pesquisa é mobilizada no sentido de demonstrar que os conflitos socioambientais, na concepção de Acselrad (2004), podem, em alguns casos, serem compreendidos como conflitos entre experiências territoriais de expansão da mercantilização da natureza e experiências que afirmam o Comum como forma primordial de se relacionar com a natureza.

O texto que segue está organizado da seguinte forma: a seguir desta introdução, o capítulo 3 se dedica à reflexão epistemológica e metodológica da prática da pesquisa, explicitando as principais referências deste campo e quais foram os instrumentos de pesquisa utilizados; a seguir, o capítulo 4 traz uma contextualização sobre a dimensão territorial da questão ambiental, apresentando elementos importantes do debate ambiental e territorial contemporâneo e demonstrando como estes elementos foram aplicados no campo da pesquisa; o capítulo 5 apresenta o universo “físico” da pesquisa a partir da história ambiental do município de Barra do Turvo, dos territórios do Vale do Ribeira e do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga; o capítulo 6 descreve o histórico de surgimento e

² “Comuns” é um conceito chave nessa pesquisa. Nos baseamos fundamentalmente na concepção de Federici (2014) sobre o conceito, com o aporte de outras autoras do campo. A análise mais aprofundada sobre a experiência da RAMA na construção de Comuns está desenvolvida no último capítulo desta dissertação.

funcionamento de redes, movimentos e organizações ligados à agroecologia no Vale do Ribeira para depois se debruçar sobre a experiência específica da RAMA e as alternativas agroecológicas criada por estas mulheres; o capítulo 7 se dedica à discussão dos projetos de compensação ambiental, trazendo tanto uma discussão teórica sobre este tema quanto a apresentação dos projetos de compensação e Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) pesquisados nesta dissertação; o capítulo 8 se dedica a analisar como os projetos de compensação e PSA e o fazer agroecológico das mulheres convivem no território, e desenvolve uma reflexão teórica sobre os Comuns como uma lente para interpretar esta realidade. O capítulo 9, por fim, se dedica às principais conclusões deste trajeto de pesquisa.

3. REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DE PESQUISA E METODOLOGIA

Na ocasião da banca de qualificação dessa dissertação, Fabrina Furtado, professora do CPDA que compôs a banca, fez uma colocação sobre a pertinência de utilizar a ideia de “antropologia por demanda” da antropóloga argentina Rita Segato (2021) para fundamentar minhas escolhas no percurso da pesquisa. A elaboração da autora se relaciona com a minha escolha de objeto de pesquisa que foi - pelo menos parcialmente- definida em diálogo com os sujeitos da pesquisa.

Segato define a antropologia por demanda como uma prática disciplinar e um projeto alternativo que “se revela a partir da disponibilidade do antropólogo para ser interpelado por comunidades e povos que colocam a sua “demanda” e permitem, dessa forma, que a “ciência” obtenha um lugar e uma razão de ser no caminho do presente” (SEGATO, 2021, p. 11)

Me conectei profundamente com essa elaboração porque, em meus momentos de encontro com as mulheres da RAMA, as próprias mulheres trazem a necessidade de entender mais sobre os projetos de conservação e compensação ambiental que se instalaram e continuam se instalando no território. Entender a lógica, funcionamento e termos dos projetos é essencial para qualquer debate sobre eles e para fundamentar melhor as decisões sobre participar ou não dos mesmos, por exemplo.

A autora não é a primeira a pontuar a possibilidade de fazer ciência que responda às demandas sociais. Isso está profundamente elaborado na produção de autores do campo da pesquisa-ação como Borda (2012), em outras áreas do conhecimento, e na antropologia através de autores como Ingold (2019) e muitos outros. Não são novas na academia reflexões sobre o impacto social das pesquisas e o papel da alteridade - e consequentemente, da responsabilidade social - na pesquisa.

No entanto, Rita Segato (2021) advoga pela importância da antropologia por demanda como projeto específico, apesar de reconhecer que todo o projeto antropológico tem o potencial de atuar sobre os problemas sociais, através da potência que a relação de reflexividade e alteridade provoca. Ela coloca o fato de que, a partir dos anos 90, com a queda do Muro de Berlim e a transformação do paradigma da política para uma perspectiva mais centrada no reconhecimento das identidades, se tornou mais recorrente a recusa de comunidades a terem consigo “observadores”. Isso gera uma crise na disciplina que pode ser contornada ao menos parcialmente pelo paradigma da antropologia por demanda:

Antropologia sob demanda sugere que o nosso antigo “objeto” clássico seja quem nos interpele, nos diga o que espera de nós e nos demande a nossa

caixa de ferramentas para responder suas perguntas e contribuir com seu projeto histórico e nos solicitem interpretações e dados para construção de discursos que sustentem suas metas históricas de continuidade de inserção no mundo [...] Isso faz com que a antropologia por demanda seja uma antropologia “litigante”, emparelhada ao campo da justiça.

Antropologia interpelada, solicitada, demandada pelos povos que por um século já serviram de “objeto”. Isso faz com que se participe de disputas em dois campos: junto aos povos e do “movimento da sociedade” e da disputa epistêmica no interior da disciplina”. (SEGATO, 2021, p. 14, tradução nossa)

Isso tem relação com minha trajetória e envolvimento em projetos com essas mulheres há muitos anos, o que faz com que a “demanda” da antropologia por demanda tenha sido ouvida por mim há bastante tempo. Nesse sentido, os aspectos da pesquisa que se debruçam sobre como o Estado e as organizações do terceiro setor têm conformado a política ambiental deste território estão relacionados com a necessidade de responder a uma demanda das mulheres que são sujeitos da pesquisa, principalmente aquelas que vivem em territórios sob ameaça: a de saber por onde caminha o ordenamento do território, quais os interesses envolvidos nele, de onde vêm os projetos de compensação ambiental que chegam na vida das pessoas.

Esse pedido apareceu a mim de algumas formas. Primeiro, como um pedido explícito vindo de Nilce de Pontes, agricultora da RAMA e liderança quilombola. Nilce expressou, repetidas vezes, em conversas formais e informais, a necessidade de entender melhor os projetos de compensação ambiental que chegavam à região: são financiados por quem? Estão colocando o território em risco? O que realmente está envolvido neles?

Essas perguntas aparecem como dúvidas porque no geral os projetos não são explicados em profundidade para as comunidades e os contratos são longos e escritos em linguagem técnica. São apresentados pelos técnicos os aspectos mais importantes, as atividades que serão demandas das pessoas, mas não os pormenores de tudo.

A demanda de saber mais sobre os projetos também apareceu por mais mulheres da RAMA, além de Nilce, em uma roda de conversa que ocorreu como parte da visita de campo do curso de extensão “Mulheres em defesa do território-corpo-terra”³, em setembro de 2022. Nesta ocasião, estudantes e militantes de organizações sociais passaram 3 dias na Barra do Turvo conhecendo e dialogando com as mulheres da RAMA sobre conservação ambiental, economia verde e agroecologia. Nessa ocasião, houve uma roda de conversa com o tema “Ameaças ao território: quem está aparecendo no nosso território? o que está trazendo?” que

³ Curso de extensão realizado no ano de 2022, sob coordenação da Professora Doutora Fabrina Furtado e realizado pela Fundação Rosa Luxemburgo, Coletiva Diálogos Feministas, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA-UFRRJ), Instituto de Ciências Humanas e Sociais (UFRRJ), Licenciatura em Educação do Campo – UFRRJ e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

abordou a história do desenvolvimento do Vale do Ribeira, a histórica falta de apoio governamental às comunidades, as ameaças do extrativismo e as contradições dos programas de conservação ambiental.

As conversas sobre as contradições sobre os projetos de compensação nesta roda foram bastante motivadas pela fala de uma agricultora que, no ano de 2019, viajou com mais duas mulheres para o Acre, em um evento organizado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), World Rainforest Movement (WRM) e pela SOF, e apoiado pela Fundação Rosa Luxemburgo. Nesse encontro, as mulheres da RAMA conheceram mulheres acreanas que compartilharam suas experiências de enfrentamento aos projetos de REDD+ da região. A maior parte dessas mulheres enfrentou projetos que retiraram delas o direito de uso de seu próprio território, limitando muito as possibilidades de reprodução social das comunidades. Elas compartilharam o funcionamento desses projetos com as mulheres do Vale do Ribeira que voltaram de viagem indagando sobre a possível similaridade entre os projetos em curso em seus territórios e os do Acre e sobre o risco de que elas também começassem a ter seus direitos territoriais retirados pouco a pouco.

Na roda de conversa na Barra do Turvo em 2022 elas retomaram o que aprenderam dessa visita de 3 anos atrás, e comentaram sobre os projetos de reflorestamento para os quais trabalham hoje em dia. É importante pontuar que as percepções sobre esses projetos são distintas na RAMA: há mulheres que são contra e que, na roda de conversa, colocaram que trabalhar em projetos de compensação seria como “continuar sendo mão de obra escrava” para o sistema, por ser uma forma de “restaurar a natureza”, em condições precárias de trabalho, para possibilitar o “direito” de outros continuarem a destruí-la. Por outro lado, há mulheres que participam dos projetos – neste dia, inclusive, havia mulheres com a camiseta de um projeto na roda de conversa - e que trazem mais nuances para o debate, reforçando que eles significam uma importante fonte de renda para elas. Essa roda de conversa foi fundamental para o percurso dessa pesquisa pois me mostrou que, na vida concreta, o importante é compreender seu funcionamento, como eles se apropriam ou não do território, e o que eles representam para as pessoas em termos de ganho ou perda de autonomia. No fim, as decisões que as mulheres fazem sobre a participação ou não nestes projetos está atravessada de tensões e contradições porque há diversos elementos e perspectivas em jogo.

Por isso, essa conversa se apresentou como uma demanda de pesquisa para mim a partir de algumas questões que as agricultoras colocaram: os projetos de compensação ambiental na Barra do Turvo estão inseridos no mercado de carbono? São projetos de

REDD+? Servem à compensações internacionais? Estão compensando o que? Há contratos? Se sim, quais são as cláusulas? Representam restrições importante de uso e circulação do território? Para respondê-las, um peso relativamente grande foi dado à análise dos projetos e entrevistas com atores-chaves do Estado e da Iniciativa Verde, pois só através desta abordagem seria possível entender o funcionamento e concepção dos projetos.

No campo das análises documentais – que se debruçará sobre peças de comunicação, editais e relatórios de pesquisa dos órgãos ambientais - me inspiro, inicialmente, no trabalho de análise que Rodica Weitzman (2019) realizou em relação aos documentos produzidos pelas empresas do setor elétrico no âmbito da construção da usina hidrelétrica Tucuruí. O trabalho considera que a produção de documentos demonstra a construção de “tecnologias políticas” por parte do setor empresarial e, citando Cunha (2004), reconhece que os documentos são capazes de evidenciar “um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas - sujeitas à leitura e novas interpretações” (WEITZMAN, 2019, p. 292).

A análise documental é um instrumento importante nesta pesquisa pois é abundante a produção de documentos (em forma escrita e de vídeos) por parte dos agentes da política ambiental, e também sobre as mulheres agricultoras organizadas na RAMA. Sem pretender fazer uso do método de análise do discurso nem fazer uma análise exaustiva, me atentei às narrativas que emergem sobre a relação com a natureza nos documentos. Especificamente a análise dos editais de projetos do Conexão Mata Atlântica e PSA Juçara foi essencial para entender elementos concretos sobre estes como: o tempo de duração, forma de manejo dos ecossistemas exigida e demais cláusulas contratuais às quais as agricultoras estão submetidas.

Ainda sobre a pesquisa com os agentes da política ambiental, além da análise documental, foram realizadas entrevistas semidirigidas com atores-chave, quais sejam: i) o coordenador da ONG Iniciativa Verde ii) a coordenadora do projeto Conexão Mata Atlântica, servidora pública da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo (SIMA) e iii) a coordenadora do Programa Juçara, também servidora pública da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo (SIMA).

A investigação sobre a perspectiva das mulheres agricultoras da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo (RAMA) se baseou na observação participante dos espaços coletivos de organização da rede. Hoje a RAMA é composta por aproximadamente 70 mulheres, que se organizam em grupos nos bairros ou quilombos que residem. Ao todo, são 11 grupos que compõem esta rede, em nove bairros. A observação

participante foi realizada fundamentalmente em momentos em que o coletivo se encontra: os mutirões e reuniões mensais, os eventos do movimento quilombola e o Intercâmbio entre a RAMA e a Rede de Grupos de Consumo Responsável (Esparrama). A observação em espaços coletivos representou ganhos, pois permitiu compreender a dinâmica política e territorial que este sujeito coletivo constrói quando está reunido. No entanto, a falta de espaços de observação das mulheres em seu ambiente privado representou também perdas, principalmente a falta de aspectos mais aprofundados sobre as relações de gênero que estas mulheres estão inseridas em suas famílias e comunidades. É também por isso que as relações sociais de gênero não ganharam tanto espaço nesta pesquisa, ainda elementos sobre isso tenham aparecido na fala delas e em episódios específicos observados.

Além disso, realizei ainda entrevistas semiestruturadas com mulheres da RAMA que representavam importantes interlocutoras em relação à alguns assunto, como: 3 mulheres participantes do PSA Juçara, 3 mulheres participantes de projetos da organização Iniciativa Verde (2 das quais também participam do PSA Juçara), 2 mulheres que acompanham reuniões de um Reserva de Desenvolvimento Sustentável como representantes de suas comunidades; 1 mulher que é moradora antiga do bairro Bela Vista, um dos bairros que mais enfrentou conflitos com Unidades de Conservação do município; e Nilce de Pontes, por ser liderança do movimento quilombola a nível regional e nacional.

Essas informantes chave foram selecionadas por estarem especialmente envolvidas em esferas importantes da pesquisa. As entrevistas permitiram captar melhor a opinião dela sobre os projetos de Economia Verde e a forma específica como elas se inserem neles. Se deter sobre estas informantes obviamente possui alguns limites, pois a quantidade de pessoas envolvidas nos projetos é muito maior, e certamente há posições distintas entre elas. No entanto, foram entrevistas importantes para aprofundar um pouco a relação das mulheres da RAMA com esta realidade.

Perseguindo a teoria dos saberes localizados, a observação captou, dentre outras coisas, como os saberes e modos de vida das mulheres atuam na construção dos Comuns. Ela também ocorreu em alguns momentos de encontro das mulheres agricultoras da RAMA com agentes da política ambiental, como espaços de debates e encontros dos movimentos e organizações do território.

Como complemento importante dessa pesquisa há uma vasta produção científica e política sobre as mulheres da rede (HILLENKAMP, NOBRE; 2018; HILLENKAMP; LOBO, 2021; FRANCO, 2021; JANCZ *et al.*, 2018). Cabe ressaltar também que o percurso desta

pesquisa acompanha o desenvolvimento de uma pesquisa mais ampla: o projeto “Gengibre – Relação com a natureza e igualdade de gênero”. Uma contribuição à teoria crítica a partir de práticas e mobilizações feministas na agroecologia no Brasil”⁴, que têm se realizado tanto no Vale do Ribeira – através da SOF, mesma organização citada acima – quanto em municípios da Zona da Mata e do Leste de Minas Gerais.

É importante pontuar isto uma vez que, ainda que não haja um vínculo formal do ponto de vista do financiamento e da execução das pesquisas, o trabalho de campo de ambas as pesquisas está relacionado. Tanto os dados levantados durante os trabalhos de campo desta pesquisa de mestrado serão disponibilizados para o banco de dados do projeto Gengibre, quanto os dados levantados por outras pesquisadoras do projeto Gengibre foram disponibilizados para o uso nesta pesquisa⁵.

Os dados do projeto que foram utilizados nesta pesquisa foram especificamente: i) dados sobre o manejo agroecológico, relação com a natureza e sobre percepção das relações de gênero de 5 mulheres da RAMA que foram pesquisadas; ii) dados levantados durante a Cartografia Socioambiental Feminista realizada com a RAMA que abordou a percepção do coletivo sobre a situação socioambiental do território iii) entrevistas com atores-chave do território sobre o ordenamento das Unidades de Conservação e programas do Estado, com destaque para três gestores (a Coordenadora do projeto Conexão Mata Atlântica, o gestor de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável; outro gestor, de uma Área de Proteção Permanente, ambas inseridas no MOJAC).

⁴ Financiado pela Agência Nacional da Pesquisa da França (ANR) (projeto ANR-20-CE41-0002-01).

⁵ Os dados gerados pelo projeto Gengibre são principalmente dados qualitativos coletados através de metodologias de pesquisa-ação inseridas nos três “níveis” onde a pesquisa se insere: i) o espaço de trabalho e vida de cada agricultora e das relações, particularmente familiares e comunitárias, que o atravessam; ii) as redes e coletivos que as agricultoras compõem e sua inserção nos territórios; iii) escalas mais amplas (regional, nacional, até internacional) onde ocorrem debates e negociações que influem sobre os territórios (por exemplo, ação de empresas, de movimentos sociais e do Estado). Para saber mais sobre o projeto e seus aspectos metodológicos, é possível acessar o site: <https://gengibre.org/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

4. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO: A POLÍTICA AMBIENTAL E SUA DIMENSÃO TERRITORIAL

A relevância da realização desta pesquisa se justifica frente a cada vez mais inegável crise ambiental que enfrentamos. Para lidar com esta crise, são criadas saídas, soluções e políticas de diversos tipos. Grande parte dos movimentos sociais, por exemplo, pautam a necessidade de uma mudança sistêmica no modelo de produção, reprodução e consumo capitalista. É o que está por trás de slogans como “mudar o sistema, não o clima”, muito presentes nas manifestações de contra cúpulas do clima organizadas pelo movimento antiglobalização desde 2009.

Cada vez mais, movimentos pautam também a centralidade da luta contra o Racismo Ambiental, localizando o cerne da questão ambiental na forma colonial e racista de relação com a natureza própria do capitalismo, e visibilizando os impactos diferenciados que as populações negras, indígenas, quilombolas e mais empobrecidas sofrem frente à degradação ambiental, como a maior exposição ao lixo tóxico, à água contaminada, e maior suscetibilidade às destruições decorrentes de fenômenos climáticos extremos (CASTRO, 2022). Muitas agricultoras da própria RAMA demonstraram, durante essa pesquisa, estar sentindo os efeitos das mudanças do clima em seus territórios, pontuando que a época da chuva tem demorado cada vez mais para chegar; que os animais silvestres têm habitado cada vez mais suas roças, como resultado da perda de habitat; e que calores e frios intensos que destroem suas plantações são cada vez mais frequentes. Elas relacionam essas percepções com o que leem e ouvem nos meios de comunicação sobre as mudanças climáticas, e tem cada vez mais demonstrado uma consciência de que a forma como elas se relacionam com a natureza é menos impactante e mais harmônica com o entorno, ao contrário do modelo intensivo de agricultura.

Frente à essa situação, do lado de muitas empresas e organismos multilaterais, são criadas algumas propostas. Dentre estas, estão políticas de criação, ampliação e fortalecimento de Unidades de Conservação, como é o caso das diretrizes da Agenda 2030 da ONU, de colocar 30% das áreas marinhas e terrestres do mundo em regime de proteção ambiental⁶. Também são disseminados, cada vez mais, os projetos e ações no âmbito da chamada Economia Verde, como os mercados de carbono, que devem crescer após o

⁶ Para saber mais sobre as “Metas do Milênio”, ver: <https://www.cbd.int/article/draft-1-global-biodiversity-framework>; Acesso em: 12 nov. 2022.

fechamento do livro de regras no Acordo de Paris na COP26, em 2021, que regulamentou o mercado internacional de créditos de carbono.

No Brasil o debate sobre uma “transição ecológica” tem ganhado especial força atualmente, com o novo mandato de Luis Inácio Lula da Silva no governo federal que se iniciou em 2023. O Plano de Transição Ecológica já foi afirmado pelo governo como uma de suas agendas mais importantes, a ser desenvolvida em um esforço conjunto entre os ministérios⁷. Durante a Conferência “Ambição Brasileira: Infraestrutura e Transição Climática”, promovida pelo BNDES⁸, o assessor especial do Ministério da Fazenda, Rafael Dubeux, pontuou que essa agenda exigirá uma série de ações, sendo uma delas a criação de um mercado regulado de carbono.

O processo legal para a criação do mercado regulado de carbono no Brasil entrou em curso recentemente. A Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou por unanimidade, em outubro de 2023, o projeto de lei 412/2022, que cria o Sistema Brasileiro do Comércio de Emissões (SBCE) e regulamenta o mercado de carbono no país. Esse sistema foi desenhado seguindo o padrão *cap and trade*. Neste sistema, é instituído um limite máximo de emissões de gases de efeito estufa, de acordo com o compromisso nacional no Acordo de Paris. As empresas que têm obrigação de redução de emissões têm “cotas” de emissões atribuídas a elas. Aquelas que reduzirem as próprias emissões abaixo do seu respectivo total de cotas poderão vender a diferença para as que emitirem acima das cotas recebidas.

Essa regulamentação cria o mercado regulado de emissões no país, mas é importante lembrar que o mercado voluntário já opera no Brasil há bastante tempo. O mercado voluntário é baseado em trocas de créditos de carbono entre empresas que autodefinem de forma opcional as suas metas de emissão e precisam compensá-las quando extrapolam essas metas. Já no mercado regulado, são os governos que definem as metas de emissões das empresas. No projeto de lei 412/2022, a proposta é que o Brasil adote um “sistema misto” que envolva tanto o estabelecimento de metas de poluição para as empresas, quanto a criação de um mercado de licenças e créditos de poluição.

Ressaltamos aqui que, apesar deste mercado só ser criado agora, nos últimos anos - com destaque para o período do governo Bolsonaro - foram criadas leis e políticas que já

⁷ Para mais detalhes do Plano de Transição Ecológica, ver: https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/11/plano-verde-veja-detalhes-do-projeto-que-deve-ser-trunfo-de-lula-na-belgica.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1. Acesso em: 05 ago. 2023.

⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/crescimento-economico-tera-nova-dinamica-com-proposta-de-transicao-ecologica>. Acesso em: 05 ago. 2023.

consideram a existência de créditos de carbono em seus textos, como a Política Nacional de Mudanças Climáticas (PL 6539/2019 que alterou a lei nº12.187/2009), a reformulação do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e o Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119/2021). Isso mostra que já havia uma previsão de que este tipo de mercado seria regulado no Brasil, e criaram-se políticas de forma a se integrar neste mercado quando isso ocorresse.

O Plano de Transformação Ecológica também envolve iniciativas no campo da transição energética, da bioeconomia e da política em relação à biodiversidade do país. Em participação em um seminário sobre desenvolvimento sustentável em Pequim, em março de 2023, Tatiana Rosito, secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, argumentou que o Plano de Transformação Ecológica é fundamental para o novo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e para a agenda de cooperação internacional do Brasil, e que “O Brasil busca atualizar suas políticas e regulações para fazer parte das transformações das cadeias de produção em temas como hidrogênio verde, bioeconomia, veículos elétricos, renováveis, semicondutores, entre outras tecnologias”⁹. Não há um documento extenso sobre o Plano publicado pelo governo, mas, em evento de diálogo sobre o mesmo com movimentos sociais em novembro de 2023, o assessor especial do Ministério da Fazenda Rafael Dubeux colocou a ampliação de políticas de Pagamentos por Serviços Ambientais como um eixo importante deste¹⁰.

O conceito de “serviços ambientais” é central para essa pesquisa, uma vez que duas das iniciativas pesquisadas são justamente projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais. No geral, entende-se “serviços ambientais” como uma gama de atividades ou processos naturais, como a captura de gases de efeito estufa da atmosfera, a conservação da biodiversidade, a manutenção do ciclo hídrico e o cuidado com os cursos d’água, a conservação da beleza cênica, dentre outros. Os Pagamentos por Serviços Ambientais é definido na Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais (14119/21) do Brasil como “transação de natureza voluntária, mediante a qual um pagador de serviços ambientais transfere a um provedor desses serviços recursos financeiros ou outra forma de remuneração,

⁹

Disponível

em:

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/transicao-ecologica-e-reindustrializacao-verde-sa-o-prioridades-para-o-governo-ressalta-secretaria-da-fazenda>. Acesso em: 05 ago. 2023.

¹⁰Disponível

em:

<https://www.gov.br/mma/pt-br/marina-e-haddad-apresentam-plano-de-transformacao-ecologica-a-sociedade>. Acesso em 20 nov. 2023

nas condições acertadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes” (BRASIL, 2021, p. 1)

Todas essas políticas, quando concretizadas e implementadas, ganham forma em territórios concretos. O Vale do Ribeira é um exemplo de territórios como esses, com a presença de Unidades de Conservação, cada vez mais projetos de conservação ambiental e comunidades que têm modos de vida, trabalho e luta que se relacionam de forma íntima com seus territórios. Neste sentido, é relevante investigar as diferentes práticas de criação de território e de propostas políticas frente à crise socioambiental que ganham forma concreta a partir da ação de diversos atores, e compreender como a sobreposição e disputa entre estes projetos gera conflito ou convergências.

Nesse sentido, também problematizamos a noção de “crise” que, como demonstrou Furtado (2012), tem sido utilizada pelo discurso hegemônico para emplacar soluções prontas vindas de um “sujeito político anônimo”, ressaltando a urgência de dar respostas à situação ambiental, a partir de um imaginário de que “não há tempo a perder” que escanteia o fato de que esse é um problema político que, como todos, precisa ser tratado no campo do diálogo e do debate de ideias e projetos, como demonstra a literatura sobre conflitos socioambientais de autores como Acselrad (2004)¹¹

Nessa pesquisa, além da experiência da RAMA, serão abordadas três dessas iniciativas: O Conexão Mata Atlântica, projeto que não se desenvolve especificamente no município Barra do Turvo mas que abrange o Vale do Ribeira e se consolidou como uma das maiores políticas de Pagamentos por Serviços Ambientais do estado de São Paulo; os projetos da ONG Iniciativa Verde; e o programa PSA Juçara da Fundação Florestal do estado de São Paulo. Também será discutida a política ambiental do território de forma mais ampla, por exemplo na forma de funcionamento das Unidades de Conservação.

¹¹ Um aprofundamento na lente sobre conflitos socioambientais nessa pesquisa é realizado no último capítulo.

5. O UNIVERSO DA PESQUISA

As seções a seguir tem o objetivo de apresentar o município da Barra do Turvo em específico, a região do Vale do Ribeira de forma geral e a problemática das Unidades de Conservação na região, como uma apresentação do local onde se desenvolveu esta pesquisa e sua história ambiental.

5.1. O MUNICÍPIO DE BARRA DO TURVO

O município de Barra do Turvo é conhecido vagamente por muitas pessoas que vivem e viajam entre o Sul e o Sudeste do Brasil e que nesse trajeto cruzam a rodovia BR 116. Na altura do Km 551 dessa estrada, perto da divisa entre os estados de São Paulo e Paraná, há uma placa que indica a entrada para a estrada municipal que dá acesso a maior parte dos bairros rurais e à cidade.

É um município que não chama muita atenção se visto a partir de dados quantitativos: 1.007,684 km², população de 7.600 habitantes, com grande parte de sua área inserida em Unidades de Conservação sendo dois Parques Estaduais, três Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Três Áreas de Proteção Ambiental que correspondem a mais de 70% do território do município (SMA, 2012).

Esse é um jeito de olhar para ele. Mas se olharmos para sua história, a colocando em relação com a história de desenvolvimento da região que o abriga - o Vale do Ribeira - , marcada por conflitos socioambientais, e com as antigas e novas tendências das políticas de conservação ambiental, veremos que esse pequeno pedaço de terra nos ajuda a entender boa parte das contradições contidas nos projetos de desenvolvimento e conservação ambiental que se multiplicam já há algum tempo pela região, pelo Brasil e pelo mundo.

Por possuir uma forte presença de comunidades quilombolas e áreas de preservação ambiental, a agroecologia foi se desenvolvendo como forma privilegiada de fazer agricultura para esse território, em um processo que será melhor descrito adiante. Em 1996, a Associação de Agricultores Agroflorestais Cooperafloresta foi criada. A SOF atua com o tema da agroecologia no território desde 2015, processo que impulsionou a organização da RAMA. Posteriormente, surgiram outras iniciativas locais de agroecologia no município, como por exemplo uma experiência da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA).

Barra do Turvo também é marcada pela presença de muitos movimentos migratórios, principalmente por parte dos jovens que geralmente vão “tentar a vida” na região metropolitana de Curitiba, logo após o término do Ensino Médio (Hillenkamp e Lobo, 2019). A RAMA, em aliança com a SOF e a Rede de Grupos de Consumo Responsável da região metropolitana de São Paulo (Esparrama) tem organizado uma experiência de comercialização solidária em aliança campo-cidade que será mais bem descrita no decorrer desta pesquisa.

A região do Vale do Ribeira abriga a maior faixa de Mata Atlântica contínua preservada do Brasil e é um dos poucos territórios do estado de São Paulo com grandes áreas preservadas, como mostra o mapa abaixo. A história da região é marcada pela exploração mineral desde o início do período colonial. Já em 1550 iniciou-se a exploração do ouro, atividade econômica que foi importante na região e que levou muitas pessoas negras escravizadas para seus municípios. Com a descoberta dos minérios em Minas Gerais, a mineração de ouro na região decaiu consideravelmente, mas continuou ativa até 1800. Depois disso, seguiram-se diversos ciclos econômicos, mas a região permanece até os dias de hoje relativamente fora do circuito de desenvolvimento capitalista do estado, sem a presença de grandes indústrias ou atividades econômicas ligadas ao mercado e ao sistema financeiro, o que é uma característica da economia da maior parte de São Paulo (DIEGUES, 2007). Para Carril (1995), é no período de refluxo econômico entre esses “ciclos” que foi se consolidando a existência dos grupos camponeses

Até a década de oitenta, a maior parte da terra no Vale do Ribeira não estava regularizada. Considera-se que a região como um todo possui 1,5 milhão de hectares, dos quais 700 mil eram terras devolutas – terras sob domínio público. Foram nestas terras que se implantaram grandes Unidades de Conservação. Em 1985, as restrições legais impediam o uso de 75% das terras da região por parte da população (CARRIL, 1995).

Entre o início dos anos 60 até 1995, doze Unidades de Conservação foram criadas no Vale do Ribeira. Com isso aumentou-se a fiscalização sobre as ocupações humanas em áreas de parque, com duras penas para aqueles que infringiram a legislação ambiental. A extração de palmito passou a ser proibida após a criação dos parques, mas muitos continuaram praticando-a, ilegalmente, por ser uma das únicas formas de renda da região naquele contexto, o que também levou a prisão de muitos “palmiteiros” (Favareto e Brancher, 2005). O mapa abaixo demonstra bem o fato de que o Vale do Ribeira, no extremo sul do Estado, é a única região onde ainda se encontram grandes áreas de cobertura vegetal nativa.

Figura 1 – Mapa do Estado de São Paulo

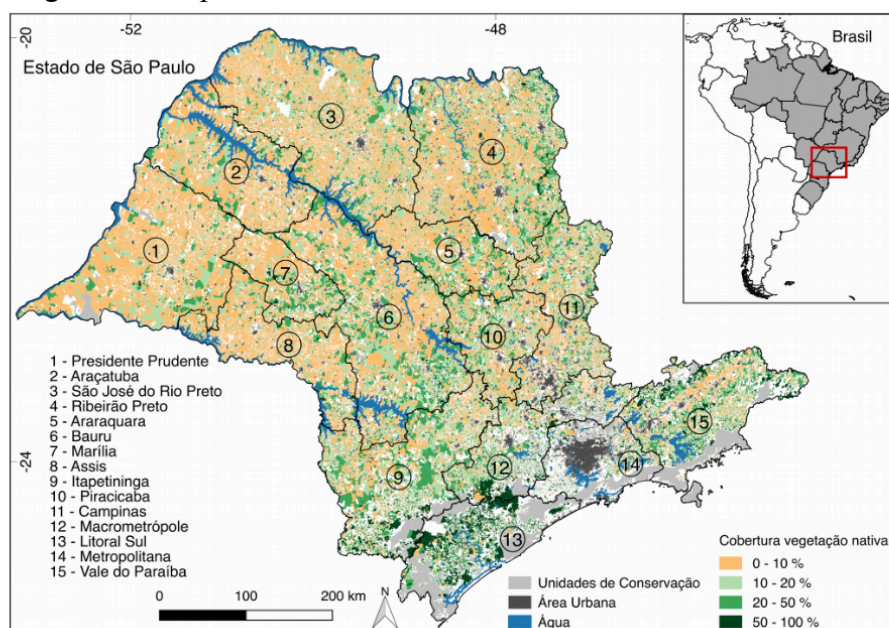


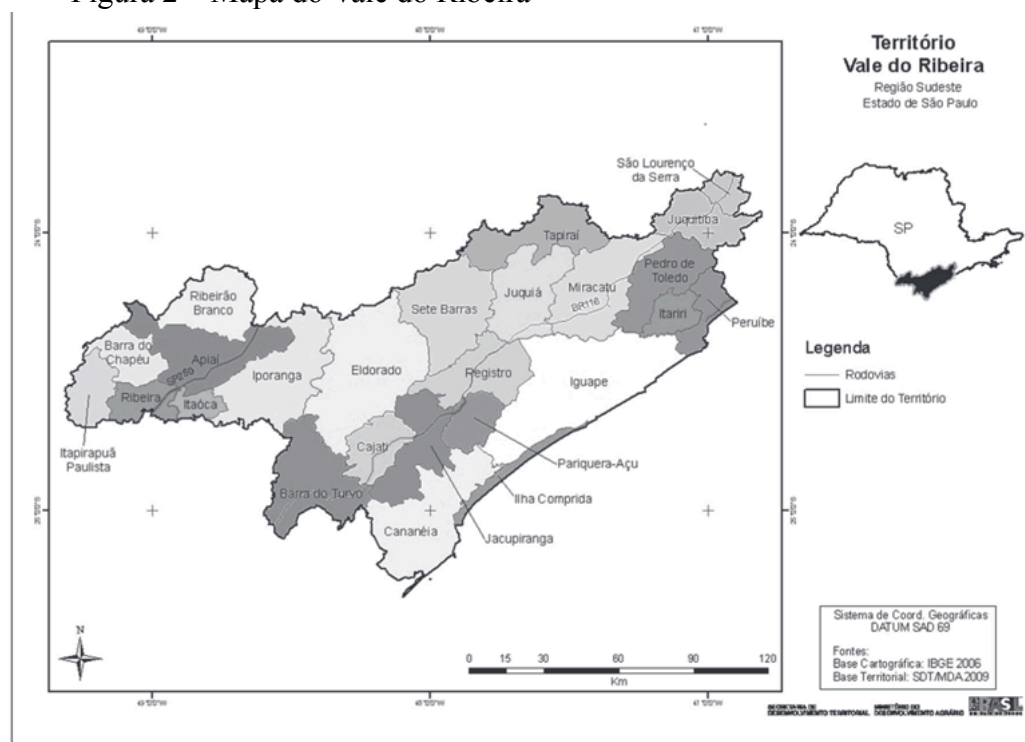
Figura 1. Porcentagem de cobertura de vegetação nativa em propriedades rurais no estado de São Paulo, com a delimitação das regiões administrativas do IBGE. Áreas em branco indicam ausência de informação no Cadastro Ambiental Rural, fornecido por SICAR-SP.

Fonte: Leite et al (2021)

A construção da própria BR 116 foi um marco no aprofundamento da modernização do Vale do Ribeira, no final da década de 1950. Foi ela quem proporcionou a integração da região com outras áreas do estado e do país, além de iniciar a ocupação de terras - antes não ocupadas ou com ocupações irregulares - nos arredores da rodovia. Foi também neste período que se notou uma diminuição nos cultivares de alimento para consumo interno e um aumento na produção para o mercado externo, como a monocultura de bananas (IBAMA, 1998, p.13).

A construção da BR é um marco da relação de diversas agricultoras da RAMA com seu território. É comum ouvir das mulheres que vivem no município desde criança, cujas famílias habitam o lugar há gerações, muitas histórias sobre a rodovia: sobre o medo que as pessoas tinham de chegarem perto dela porque até então nunca tinham visto de perto carros e caminhões, e sobre o uso que os mais velhos faziam dela para amedrontar as crianças, com ameaças do tipo “se você não se comportar, vou te deixar lá na beira da BR”.

Figura 2 – Mapa do Vale do Ribeira



Fonte: Silva (2016)

Há na região uma histórica disputa territorial entre os povos de comunidades tradicionais e agricultores familiares, por um lado, e as Unidades de Conservação de outro. Por muito tempo, as comunidades e organizações da sociedade civil travaram lutas pela mudança de modelo de algumas unidades de conservação, para que passassem a ser mais flexíveis em relação à presença humana e aos seus modos de vida dentro das UCs, o que resultou na criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC), um tipo de arranjo de diferentes tipos de UCs que buscou garantir a possibilidade da prática da agricultura e de outros elementos dos modos de vida das comunidades, desde que seguindo algumas regras (BIASE, 2016; STEENBOCK, 2013; BIM, 2012).

5.2. OS TERRITÓRIOS DO VALE DO RIBEIRA

A noção de territorialidade é central neste trabalho, entendida nos termos de Little (2018) como uma criação que depende de um “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland* (p. 253). Para o autor, a criação do território depende dos saberes ambientais e das ideologias e identidades coletivamente criadas e historicamente situadas de um grupo, o que chama de “cosmografia” (LITTLE, 2001)

Todo território surge da construção de territorialidade de um grupo social e por isso é um resultado histórico de processos sociais e políticos engendrados por este. As particularidades socioculturais de cada sujeito histórico formam seu território, por isso Little (2001) se vale do conceito de cosmografia para compreender a relação de grupo humano com seu território. A cosmografia de um grupo consiste em como ele ordena seu regime de propriedade, a relação afetiva que tem com o território, a história de ocupação dele e como o grupo a transmite entre gerações, os usos que dá ao território e as formas que possui para defendê-lo.

Nesse sentido, quando falamos em “território” ou “territórios” no âmbito desta pesquisa, não falamos apenas de um “lugar” mas de uma construção fundamentalmente humana: o território é criado pelos grupos sociais e só existe mediante a relação que esses grupos estabelecem com ele. É por isso que consideramos que dentro do mesmo município - a Barra do Turvo - há diferentes experiências de criação de território: porque os diferentes grupos sociais abordados nesta pesquisa estabeleceram relações diferentes com este lugar ao longo da história. Uma vez que território não é “lugar” e sim construção humana de grupos sociais, consideramos que a experiência de construção territorial da RAMA, por exemplo, é diferente da construção territorial feita pelo Estado na mesma região.

No caso específico das ditas “comunidades tradicionais” - e considerando que este é o caso de parte dos territórios estudados na presente pesquisa - Little (2018) pontua, em consonância com Quijano (1988) que estas têm uma compreensão do território que vai para além da dicotomia público-privado. Para esses grupos, que mantiveram seus territórios por algum tempo de forma independente em relação ao Estado - quando não, lutando contra o próprio Estado - a questão da luta e defesa do território é a questão da defesa de sua construção histórica como sujeitos coletivos em um lugar comum.

Contra uma ideia de que o termo “comunidades tradicionais” estaria relacionando estes grupos à uma imobilidade histórica, se opta por utilizar o termo afirmando que estes são

grupos que constroem territórios sociais inseridos em uma dinâmica de constante transformação:

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais aqui analisados mostram na atualidade. O fato que o termo tem sido incorporado recentemente em instrumentos legais do governo federal brasileiro, tais como a Constituição de 1988 e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, reflete essa ressemantização do termo e demonstra sua atual dimensão política. Em resumo, o conceito de povos tradicionais procura encontrar semelhanças importantes na diversidade fundiária do país, ao mesmo tempo em que se insere no campo das lutas territoriais atuais presentes em todo Brasil. (LITTLE, 2018, p.285)

Autores como Almeida e Carneiro da Cunha (2000), ao se proporem a definir o conceito de “povos tradicionais”, optam por inicialmente realizar este esforço “por extensão”, ou seja, analisando as características comuns entre os que são correntemente considerados os membros atuais deste determinado grupo. Ao fazer isso, definem que todos esses grupos têm uma história de ocupação de um território provocando baixo impacto ambiental, e que este tipo específico de modo de vida é operacionalizado para garantir ou recuperar o controle de seu território. Depois de uma longa definição “por extensão”, para chegar a uma definição propriamente analítica, os autores concluem que os povos e comunidades tradicionais têm as características comuns de serem auto constituídos internamente a partir de regras de conservação e criação de lideranças e instituições legítimas. Também precisam, externamente, de alianças com outros grupos e organizações que o reconheçam. Assim, é uma categoria ocupada por sujeitos que se comprometem - às vezes de forma tácita - com o pacto de seguir uma série de práticas em troca de garantia de seus direitos territoriais.

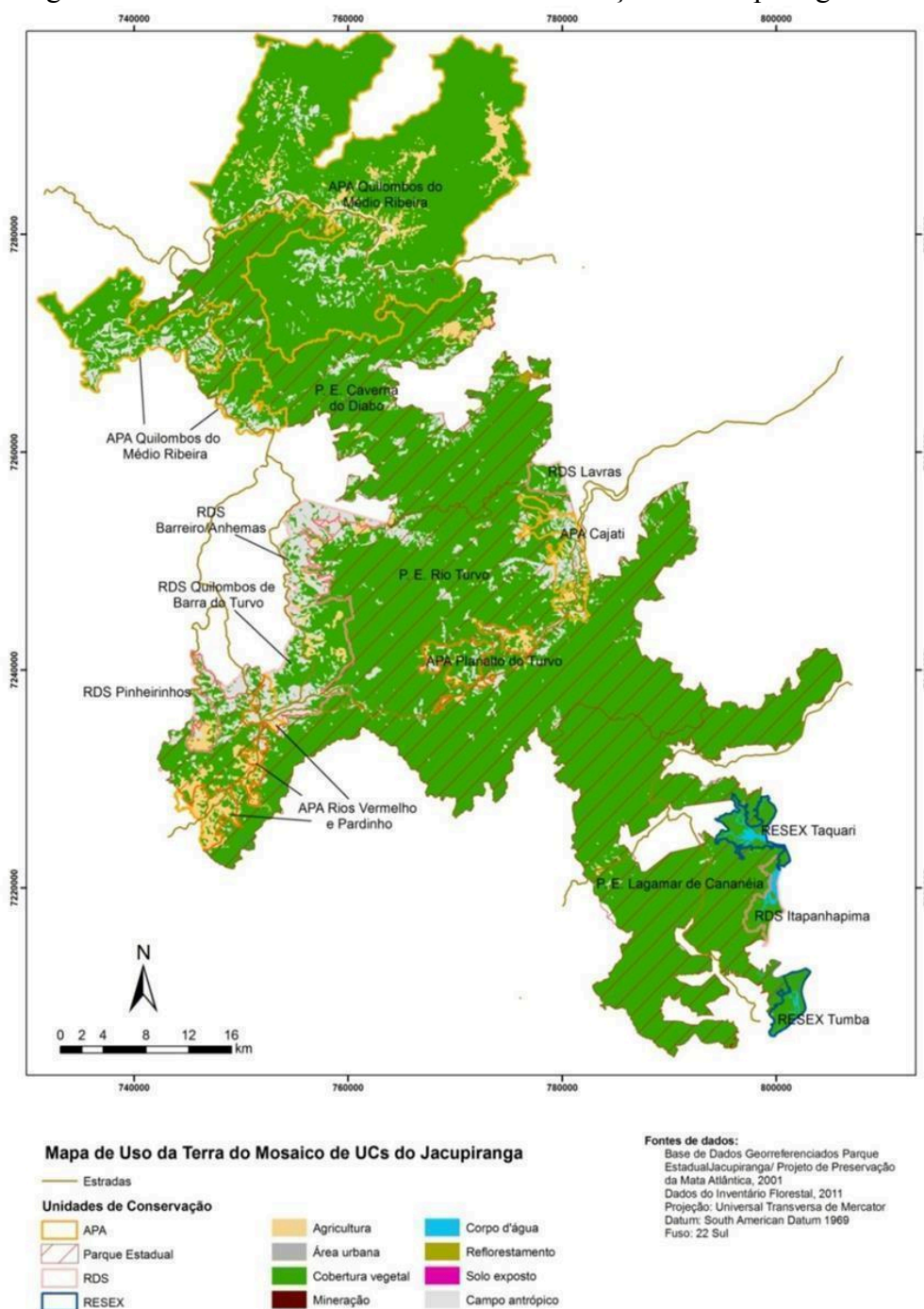
Autores como Guerrero (2020) teorizam sobre a questão da sobreposição de Unidades de Conservação (UCs) a territórios de comunidades tradicionais. Nota-se que a partir do conflito socioambiental instaurado pela demarcação de uma UC em um território, gera-se um campo de disputa entre as comunidades que ali estavam e os agentes da política ambiental onde diferentes estratégias políticas são mobilizadas, nem sempre dentro do campo institucional. Nesse sentido, se reconhece a contribuição de Scott (1985) que, ao caracterizar as “formas cotidianas de resistência”, afirma que: “onde a política institucional é formal, evidente e interessada em mudanças sistemáticas e de direito, a resistência cotidiana é informal, frequentemente encoberta e preocupada com ganhos imediatos e de fato” (SCOTT, 1985, p. 33).

Estas análises se relacionam com a realidade de muitas comunidades tradicionais do Vale do Ribeira que têm um histórico de luta de afirmação de sua permanência neste território, inclusive por se afirmarem como guardiões deste. Os modos de fazer resistência perante ameaças territoriais são diversos e, no Vale do Ribeira, no geral se dão no sentido de garantir o direito territorial frente ao avanço de Unidades de Conservação, à falta de regularização fundiária, à não titulação das terras coletivas e à grilagem de terras.

Mesmo com o reordenamento territorial que ocorreu com a criação do MOJAC, os conflitos fundiários continuam: há diversas comunidades que ainda lutam pela exclusão de seus territórios da área de parque, sendo que a maior parte das comunidades quilombolas e indígenas está em luta pela titulação/demarcação de suas terras. Como observado por Biase (2016), a agroecologia é um elemento mobilizado nessa narrativa das comunidades como cuidadoras do meio ambiente em luta pela permanência: afirmam o modelo agroecológico como algo em consonância com seu modo de vida para se afirmarem, perante o Estado, como cuidadores do território e, portanto, pessoas que tem o direito de permanecerem nele.

5.3. O MOJAC E A QUESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Figura 3 – O Mosaico das Unidades de Conservação do Jacupiranga



Fonte: BIM et al (2017). De parque a mosaico: ecologia de paisagem no processo de recategorização do parque estadual Jacupiranga (SP). Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/12216>.

O Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC) nasceu em 2008, após a extinção do antigo Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ). Este, por sua vez, até então ocupava mais da metade da área do município de Barra do Turvo (73%) e se estendia para outros municípios da região. Ele causava muita restrição prática de agricultura na região, o que afetou, durante toda a sua existência, as condições de vida de 2 mil famílias que ocupavam o local.

Essas discussões e movimentos aconteciam concomitantemente às discussões em nível nacional da lei de criação, em 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que estava permeada pelo debate sobre a garantia da possibilidade de ocupação de populações humanas desses territórios. A concepção de natureza que prevalece na constituição das Unidades de Conservação integral (Parques) como aquela que deve estar apartada das pessoas foi muito criticada nesse processo devido ao processo de expulsão de comunidades gerado sem diálogo e participação social. Também se argumentava que manter UC's sem comunidades que a integrassem era uma ameaça para os próprios parques que ficariam mais vulneráveis à depredações e invasões de seus limites (Bim, 2012)

O pensamento de que não pode haver vida humana dentro das unidades de conservação para que a natureza possa ser preservada se relaciona com o que Antônio Carlos Diegues (2018) denominou de “O Mito Moderno da Natureza Intocada”. O autor demonstra que essa é uma forma de conservação criada nos Estados Unidos no fim do século XIX para proteger a “vida selvagem” que estava sob ameaça pela civilização urbano-industrial em expansão. É uma ideia que guarda pelo menos dois pressupostos subjacentes criticados por Diegues: o de que poderiam existir pedaços do mundo intocados pela ação humana, em seu estado natural; e o de que afastar os humanos da “natureza” seria imprescindível para conservá-la. Diegues chama atenção para a ideia de que estes redutos de vida selvagem conservadas também poderiam servir como lugares para que o humano moderno pudesse “refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono. Parece realizar-se a reprodução do mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden” (DIEGUES, 2018, p. 17).

As famílias da Barra do Turvo passaram a se organizar e realizar manifestações pelo seu direito de permanecer no território onde estavam com o direito de exercer atividades como a agricultura e o extrativismo. Realizaram manifestações na sede da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e na Assembleia Legislativa do Estado que não surtiram efeito em um primeiro momento. Em 2003, a sociedade civil da região se organizou para formular um

projeto de lei para a Assembleia Legislativa do estado de São Paulo (ALESP) que propunha a extinção do PEJ e a recategorização da área, que deveria então se transformar em diversas áreas de Unidades de Conservação de uso sustentável. O projeto de lei foi aprovado, e nos anos seguintes houve diversos processos de mobilização e diálogo social para definir como essa recategorização seria feita em cada território. Em 2005, foi criado o Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jacupiranga - um espaço de diálogo das comunidades com o poder público, sem poder de definir ações - que marca um momento de virada, onde os moradores ganharam um espaço legítimo para colocar suas propostas e debater diretamente com o Estado, relação que antes seria sempre mediada pela polícia ou pela justiça, no contexto do conflito socioambiental permanente que existia na área.

O próprio Estado, em 2005, cria o Grupo de Trabalho Intersecretarial do Parque Estadual do Jacupiranga (GT-PEJ), que reunia moradores, movimentos e órgãos públicos no trabalho coletivo pela criação da proposta da nova lei do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga. Neste GT, que teve discussões muito mais abertas do que no período anterior, realizaram-se ações importantes como “amplo cadastro dos ocupantes da área, os levantamentos cartográficos, as reuniões em todas as comunidades, as reuniões e os debates no Conselho Consultivo do Parque e também na sede da Secretaria Estadual de Meio Ambiente na capital, onde o grupo de trabalho conduziu as discussões” (Bim, 2012, p. 89)

Enfim, no ano 2008, foi aprovado o projeto do Mosaico do Jacupiranga. O PEJ, que inicialmente possuía 139 mil hectares de extensão, foi reordenado com as seguintes definições, resultando numa organização territorial de 243 mil ha de áreas protegidas sob algum regime:

i) o parque “original” foi dividido em três parques: Caverna do Diabo, com 40.219,66 ha; nos municípios de Eldorado, Iporanga, Barra do Turvo e Cajati; Rio Turvo, com 73.893,87 ha, nos municípios de Barra do Turvo, Cajati e Jacupiranga; e Lagamar de Cananéia, com 40.758,64 ha, nos municípios de Cananéia e Jacupiranga, totalizando 154.872,17 ha protegidos em regime de proteção integral.

ii) novas Unidades de Conservação foram criadas, ficando o Mosaico formado por cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) com 12.665,06 ha, quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA) com 73.558,09 ha, duas Reservas Extrativistas (Resex) com 2.790,46 ha.

Neste reordenamento, as áreas de proteção integral foram subdivididas e alocadas em local com menor presença de comunidades. As áreas com maior presença de comunidades

foram categorizadas como RDS, APA ou Resex, a depender de cada contexto. Assim, as áreas com ocupação humana estão submetidas a regras menos rígidas na relação com o entorno, o que dá melhores condições de reproduzir seus modos de vida e permanecer em seu território. Foi o caso da maior parte das comunidades da Barra do Turvo onde há grupos da RAMA. No geral, elas estão em RDS, APAs ou na zona de amortecimento do Parque.

Este feito foi comemorado pela maior parte das comunidades. Ainda que até hoje elas possuam críticas sobre a forma como a política ambiental incide sobre seus territórios, elas sempre contam as histórias “do tempo que aqui era parque” como um período de maiores restrições. Estima-se que a aprovação da lei também deu acesso à terra para 1.400 pessoas que, no antigo ordenamento territorial, estavam impedidas de praticar agricultura (Bim, 2012).

Figura 4 – Foto aérea do Bairro Bela Vista, onde há o grupo Esperança da RAMA

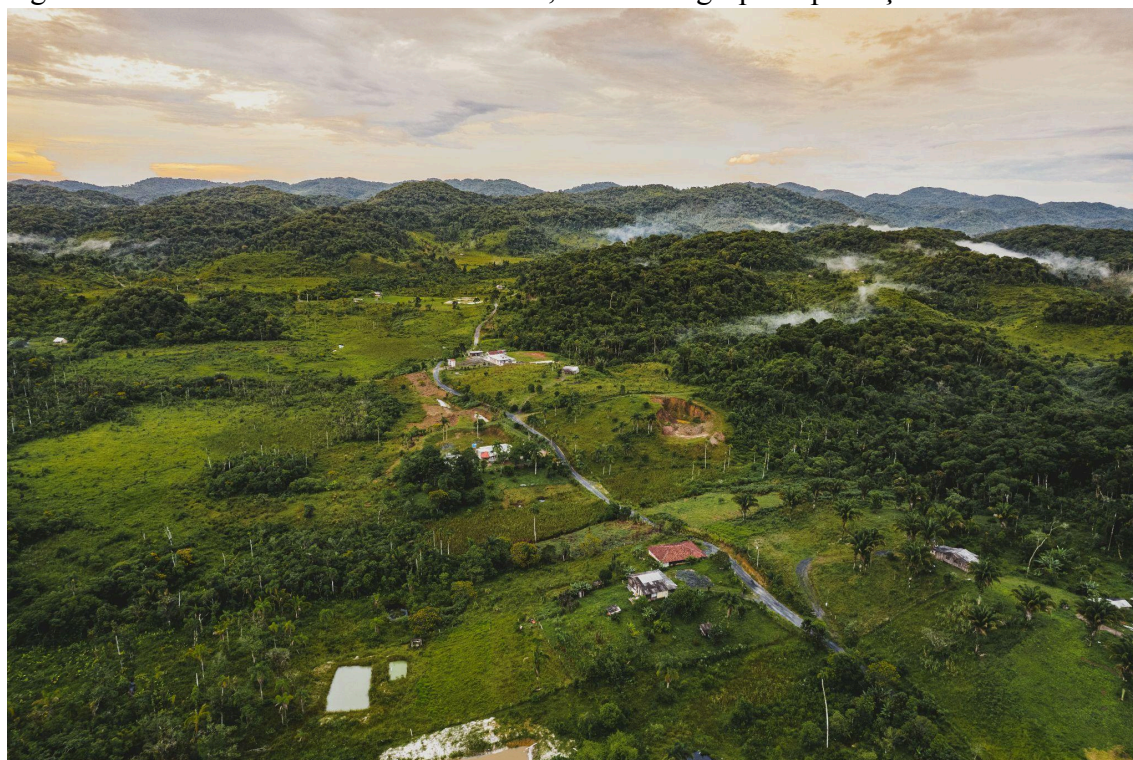


Foto: Marco Toresin

A foto acima deixa clara a convivência e o contraste das comunidades com as Unidades de Conservação até os dias atuais. Nota-se, no primeiro plano, o bairro Bela Vista com suas casas e as roças das famílias e, ao fundo, a área de proteção integral que faz limite com o bairro.

Como demonstrado por Guerero (2020), são muitos os casos de conflitos socioambientais causados por demarcações de UCs em territórios de comunidades. O campo

de disputa que se abre com esse processo nem sempre está apenas dentro da luta institucional. Os modos de fazer resistência perante ameaças territoriais são diversos e a afirmação de um modelo agroecológico de produção faz parte dessa disputa no Vale do Ribeira, na medida em que permite que as comunidades se afirmem como cuidadoras do território e, portanto, merecedoras da permanência nele.

Mesmo com o reordenamento territorial que ocorreu com a criação do MOJAC, os conflitos fundiários continuam: há diversas comunidades que ainda lutam pelo afastamento do domínio do parque sobre seus territórios, sendo que a maior parte das comunidades quilombolas e indígenas da região segue em luta pela titulação e demarcação de suas terras.

6. REDES, MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES NO VALE DO RIBEIRA

Segundo Coelho et al (2005), o Vale do Ribeira pode ser considerado um “laboratório a céu aberto” para estudos sobre desenvolvimento, por alguns atributos que a região possui, como i) ter sido alvo de seguidas políticas governamentais voltadas a mitigar a pobreza e a estagnação econômica, políticas essas que não alcançaram resultados expressivos, ainda que a região esteja no Estado brasileiro mais rico (São Paulo) onde, supostamente, as condições para isso seriam melhores ii) ter o maior remanescente de Mata Atlântica do país, o que sempre leva a iniciativas que, em geral, não chegam a cabo, de criação de atividades turísticas e outras relacionadas aos recursos da floresta iii) pela presença de diferentes povos e comunidades tradicionais que se organizam em movimentos e organizações na construção de suas agendas de reivindicações que, em geral, não são consideradas no processo de formulação de políticas públicas.

As iniciativas governamentais para a região são definidas por Favareto e Brancher (2005) em dois grandes períodos: i) dos anos sessenta aos meados dos oitenta, quando há uma predominância de projetos do governo, como investimento em infraestrutura e regularização fundiária, sem participação efetiva da sociedade civil, ii) nos anos noventa, quando há a predominância de projetos protagonizados pela sociedade civil, geralmente no tema do convívio com a floresta, onde os governos não foram tão envolvidos de forma proativa, iii) a partir dos anos 2000, quando os autores notam iniciativas pulverizadas de diversas natureza, menos articuladas territorialmente.

Os autores assinalam ainda que, atualmente, as estruturas sociais do Vale estão passando por um período de heterogeneização. A região, que era relativamente homogênea em algumas características - principalmente no fato de terem a atividade econômica baseada majoritariamente na agricultura - , está dando lugar a uma diferenciação interna, com alguns municípios ainda com a atividade econômica focada na agricultura e outros com o setor de serviços predominante.

Em todos os períodos cronológicos, ainda que com características distintas, houve e há uma forte presença de movimentos e organizações sociais no Vale do Ribeira. A história de luta destes movimentos na região é muito antiga e diversa, tanto que é difícil descrevê-la em um trabalho sem cometer alguma injustiça. Nesta seção serão abordados a história dos movimentos e organizações que se relacionam, de forma direta ou indireta, com a organização

das comunidades quilombolas e outras comunidades onde há mulheres que compõem a RAMA¹².

Dentre os sujeitos de luta da região, tem uma centralidade muito grande aqueles que se organizaram ao redor da teologia da libertação e das organizações da igreja católica. Desde o século passado até os dias de hoje, as pastorais estiveram muito presentes nas comunidades, com destaque para a pastoral da criança que é composta, no município de Barra do Turvo, por muitas mulheres que também fazem parte da RAMA.

Principalmente após a aprovação da Constituição de 1988, com o reconhecimento dos territórios quilombolas, a organização das comunidades negras rurais do território se fortalece, em busca de garantir seu direito ao território, nos termos de Little (2018), ou seja: o direito a construir e viver em um território que é uma criação política e social da comunidade que o ocupa. Um movimento chave para entender os movimentos sociais desse período na região é o Movimento dos Atingidos por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB).

Para Rosa (2007), o MOAB “já nasceu novo” como um movimento social, porque em sua gênese estão tanto as organizações ligadas à igreja católica, quanto a organização dos povos quilombolas e a luta contra as barragens pautando questões ambientais, energéticas, de gênero e geração, e se organizando na conjunção entre todas essas bandeiras, sem uma visão de que seria necessário “focar em apenas uma pauta”. Já naquele momento, os sujeitos do território pensavam em alianças táticas e estratégicas entre suas lutas, sempre com o foco principal na garantia do direito ao território.

Isso está muito bem demonstrando, por exemplo, no discurso de fundação da Organização das Comunidades Negras do Vale do Ribeira, que nasceu em 1991 e já dizia que “As comunidades negras descobrem que ser reconhecidas remanescentes de quilombos é um instrumento a mais, na luta contra a construção das hidrelétricas no Rio Ribeira de Iguape” (ROSA, 2007)

Segundo Carril (1995), diversos fatores - como ação pastoral libertária e o reconhecimento das terras de negros pela lei - levaram à concretização do MOAB como um movimento singular. Desde o início, o próprio MOAB se coloca como um movimento organizado em duas frentes: i) a organização das mulheres negras camponesas e ii) a organização das comunidades quilombolas. Não nos aprofundaremos nessa história nessa pesquisa, mas é necessário dizer que este processo de organização formou importantes

¹² É preciso reconhecer que, além destas, o Vale guarda uma história dos movimentos indígenas (com destaque para as etnias Guarani Mbya e Kaingang), caiçaras, caboclos, da agricultura familiar e outros movimentos que, apesar de muito organizados, não serão tratados aqui por não terem grande influência direta nos territórios pesquisados por essa dissertação.

lideranças da região que hoje participam da RAMA, como por exemplo Nilce de Pontes, do Quilombo Ribeirão Grande - Terra Seca.

O sujeito político que se criou através do MOAB foi fundamental para consolidar entre as comunidades locais qual era o seu entendimento de territorialidade. Foi aí que se formou a ideia, compartilhada entre várias comunidades, de que seu “projeto” para a região passaria por afirmar a permanência no local sem sofrer restrições ambientais tão severas nem ser afetado por megaprojetos, afirmando seu modo de vida e sua soberania sobre o que ocorre em sua terra. Esse acúmulo foi essencial para uma luta posterior a essa no Vale do Ribeira: pela criação do MOJAC, no início dos anos 2000. Neste contexto, emergiram muitas propostas de modelos alternativos para se relacionar com o território.

Uma das organizações que estiveram nessa luta e que organizou agricultores ao redor de uma proposta alternativa foi a Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis (Cooperafloresta). Segundo Steenbock (2013), a criação dessa organização se deu em um contexto em que a história dos agricultores estava marcada pelo aprofundamento de uma crise socioambiental, causada pela instauração das Unidades de Conservação no território que culminou em limites ao acesso a meios para produzir e prover suas condições de vida. Eram, na sua maioria, agricultores tradicionais, muitos pertencentes a comunidades quilombolas como também trabalhadores que vieram para a região se instalar como agricultores. Para o autor, nessa época, essas famílias da Barra do Turvo passavam por um momento de enfrentamento a uma crise múltipla: crise na capacidade de produção, de comercialização, e crise de identidade:

famílias que deixavam para trás sua condição social de agricultores porque saiam da terra; filhos que não se viam com futuro na agricultura e empreendiam a jornada para a cidade onde nunca entravam, ficando nas periferias das cidades e das ocupações urbanas, em uma precariedade aumentada pela perda dos meios de consumo que a produção de subsistência proporciona; agricultores que se sentiam em situação de fracasso e cuja existência era ignorada porque não se moldavam aos pré-requisitos para a modernização convencional. Crise, enfim, pela percepção difusa de sua subalternidade. (Steenbock, 2013, p.11)

A Cooperafloresta nasce, então, da necessidade de criar uma alternativa. Essa alternativa foi criada a partir do encontro com técnicos formados no campo da agricultura sintrópica - em sua maioria, formados direta ou indiretamente pelo pensamento de Ernst

Gotsch¹³ - que trouxeram conhecimentos sobre sistemas agroflorestais de base agroecológica. Com o tempo, houve uma mudança na vida das pessoas associadas, e estas também começaram a se colocar como porta-vozes do cuidado com a natureza, adquirindo “um discurso ecológico que transcende a escala local” (Steenbock, 2013).

Desde já, é interessante pontuar que as mulheres da RAMA - principais sujeitos dessa pesquisa - que fizeram ou fazem parte da Cooperafloresta de fato demonstram esse discurso descrito por Steenbock (2013). As agricultoras que não fizeram parte da Cooperafloresta também têm discursos de defesa e cuidado com a natureza, mas é perceptível que eles são mais frequentes dentre aquelas que foram associadas. Em muitas situações, essas mulheres demonstram um especial apreço pelos animais e pela relação com o ecossistema em suas falas, como:

Eu, para mim, a agroecologia é não pensar só no hoje, mas pensar no futuro. Porque a maioria das pessoas quer tudo hoje, tudo agora, e agroecologia, a gente tem que pensar em hoje, tirar nosso alimento, nosso sustento, mas também pensar no futuro, porque conforme o jeito que a gente trabalhar com a natureza... a gente destrói, né. Deixa um futuro desastrado para a frente. Então eu sinto que a agroecologia é isso. É o respeito também.. o respeito com a natureza. Porque até os bichinhos, parece que eles entendem a gente... até o que é praga, pra gente não é praga (Agricultora do grupo As Perobas)

Eu não produzo o mel, né, quem produz o mel é a abelha... e aí a gente pega só um pouco pra gente. (Agricultora do grupo As Perobas)

No entanto, elementos críticos à Cooperafloresta aparecem na fala de muitas das agricultoras da RAMA. As críticas são tecidas principalmente em relação a dois aspectos: i) a proibição que a associação impõe a seus associados de praticarem a agricultura de coivara¹⁴, que nos fundamentos da agroecologia da associação é entendida como uma forma de agricultura que impacta demais o ambiente; ii) à invisibilidade das mulheres dentro da associação.

¹³ A agricultura sintrópica é definida no site do projeto do próprio Ernst Gotsch (seu criador), o “Agenda Gotsch”, como um conjunto teórico e prático de fazer agricultura em que os processos naturais dos ecossistemas são traduzidos para as práticas agrícolas em sua forma, função e dinâmica. Nessa forma de fazer agricultura haveria ampla oferta de serviços ecossistêmicos, com especial destaque para a formação de solo, a regulação do microclima e o favorecimento do ciclo da água (Andrade, 2019).

¹⁴ A coivara é uma forma de agricultura característica de diferentes povos e comunidades tradicionais. Consiste em um sistema de plantio itinerante em que as áreas que vão ser cultivadas são limpas através do corte da vegetação, que é posteriormente queimada. Depois de um ciclo de plantio, esta área é deixada para pousio, onde a sucessão ecológica naturalmente é responsável pela regeneração da mata. O local só é submetido ao corte e à queima novamente depois de alguns anos, quando a área tenha se recuperado. Há uma vasta produção científica sobre a sustentabilidade desta prática para os ecossistemas quando realizado de forma controlada e com longos períodos de descanso entre plantios (Munari, 2009).

A pesquisa feita por Laura de Biase (2016) investigou as diferentes formas de fazer agroecológico presentes no Quilombo Ribeirão Grande - Terra Seca, no território da Barra do Turvo. A autora concluiu que existem duas formas de saber-fazer em relação à agroecologia no local, um saber-fazer quilombola (mais relacionado aos modos de vida tradicionais e à organização do movimento quilombola no território) e um saber-fazer agroflorestal (mais relacionado às práticas trazidas pela Cooperafloresta). Apesar dessas duas formas, por vezes, entrarem em conflito, notou-se que muitos quilombolas seguiram e seguem participando da Cooperafloresta ao longo do tempo, ainda que esse número venha caindo paulatinamente.

O projeto filosófico da Cooperafloresta parte da espiritualidade ligada à teoria de Gaia proposta por James Lovelock e da agricultura sintrópica de Ernst Gostch. Já o “saber-fazer quilombola” parte de uma elaboração das comunidades e tem como base o autorreconhecimento como comunidades quilombolas. Estendo a percepção de Laura de Biase para além dos quilombos e afirmo que é possível ver essa criação de uma “identidade agroecológica” específica também na RAMA, para além dos quilombos, que concilia elementos da agroecologia com elementos do modo de vida e da realidade local, ideia que procurarei desenvolver mais adiante neste texto.

Na prática, há pessoas que transitam por estes dois projetos (o saber-fazer quilombola e o saber-fazer agroflorestal), se apropriando de elementos de diferentes saberes e técnicas e produzindo suas próprias sínteses. Para a autora Laura de Biase (2016), a forma como a Cooperafloresta passou a organizar agricultoras quilombolas levou a uma mudança em algumas práticas tradicionais da comunidade se organizar nas famílias e realizar trocas e rituais religiosos. Por exemplo, os rituais que envolvem uso do fogo como elemento espiritual passaram a ser vistos com maus olhos por algum, pela compreensão recente do fogo como algo “ruim para a natureza” por alguns. Também notou-se que aspectos políticos e organizativos importantes para a comunidade não foram absorvidos como “bandeiras” da Cooperafloresta, como o fortalecimento de princípios como a identidade quilombola, a garantia de acesso, o controle e uso do território.

De Biase (2016) também pontua o fato de que a Cooperafloresta mostrou, em seu projeto, uma limitação na capacidade de compreender “a totalidade que representa o território quilombola de uma perspectiva local”. Para ela, a organização nasceu de um olhar global (de construção de uma agricultura capaz de “salvar o planeta”) que era orientado à não incorporação de princípios e características locais. Assim, “a busca por transformar uma totalidade universal (o cosmos), acaba por dificultar o primeiro passo desta possível

conquista: a capacidade de compreensão da totalidade local (o território)” (De Biase, 2016, p. 230).

Considerando os conflitos que a comunidade enfrentou por esse motivo (conflitos geracionais, desvalorização de aspectos culturais, apagamento da história de luta pelo reconhecimento do território, dentre outros), De Biase (2016) conclui então que um projeto agroecológico que sirva para fortalecer as comunidades deve partir de uma análise integral do território, não só de aspectos agrônômicos e ecológicos, mas também de tudo que se refere à produção, reprodução, consumo, cultura, modos de vida e ameaças que se impõem a este território.

Sua pesquisa também concluiu que estava em curso no Quilombo Ribeirão Grande (local este que possui hoje o grupo “Raízes” da RAMA) uma experiência própria de apropriação de alguns elementos da agroecologia, que tem em seu centro a organização da comunidade no entorno da Associação dos Remanescentes dos Quilombos Ribeirão Grande Terra Seca. Esse processo, que integra Nilce de Pontes como uma de suas principais lideranças, parte da necessidade do reconhecimento histórico daquela comunidade, e procura construir uma agroecologia que seja um elemento útil na luta pelos direitos territoriais que, segundo Nilce, são os direitos mais importantes e ainda não conquistados por sua comunidade.

Em que pese toda a complexidade dessa história, é importante ter em mente que foi a chegada da Cooperafloresta nesta região que inseriu de forma mais profunda a noção de “agroecologia” no seio das comunidades da Barra do Turvo. Ao decorrer das últimas décadas, no entanto, essa noção passou a ser utilizada por outros sujeitos para além dos envolvidos na Cooperafloresta, como a própria RAMA, o movimento quilombola etc. Assim, a agroecologia tem sido uma categoria estratégica na luta da comunidade por seu território, pois, através dela, estes se afirmam como cuidadores do territórios, praticantes de uma agricultura de baixo impacto que está inserida nos fluxos dos ecossistemas. É comum ouvir dentre as quilombolas que “depois que a gente entendeu o que era agroecologia, a gente percebeu que na verdade é o que a gente sempre fez”. Nesse sentido, a afirmação do conceito por parte delas tem menos a ver com aderir a princípios e técnicas de um programa externo à sua realidade, e mais com afirmar seu modo de vida dentro de uma “bandeira” maior, a do movimento agroecológico, que as coloca em conexão com outras comunidades e movimentos em luta por outro paradigma econômico e de relação com a natureza.

A tese de Laura de Biase (2016) foi um aporte importante para esta pesquisa, por ela ter se debruçado sobre um problema de pesquisa semelhante e no mesmo território que eu. Uma de suas mais importantes conclusões é uma lista de aportes que um projeto agroecológico pode oferecer às comunidades para que este seja útil ao conjunto das suas reivindicações: a identificação dos sujeitos dos territórios como parte da concepção do projeto agroecológico, a contribuição importante do conceito de território como forma de evitar segmentações do real em prol do global, reconstrução da identidade da comunidade a partir de uma abordagem histórica e de auto reconhecimento comunitário e cultural, e a importância de se conceber a agroecologia como a unificação de saberes e fazeres diferentes.

6.1. A REDE AGROECOLÓGICA DE MULHERES AGRICULTORAS DA BARRA DO TURVO: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

A RAMA é uma rede composta de mulheres de diferentes bairros, tipos de relação com a agricultura, identidades e histórias de vida. Segundo uma das agricultoras do grupo Esperança da rede:

a RAMA é extensa, é muita extensa essa RAMA... imagine assim uma rama de batata doce que dá muito quilômetros. Essa RAMA faz parte da vida das mulheres do município, não só do município, mas do estado, vários estados e até fora do país. É grupo de mulheres, que não é só grupo de mulheres... é uma família muito grande, uma rede de carinho.

A extensão da RAMA apresentada por ela é material e tem a ver com a inserção da rede no movimento feminista da agroecologia a nível nacional. Ainda que seja uma organização local, as agricultoras tecem relações com muitas pessoas de fora da região quando vão a eventos do movimento agroecológico e feminista, como a Marcha das Margaridas, o Encontro Nacional de Agroecologia e as manifestações no 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres. Além disso, é comum que militantes e pesquisadoras de outros territórios vão até a Barra do Turvo com alguma regularidade para conhecer a experiência, através da relação com a SOF.

A RAMA é organizada em 10 grupos que, juntos, formam a rede. Cada um desses grupos tem pelo menos 3 mulheres, sendo que há grupos com mais de 10 participantes. Nos grupos de bairro elas realizam pequenos mutirões de trabalho, se organizam para comercializar seus produtos de forma coletiva para a Rede de Grupos de Consumo Responsável da Grande São Paulo (Rede Esparrama), e se organizam para atuar sobre questões políticas do bairro que vão desde o comparecimento em reuniões relacionadas às

Unidades de Conservação (reunião do Conselho do Parque ou da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, por exemplo) até o acompanhamento de questões da política de saúde, como mobilizar a comunidade para comparecer no posto de saúde em dia de vacinação ou recadastramento. É também nos grupos de bairro¹⁵ em que se percebe uma maior atenção das mulheres em relação às outras, e onde são tomadas atitudes coletivas frente aos casos de violência contra a mulher, ou ao acompanhamento mais próximo de mulheres com depressão ou outras questões de saúde mental.

Já na rede mais extensa, quando todos os grupos se reúnem, elas realizam os grandes mutirões de trabalho (a cada mês em um sítio de alguma agricultora diferente, revezando entre os bairros) e as reuniões da rede, onde debatem temas como a participação delas em eventos que são convidadas para participar pelo movimento agroecológico e feminista, participação em feiras e outros processos de comercialização dos produtos, e demandam atividades e formações para a SOF.

A RAMA é formada por cerca de 70 mulheres e está localizada em nove locais diferentes: bairro Indaiatuba, bairro Córrego da Onça, Quilombo Terra Seca, Quilombo Ribeirão Grande, Quilombo do Cedro, Quilombo Reginaldo, Bairro Rio Vermelho, Bairro Divisa e Bairro Bela Vista.

¹⁵ A definição de “bairro rural” já foi fruto de muitas produções nos estudos rurais. Aqui partimos da concepção de Candido (2001) sobre bairro rural, que define este como a unidade geográfica em que as relações sociais estão inscritas no meio rural, ou uma “membrana de tensão superficial” que dá coesão a um determinado grupo de uma localidade.

Figura 5 – Cartografia socioambiental feminista da RAMA realizada no âmbito do projeto GenGiBRE¹⁶



Fonte: Projeto GenGiBRE

¹⁶ O projeto “Gengibre – Relação com a natureza e igualdade de gênero. Uma contribuição à teoria crítica a partir de práticas e mobilizações feministas na agroecologia no Brasil” é um projeto de pesquisa que teve uma intersecção com esta pesquisa de mestrado, relação que é melhor apresentada no capítulo seguinte.

Esta Cartografia Socioambiental Feminista foi construída coletivamente pelas mulheres da RAMA. Ela apresenta o mapa do município junto do que elas identificam como os maiores impactos socioambientais presentes nele (localizados à esquerda) e também os principais espaços de resistência a estes impactos (localizados à direita). Neste sentido, ela apresenta a visão conjunta que as mulheres tem sobre os principais desafios que enfrentam para viver neste local e também os lugares onde elas têm construído suas alternativas.

Os bairros onde estão presentes grupos da RAMA na Barra do Turvo podem ser classificados em mais ou menos três tipos: i) as comunidades que se localizam no eixo da BR116, ii) as comunidades quilombolas, iii) as comunidades que se localizam no eixo da estrada rural do Indaiatuba.

O primeiro tipo de comunidade (bairros Bela Vista, Rio Vermelho e Divisa) tem histórias de formação diferentes, mas têm em comum o fato de que as famílias que ali residem, em geral, não são naturais da Barra do Turvo. A maior parte das famílias que hoje vivem nesse bairro se identificam como agricultores familiares e vieram como migrantes do Paraná a partir dos anos 80, inclusive por conta das obras de “modernização” do Vale do Ribeira, com destaque para a construção da Rodovia Regis Bittencourt (BR116). Segundo Hilenkamp (2018), essas pessoas eram principalmente agricultores que haviam migrado para cidades como São Paulo e Curitiba e, com a crise econômica dos anos 1960 e 1970, foram expulsas da cidade e começaram a adquirir terras ao redor da nova rodovia, geralmente de forma informal, e muitas vezes adquirindo áreas que estavam dentro de Unidades de Conservação sem saber que estas eram áreas protegidas. Foi também nesse período que o controle do Estado sobre os parques começou a se intensificar mais, mobilizando a polícia na criminalização das comunidades, inclusive das novas populações então consideradas “invasoras”. Por isso, quase todas as mulheres da RAMA que vivem nesses bairros – mas não só elas - têm duras histórias de criminalização por parte dos órgãos ambientais para contar, como casos em que a polícia aparecia no meio do “serviço” para tirar as ferramentas de trabalho deles fazendo uso da força ou entravam dentro das casas para procurar espingardas ou carne da caça. No geral, o desfecho desses episódios era a apreensão dos bens dos agricultores e, algumas vezes, prisões.

O segundo tipo de comunidade (Quilombo do Cedro, Quilombo Terra Seca-Ribeirão Grande e Quilombo Reginaldo), por serem reconhecidos como Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) tem uma série de práticas na agricultura e na vida coletiva que diferente dos outros bairros, além de terem acesso a uma série de políticas públicas específicas e um

grau organizativo das associações mais consolidado, herança de décadas de organização dessas comunidades na luta pela titulação de suas terras – ainda não alcançada - e em outros processos de organização das Comunidades Negras Rurais do Vale do Ribeira. Vem principalmente deste setor da RAMA (que representa 4 dos 10 grupos da rede) o debate sobre a importância da prática da roça de coivara e da agricultura tradicional, tema que será mais desenvolvido no capítulo 5 desta dissertação.

O terceiro tipo de comunidades (bairro Córrego da Onça e bairro Indaiatuba) é marcado por um acesso muito limitado à terra para a agricultura familiar, como resultado da concentração fundiária feita por grandes fazendeiros. Em geral, esse fator limita a produção tanto para autoconsumo quanto para venda nas comunidades, formadas por famílias que vivem da agricultura, mas que dependem mais de trabalhos temporários nas áreas rural e urbana e de políticas públicas como o Bolsa Família. A comunidade do Córrego da Onça tem uma maioria de pessoas negras, sendo que muitas mulheres desse local falam sobre a importância de iniciar o processo de autorreconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo, por compreenderem que sua formação tem a ver com pessoas que foram escravizadas e que viviam nesse local. No entanto, isso ainda não se concretizou.

Há também mulheres que vivem no Bairro Rio Vermelho, no eixo da BR116, que são migrantes de quilombos de outras regiões do Brasil, e que se autodefinem como quilombolas ainda que hoje não vivam em território quilombola. É importante ressaltar estes casos (de quilombolas na RAMA que vivem fora de território quilombolas e de comunidades que se autoreconhecem como quilombos de forma difusa, ainda sem reconhecimento do Estado) porque isso demonstra como a questão racial está presente na rede em diversos âmbitos e não se restringe apenas à vida das mulheres que vivem nos quilombos já reconhecidos.

Em maior ou menor grau, todas as comunidades convivem com a existência de fazendeiros. A maior parte deles é de produtores de gado (tanto rebanho bovino quanto de búfalo) que possuem grandes extensões de pastagens. O avanço das pastagens e a presença dos fazendeiros representam uma grande preocupação para as mulheres da RAMA. Primeiro, porque as fazendas estão em sobreposição ao território da maior parte dos Quilombos, e o processo de titulação da terra depende do trâmite de indenização e saída desses proprietários do território. Esse processo já começou a acontecer, com a Fazenda Itaóca por exemplo, que estava sobreposta ao território de boa parte dos quilombos onde há agricultoras da RAMA, cujo dono já foi indenizado. Isso é um passo importante para conseguir dar seguimento na luta pela titulação das terras.

Segundo, as mulheres se preocupam com o avanço das fazendas pois já percebem os efeitos que o crescimento das pastagens tem no ambiente, como é possível observar pela Cartografia Socioambiental Feminista. Elas citam desde a contaminação das águas causada pelo gado – que elas relacionam com doenças que surgem tanto nos adultos quanto nas crianças -, até o aumento da temperatura que elas tem vivido no território e a maior ocorrência de ataques de insetos e outros animais nas suas roças. Para elas, tem muita gente com dificuldade de produzir porque os animais estão atacando as roças, principalmente de milho. Os animais, por sua vez, estariam fazendo isso porque tem cada vez menos comida para eles – nas roças e nas florestas -, o que faz com que eles se concentrem nas roças que ainda restam.

A produção de búfalos é muito comum não só entre fazendeiros, mas também dentre a agricultura familiar da região, inclusive entre as mulheres da RAMA. A atividade de criação dos búfalos no geral é familiar: tanto o homem quanto a mulher trabalham nela, e com frequência os filhos mais velhos também. Nas famílias das mulheres da RAMA a criação dos búfalos é feita de forma agroecológica, usando práticas de bem-estar animal e cercando os cursos de água para protegê-los do assoreamento causado pelos bichos. Há aquelas que começaram com esse tipo de produção, mas desistiram porque dizem que é “uma escravidão”: os animais exigem muito trabalho todos os dias, mais de uma vez ao dia, o que impede seus donos de fazerem outras atividades ou se ausentar do sítio para viajar, por exemplo. A maior parte do leite é vendido para laticínios da região que determinam o preço que será pago, o que também é uma grande desvantagem para os produtores. Além disso, o custo de cercar toda a propriedade e os cursos d’água para protegê-los - atividades necessárias para realizar um manejo que possa ser considerado ecológico - é bastante alto. Há casos em que o laticínio deixa de comprar o leite dos produtores por estes não cumprirem os rígidos padrões de qualidade, o que faz com que o investimento feito até então seja perdido. No entanto, devido principalmente a ausência de outras possibilidades de comercialização, a criação de búfalos e a abertura de pastagens seguem crescendo, apesar de todos estes pontos negativos envolvidos nessa atividade econômica.

Dentre as mulheres da RAMA que permanecem criando búfalos, elas vendem o leite para o laticínio, mas combinam a venda com outros mercados, por exemplo, vendendo queijos, manteiga e requeijão para a rede Esparrama e para a vizinhança do bairro, o que diminui a sua dependência em relação a um só mercado. Durante as entrevistas para essa pesquisa, houve mulheres que afirmaram participar de projetos de compensação ambiental

como forma de suprir a renda que perderam ao sair da atividade leiteira, por todos esses motivos.

Em geral, as mulheres têm uma enorme diversidade de produtos. Para se ter uma ideia, uma lista de oferta de produtos da RAMA para a Rede Esparrama chegou a ter mais de 250 produtos diferentes, entre in natura, fitoterápicos, padaria, processados etc. A maior oferta está concentrada nos vários tipos de banana e no palmito pupunha. Isso é só o que é direcionado para a venda, que não chega perto do total que é cultivado pelas mulheres. Há casos de mulheres da RAMA que só ofertam alguns produtos para a Rede Esparrama, mas tem uma enorme e biodiversa produção para autoconsumo que não chega a ser ofertada para comercialização.

A maior parte dos produtos ofertados vem de cultivo exclusivo das mulheres, mas há também produtos que envolvem homens na produção (por exemplo, queijos produzidos a partir do leite do gado que é cuidado pelo casal, ou produtos in natura que vem de uma roça cuidada por vários membros da família). O pagamento por estes produtos vendidos na Rede Esparrama, no entanto, é feito para a conta bancária da representante de cada grupo, que repassa o dinheiro para as mulheres. Não é possível afirmar que este dinheiro fica sempre exclusivamente “na mão” das mulheres para elas decidirem como gastar, mas é muito constante ouvir delas sobre como essa comercialização foi o que proporcionou com que elas tivessem “o meu dinheirinho”, o que sugere que este é o caso na maior parte das vezes. Além da agricultura, as mulheres em geral são as mais responsáveis - as vezes, acompanhadas da filha mulher - pela realização do trabalho doméstico.

Elas também se ocupam do trato dos animais pequenos, e de tarefas militantes e coletivas. Principalmente no caso das mulheres lideranças, uma boa parte da semana é tomada por reuniões, organizações da contabilidade do processo de comercialização, viagens realizadas pelo movimentos sociais etc. Enquanto isso, os homens geralmente se ocupam quase que unicamente do trabalho agrícola, seja na roça da família, seja trabalhando para “terceiros”, realizando serviços de roçada e manutenção de cerca para fazendas das proximidades. Elas percebem que no geral tem o tempo de vida mais atravessado por demandas externas e uma carga de trabalho maior que a dos homens, o que é expressado por frases ditas de forma corriqueira como “a gente não descansa da hora que levanta até a hora que vai dormir” ou “eles chegam do serviço, sentam, e vão assistir [à televisão]. Enquanto isso a gente está fazendo serviço de casa, resolvendo alguma coisa, até 22h, 23h...”.

O trabalho de assessoria realizado pela SOF atua no sentido de tornar o trabalho reprodutivo realizado por elas mais visível, e buscar formas de diminuir a sobrecarga sobre as mulheres. No entanto, o que a realidade mostra é que são raras as mulheres que conseguem de fato distribuir a carga de trabalho reprodutivo de forma mais igualitária com a família. No geral elas se organizam na RAMA, trabalham em casa e na roça e ainda assumem tarefas coletivas como lideranças, o que faz com que o tempo para elas mesmas, para lazer ou descanso, seja muito escasso.

Sobre quem toma as decisões sobre o que e onde vai ser produzido, no que diz respeito à produção das mulheres, elas geralmente afirmam que decidem de forma autônoma sobretudo sobre o quintal ou “arredor de casa” e, às vezes, junto do resto da família, o que varia conforme a configuração familiar: há aquelas que decidem em conjunto com o marido e aquelas que vivem em terrenos compartilhados com mais membros da família, como irmãos e pais, e que tomam decisões envolvendo estas pessoas também.

Muitas mulheres da RAMA se conhecem há décadas por participação em espaços comuns do município: frequentam a mesma igreja, fazem parte da mesma Cooperativa, são parentes próximas ou distantes, militam no mesmo partido político, ou por outras razões. No entanto, elas começaram a se encontrar de forma recorrente com essa identidade de “grupos de mulheres” a partir de 2015 em atividades de formação feminista e agroecológica realizadas pela SOF. Desde então, o processo de auto-organização delas tem crescido paulatinamente, o que faz parte da perspectiva de trabalho de assessoria da SOF: que os grupos criem autonomia para que, no longo prazo, não dependam das assessoria para se organizarem. Nesse sentido, cada dia mais elas são mais autônomas em relação a SOF em seus processos internos.

Até 2019, o coletivo se autodenominava somente como “Mulheres do Vale”. Na assembleia anual realizada neste ano, decidiram em coletivo aderir ao nome RAMA. Ao explicar esse processo, dizem que a palavra representa muito para elas, por ser uma palavra muito usada na agricultura, para denominar a rama da mandioca e a da batata-doce, por exemplo.

Principalmente as mulheres que estão na organização há mais tempo, sempre que vão descrever como a rede funciona, sublinham o fato de que “a RAMA não é só pra vender”. Por isso, há uma regra de que todas as novas integrantes participem da rede por 6 meses (comparecendo nos mutirões de trabalho, reuniões, rodas de conversas, atividades no geral) antes de começar a comercializar através da rede Esparrama. Algumas exceções a essa regra já foram abertas, pontualmente, em casos de mulheres que estavam passando por problemas

financeiros extremos, ou que estavam sendo vítimas de violência doméstica. A importância de acolher as mulheres que estão nessas situações é sempre sublinhada, e as lideranças dos grupos costumam reforçar que também é papel das mulheres se apoiar nesses casos, fortalecendo as mulheres para que elas possam sair do ciclo da violência, como fica claro na fala desta líder do grupo “Esperança”:

Sobre a RAMA, foi uma coisa maravilhosa que aconteceu na vida das mulheres da região, quase todo bairro tem um grupo, a gente aprendeu a dar valor às coisas que a gente tem no sítio, na chácara, no quintal, e trouxe renda para as mulheres. Tinha mulher que nunca tinha pegado seu dinheiro na mão, e hoje consegue vender e pegar seu dinheiro pra fazer o que elas querem. Eu me sinto muito bem nessa RAMA, me sinto feliz quando estou na minha salinha preparando os produtos, eu sei que lá do outro lado tem gente que tá usando, se sentindo bem. E aprendi muito com a RAMA porque sempre que a gente sai, vai em um mutirão, em um encontro, a gente aprende muita coisa. Esses grupos de mulher vieram trazer muito benefício pra gente, a gente sabe que ainda tem mulheres que estão presas em casa, não consegue se libertar, dizer não, mas é muito importante pra nós. E quando eu to preparando os produtos eu fico feliz, a hora passa na salinha que eu nem vejo. E saber que a gente tá ajudando outras pessoas, os alimentos que a gente manda, tanta gente que a gente nem conhece que usa os nossos produtos, come os alimentos... então me sinto muito bem quando to trabalhando, fazendo pomada, xarope, tintura. E a gente tenta se organizar cada vez mais e tem vontade de aprender mais.

Os alimentos comercializados são fruto do trabalho das agricultoras diretamente envolvidas na organização do grupo de mulheres, não podendo ser comercializados produtos de vizinhos, parentes ou terceiros não envolvidos na organização. Os produtos transformados e artesanais (pães, doces, geleias, conservas) são produzidos de preferência com a principal matéria prima de origem na produção agroecológica, e quando não é de produção própria, pode ser de uma vizinha ou de outras agricultoras que participam de grupos da RAMA. Os produtos transformados são feitos principalmente por mulheres que não podem trabalhar na agricultura, por não ter terra ou ter sérios problemas de saúde, que tem nesse tipo de produto a sua forma de gerar renda. Porém, pelo menos um dos ingredientes usados nas receitas tem que vir da produção de alguma mulher da RAMA, e nenhum desses produtos pode conter transgênicos.

No geral, a produção das mulheres tem como primeiro destino o autoconsumo de suas famílias - ou, como elas dizem, “o que é do gasto” - tanto as que moram com elas quanto os que moram em outras cidades, filhos, parentes, comadres. O que é vendido pela RAMA é, em

geral, o que está para além do que a família consegue consumir. Isso é inclusive um tipo de acordo dentro da RAMA, que é manifestado pelas mulheres e pelas técnicas da SOF através de expressões como “não vá vender a sua galinha pra depois ir comprar frango da granja”. Ou seja, o processo de organização na rede foi criando uma ideia coletiva de que é importante pensar na qualidade da alimentação da própria família: uma vez que os alimentos produzidos por elas são mais saudáveis que os do mercado, a família deve ter o direito de comer desse alimento.

Além da Rede Esparrama, elas também vendem seus produtos para outros mercados: mercados locais, feiras, batendo de porta em porta e através da política de compras públicas (PAA e PNAE).

Na produção, o combinado coletivo é não usar agrotóxico, transgênicos, nem adubo químico. Nos casos em que os maridos ou outra pessoa da família usam veneno, elas criam uma área separada, onde só elas trabalham e onde o veneno é proibido. As mulheres da RAMA que são de comunidades quilombolas praticam a roça tradicional da coivara. Há mulheres que têm uma visão de produção agroecológica mais ligada à Cooperafloresta, que acreditam que a coivara é uma prática que não é boa para a natureza. No entanto, é um combinado coletivo da RAMA que as quilombolas podem fazer essa prática, por ela estar inserida em seu modo de vida.

A atuação da Sempreviva Organização Feminista (SOF) no território

A SOF inicia sua atuação no Vale do Ribeira em 2014 através da política de “Territórios da Cidadania”, que tinha como objetivo o “fortalecimento do desenvolvimento territorial pela atuação coletiva das mulheres rurais”. Esse projeto se realiza em convênio com a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMR) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (NOBRE; MORENO; SAORI, 2015).

Em 2015, a organização foi contemplada com um edital para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para mulheres, também ligado ao MDA, dedicado ao desenvolvimento da produção agroecológica das mulheres agricultoras. A atuação no território se manteve até os dias atuais, mesmo com o fim dos financiamentos públicos federais a partir de 2016, contando com o apoio de outras organizações e agências de fomento. Em 2023, a organização foi novamente contemplada com o projeto de ATER para

mulheres do MDA, após a reinauguração do ministério no novo mandato federal do presidente Lula.

A SOF é parte do movimento feminista no Brasil e internacionalmente. Atua como a secretaria nacional da Marcha Mundial das Mulheres, e também atuou como secretaria internacional do movimento até o ano de 2013. Reconhecidamente, dá uma importante contribuição para as organizações da sociedade civil e do poder público para a elaboração e execução de uma agenda política feminista, atuando sempre em aliança com outros movimentos do campo da esquerda popular. No sentido do que Sonia Alvarez (1998) denomina de “hibridez política” das organizações feministas na América Latina, a SOF atua tanto no sentido de ter uma intervenção direta no cenário político junto aos movimentos sociais quanto com assessoria técnica, onde poderia se encaixar o trabalho que realiza com a RAMA.

O fato de que as mulheres da RAMA me conheçam há muitos anos como técnica da SOF pode, certamente, ter algum peso sobre o fato de que as narrativas sobre a organização dirigidas a mim no contexto de pesquisa tenham sido quase totalmente positivas. No geral elas não tecem críticas à organização, a narrativa predominante é de valorização de tudo que conquistaram depois que começaram a se organizar. Alguns limites do trabalho, comentados de forma esparsa, se referem à impossibilidade de um acompanhamento técnico mais próximo - a SOF não realiza visitas individuais às agricultoras para conversar sobre desafios na produção, por exemplo, e nem sempre consegue fazer reuniões periódicas de acompanhamento de todos os grupos - e à impossibilidade que a SOF tem demonstrado em abrir novos mercados para a comercialização da RAMA, que hoje comercializa para diferentes tipos de mercado mas ainda possui uma quantidade significativa de produção que não possui destino no comércio.

O processo de acompanhamento da RAMA pela SOF é baseado na criação de capacidades das mulheres para que elas ganhem autonomia, exerçam papel de liderança, participem dos espaços políticos do bairro e do município e se integrem na dinâmica de organização do movimento agroecológico de forma autônoma, não necessariamente mediada pela SOF ou outra organização. A auto-organização das mulheres em coletivos, movimentos e redes é um princípio desta intervenção (NOBRE; MORENO; SAORI, 2015).

Os espaços auto-organizados servem para as mulheres fazerem ações coletivas, mas são também espaços de formação, uma vez que os coletivos só de mulheres permitem que elas se reconheçam umas nas outras e vejam os problemas que enfrentam em comum, para além

das suas diferenças. Nesse sentido, começa-se a construção de um sujeito político coletivo: onde são construídas suas agendas de luta a partir da percepção do que são demandas comuns, e suas táticas e estratégias para conseguir esses objetivos. É um processo que busca atuar contra a correlação de forças de poder da sociedade que, em geral, desfavorecem as mulheres, seja na vida privada ou no âmbito público (NOBRE, MORENO, SAORI; 2015).

Esse movimento no geral esbarra em obstáculos impostos às mulheres, como a sobrecarga de trabalho que se impõem a elas pela lógica da divisão sexual do trabalho que divide e hierarquiza o que é trabalho masculino do que é trabalho feminino (HIRATA, KERGOAT; 2007). Por isso, nas atividades de formação e organização propostas pela SOF, o horário e dia da reunião são escolhidos a partir da disponibilidade das mulheres, além disso, são planejados espaços de cuidado com as crianças para que as mães possam levar seus filhos e filhas.

É notório que o movimento de auto-organização das mulheres, quando se inicia, provoca mudança também em suas vidas privadas, o que se relaciona com uma famosa consigna do movimento feminista: “o pessoal é político”. Por exemplo, é comum que as mulheres relatem que sua participação nos espaços coletivos provoca ou já provocou mudanças na relação com seus maridos: alguns que passam a apoiá-las mais em suas atividades; outros que começam a questionar seu envolvimento no coletivo e a quantidade de vezes que está saindo de casa, ou que se negam a realizar o trabalho doméstico na ausência da mulher, quando ela vai para uma reunião ou uma viagem ligada ao movimento.

Outro aspecto estratégico da auto-organização é a capacidade das mulheres de construir sua agenda política e reivindicá-la em todos os espaços. Um tipo de prática que exemplifica isso é o fato de que, todo fim de ano, a RAMA realiza uma assembleia para discutir os rumos da rede, debater temas importantes e comemorar o aniversário da organização. Nessa ocasião, algum representante da prefeitura, no geral da Secretaria de Agricultura, sempre é convidado a participar de uma parte do encontro. O intuito dessa participação é apresentar para o poder público o trabalho que as mulheres têm feito, e logo em seguida demandar algum tipo de apoio, geralmente o empréstimo mensal de um caminhão da prefeitura para que a entrega dos produtos das mulheres para a Esparrama, em São Paulo, seja realizada.

Essa apresentação para o poder público e a manifestação das demandas das mulheres sempre foi feita pelas mulheres agricultoras, mesmo que houvesse representantes da SOF na reunião. O trabalho da SOF em propiciar esse espaço de reivindicação era o de preparar as

mulheres para este momento. Então, na primeira parte da reunião, quando os representantes da prefeitura ainda não estavam presentes, a equipe da SOF auxilia as mulheres a prepararem sua pauta de reivindicações, decidirem entre elas qual delas iria fazer a fala pública, dentre outros aspectos que garantiriam uma apresentação mais assertiva.

A SOF também foi responsável por apresentar à RAMA o “mundo” do feminismo no movimento agroecológico. A organização está envolvida profundamente nas elaborações sobre o tema através de sua participação no interior do movimento feminista como um todo e, especialmente através da participação no Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Autoras como Hillenkamp & Nobre (2018), Telles (2018) e Franco (2021) avaliaram, em seus trabalhos, o processo de transformação que o trabalho da SOF promoveu no território a partir da ressignificação de esferas da reprodução social. Para Hillenkamp & Nobre (2018), esse processo significou “em diferentes níveis e em meio a diferentes conflitos, [...] a constituição de um sujeito político portador da visão da agroecologia em âmbito nacional e à construção de solidariedade em âmbito local” (p. 170)

A única organização que faz um acompanhamento de caráter técnico-político da RAMA como organização é a SOF. No entanto, há mulheres que recebem acompanhamentos de outras organizações em que estão envolvidas. É o caso por exemplo das que fazem parte da Cooperafloresta, ou estão envolvidas em projetos da Iniciativa Verde ou do Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural (IDESC), que é bastante atuante na região e atualmente realiza um projeto de formação com jovens do território. As mulheres quilombolas têm relação com organizações como a Equipe de Articulação e Assessoria de Comunidades Negras (EAACONE). O Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) também acompanha tecnicamente as comunidades da Barra do Turvo e, por consequência, boa parte das mulheres da RAMA.

Essas são as organizações que, durante o campo, demonstraram ter uma presença mais frequente e de longa data no território. No entanto, é comum que de tempos em tempos as mulheres também se envolvam em projetos pontuais de pesquisa e assessoria com universidades e outras organizações.

Relação com a Rede de Grupos de Consumo Responsável da Grande São Paulo (Rede Esparrama)

Em 2016 se inicia a relação das mulheres com a Rede de Grupos de Consumo Responsável da Grande São Paulo (Esparrama), por intermediação da SOF, mas se consolidando ao longo do tempo em uma relação cada vez mais direta entre consumidores e agricultoras. Essa forma de comercialização foi pensada em relação desde o início e tem muitas características próprias e singulares.

A construção da rede Esparrama se conforma como uma experiência de construção social de mercados que, como argumenta Granovetter (1985), coloca em xeque a imagem dos mercados como figuras abstratas e impessoais que operam sempre segundo uma mesma lógica universal. Muito ao contrário disso, os mercados são espaços sociais onde os sujeitos organizam suas próprias relações e práticas econômicas a depender do objetivo que querem alcançar. Os objetivos podem não ser somente econômicos, mas também representar outros valores e interesses. Para Callon (2003), uma análise da formação desses mercados é importante para mostrar claro a teia de relações sociais que está por detrás dos mercados.

Na construção da rede Esparrama, os valores da solidariedade e da formação de uma aliança política “campo-cidade”, além da busca pelo acesso a alimentos de qualidade que não venham de grandes conglomerados da cadeia agroalimentar, foram os valores centrais. Para a consolidação de uma aliança “campo-cidade” que possibilita que famílias trabalhadoras, de baixo poder aquisitivo, na cidade, possam consumir produtos agroecológicos, os preços praticados pela rede são definidos coletivamente, em um espaço coletivo de uma assembleia anual. A busca é por chegar em valores que remuneram justamente as agricultoras, mas que ainda são acessíveis para a maior parte das pessoas nas cidades.

O valor dos alimentos e todos os outros assuntos que precisam ser debatidos entre a RAMA e a rede Esparrama são tratados na assembleia anual entre as redes, que ocorre na Barra do Turvo, geralmente no feriado de Corpus Christi. Nessa ocasião, representantes dos grupos de consumo vão para o território e passam dois dias na casa das mulheres da RAMA conhecendo os sítios, ajudando no trabalho, fazendo atividades tradicionais junto das famílias. São os momentos de intercâmbio que cumprem diversas funções: criam segurança em relação às práticas agroecológicas das mulheres, uma vez que os consumidores conhecem as áreas de produção e a casa delas e veem com os próprios olhos como tudo é produzido; fortalecem os laços pessoais e de amizade, parte importante da sustentação do trabalho coletivo entre as redes; proporciona momentos de troca de saberes e de trabalho coletivo, por exemplo, há grupos de mulheres que aproveitam a ocasião do intercâmbio e a presença de um maior número de pessoas no sítio para fazer mutirões de diversos tipos; e possibilita conversas sobre

o funcionamento da rede, como observações sobre a qualidade dos produtos que estão sendo entregues.

No último dia do intercâmbio é realizada a assembleia, que é o momento de definição dos novos preços praticados na comercialização e de debate sobre todos os aspectos que precisam ser definidos coletivamente, como aqueles relacionados ao uso do caminhão, mudanças em relação às embalagens dos produtos, e demais assuntos que se demonstrem urgentes.

O processo de comercialização foi desenhado para acolher a grande diversidade de produtos das mulheres: em fevereiro de 2020, por exemplo, elas ofereceram 250 produtos diferentes para a rede Esparrama, entre alimentos *in natura*, processados, fitoterápicos, mudas, artesanatos, carnes e laticínios. Tudo que as mulheres quiserem vender pode ser oferecido, mesmo as coisas que são ofertadas em quantidades muito pequenas, desde que venha de produção própria. É comum que as mulheres da RAMA, quando estão apresentando a rede para novas agricultoras, ao explicarem como é o processo da comercialização, digam frases como: “Você pode ofertar qualquer coisa, um maço de cebolinha, uma erva medicinal do seu quintal, qualquer coisinha”.

Essa é uma observação que sempre precisa ser afirmada porque a maior parte das mulheres só está familiarizada com processos de comercialização que exigem a oferta de grandes quantidades de produto. Os mercados institucionais como PAA e PNAE funcionam sob esta lógica, assim como os mercados varejistas da região, e os atravessadores. Esta é uma lógica que exclui as mulheres que geralmente possuem uma produção muito diversa, concentrada em seus quintais produtivos, mas com uma escala menor de produção de cada item (RODY, TELLES; 2021). Por isso, a existência de um mercado que acolhe e dá escoamento à diversidade da produção, independentemente da quantidade ofertada, configura um mercado mais acolhedor para as formas de produção das mulheres.

As mulheres da RAMA cultivam uma variedade enorme de alimentos, e essa característica foi apoiada e estimulada pela SOF durante o processo de ATER realizada no território, pelo entendimento da importância da produção agrícola diversificada mantida por mulheres desde a ótica da soberania alimentar. Ao contrário da lógica da modernização agrícola, trazida pela Revolução Verde, de especialização produtiva direcionada ao aumento do lucro e do retorno econômico à curto prazo, a agroecologia feminista valoriza a produção diversificada, voltada para o cuidado socioambiental (Zuluaga et al., 2018).

No mês de setembro de 2023 a média de renda mensal por mulher proporcionada por este processo de comercialização foi de R\$250,00. Na prática, há mulheres que chegam a ganhar mais de mil reais com o processo de comercialização, e há algumas que não chegam a ganhar R\$100,00. Há muitos fatores envolvidos nessa discrepância: a diferença no acesso à terra, o tipo de produto produzido, a quantidade de trabalho reprodutivo que as mulheres realizam ou o vínculo com outro emprego, dentre outros. No geral a rede Esparrama e o trabalho da SOF atuam para constantemente diminuir essa discrepância, privilegiando encomendas para as mulheres que têm recebido menos e inserindo mais mulheres na produção de alimentos processados, que possuem maior valor agregado, por exemplo. No entanto, há um grande desafio na expansão das vendas da Rede Esparrama porque esta depende de um grande esforço voluntário dos consumidores na cidade para acontecer, o que tem sido cada vez mais difícil de concretizar ao longo do tempo, principalmente pela falta de tempo e possibilidade das pessoas de abrir espaço na semana para se dedicar a isso. Ainda que o valor não seja muito alto, é um processo de comercialização muito valorizado pelas mulheres, aspecto que será mais abordado no último capítulo dessa dissertação.

As entregas são realizadas mensalmente, através do caminhão da Associação do Quilombo Ribeirão Grande-Terra Seca que é cedido à RAMA pontualmente. Em São Paulo, os alimentos são entregues no Espaço Cultural Monte Kemel, no distrito de Vila Sônia, Zona Oeste da Cidade. Nesse dia, representantes dos grupos de consumo se encontram neste espaço e realizam todo o trabalho de descarregar os alimentos do caminhão, separá-los e distribuí-los para os grupos de consumo. Todo esse trabalho é feito de forma voluntária, e o espaço também é cedido para essa ocasião gratuitamente.

6.2. A ALTERNATIVA AGROECOLÓGICA FEMINISTA DA RAMA

A partir da elaboração de Laura de Biase (2016) sobre o saber-fazer agroecológico no Quilombo Ribeirão Grande, me interessei por elaborar o que seria um saber-fazer específico das mulheres da RAMA. A autora se referêcia em um princípio básico da agroecologia, qual seja, o diálogo entre o saber-fazer científico e o saber-fazer das pessoas dos territórios¹⁷, para

¹⁷ Autores como Stephen Gliessman (2002), Miguel Altieri (2001) e Eduardo Sevilla Guzmán (2000), além de sujeitos do movimento agroecológico como um todo, definem o diálogo de saberes como um princípio da agroecologia. Reconhecem assim, a contribuição de um amplo leque de povos e comunidades tradicionais para a construção do movimento agroecológico. Reforçam, ainda, a importância de que a agroecologia seja construída territorialmente, tendo a identidade de cada grupo social como ponto de partida para a construção da sua forma específica de fazer agroecologia.

tecer análises sobre a realidade local, analisando o grau de autonomia que as comunidades possuem para concretizar o seu saber-fazer articulando-o com outras formas de conhecimento.

Acredito que o debate sobre o manejo das roças de coivara consiste em um objeto interessante para realizar essa reflexão.

O manejo da coivara é um debate constante no movimento agroecológico, não só no Vale do Ribeira. Há um entendimento de um campo do movimento, mais ligado à agricultura sintrópica - inclusive no interior da Cooperafloresta - de que a prática é danosa para o solo e para o ecossistema de forma geral pelo potencial que o uso do fogo teria em degradar a vida do solo, e não deveria ser utilizada na agricultura agroecológica, como defendido por Steenbock (2013). Por outro lado, há cada vez mais estudos que comprovam que a agricultura de coivara quando realizada da forma que os povos tradicionais do Vale do Ribeira o fazem, foi essencial para a formação da floresta existente hoje (Munari, 2010), além de não exercer impacto significativo sobre o ecossistema tem uma enorme importância cultural, sendo reconhecida inclusive como parte do Sistema Agrícola Tradicional (SAT) das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (SP), um Patrimônio Cultural Brasileiro reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹⁸.

A agricultura de coivara é também ponto de negociação entre as comunidades e a gestão das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do território. Desde a criação do MOJAC criou-se a possibilidade de as pessoas fazerem roça sem serem criminalizadas, ao contrário do que ocorria na época em que o território estava sobreposto ao Parque. No entanto, a comunidade não possui autonomia total para fazê-lo. Qualquer pessoa que queira abrir uma roça deve pedir uma autorização para tal, que precisa ser legitimada pelo conselho gestor da RDS. Ainda que isso seja um avanço de autonomia em relação ao período anterior, permanece a necessidade de, no fim, ter de pedir autorização a um órgão instaurado pelo Estado para exercer uma importante prática do modo de vida das comunidades quilombolas. Por detrás do ato de precisar pedir permissão permanece uma percepção de que o Estado é o verdadeiro dono daquelas terras, e não as famílias que as ocupam há gerações e que já foram inclusive reconhecidas, ainda que não tituladas, pela Fundação Cultural Palmares do governo Federal.

¹⁸ É possível saber mais sobre a transformação do Sistema Agrícola Tradicional (SAT) das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (SP) em Patrimônio Cultural Brasileiro na página web do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4838/sistema-agricola-tradicional-do-vale-do-ribeira-agora-e-patrimonio-cultural-do-brasil>. Acesso em: 25 de set. 2023.

Durante a pandemia de Covid-19, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do estado publicou resolução (resolução SIMA nº 28) concedendo autorizações em caráter emergencial para a implantação de roças tradicionais praticadas por povos e comunidades tradicionais no Estado de São Paulo. Ou seja, a necessidade de pedir autorização foi suspensa, por um entendimento de que o pedido de permissão seria impossível naquele momento - devido ao isolamento social - e que a abertura de roças era necessária para a garantia da soberania e segurança alimentar das comunidades. A medida foi resultado de reivindicações das organizações quilombolas e das comunidades tradicionais do estado de São Paulo e ficou vigente até 2021. Hoje, como um tipo de flexibilização que permaneceu, o pedido é muito mais simples e pode ser feito de forma virtual, em conversas por aplicativos de mensagens.

Na assembleia da RAMA do ano de 2019, onde foram definidos aspectos importantes do funcionamento da rede, as mulheres pactuaram coletivamente que as mulheres quilombolas da rede poderiam continuar praticando a agricultura de coivara e continuar sendo parte da organização, uma vez que essa é uma prática inserida em seu modo de vida. Foi uma decisão coletiva diferente da decisão coletiva tomada na Cooperafloresta, por exemplo, que proíbe a prática da coivara para todos os associados. Na ocasião, as mulheres tiveram um debate sobre a forma de fazer o manejo do fogo, deixando claro que estavam falando de um uso consciente e culturalmente localizado, e não do uso indiscriminado de queimadas.

A forma de fazer acordos e acolher e possuir uma grande diversidade cultural é uma marca da RAMA que não se encontra em outras organizações do território. Elas tomaram essa decisão com base no diálogo, no consenso e no reconhecimento da diferença entre elas. A confiança de que todas cumprirão com o combinado é reforçada pelo fato de que, mensalmente, as mulheres fazem mutirões nos sítios umas das outras, além dos mutirões que ocorrem internamente nos bairros que podem ser até mais frequentes. Assim, sempre estão se visitando, conversando, e checando se os acordos estão sendo seguidos.

A observação do funcionamento cotidiano e dos processos políticos da RAMA demonstra que as agricultoras não realizaram uma simples “absorção” de princípios externos, trazidos por organizações como a SOF. Na realidade se articularam e conjugaram com lutas e concepções políticas que já existiam no território.

Isso se demonstra por exemplo na forma como elas organizam os mutirões, como experimentos originais e únicos, que fazem parte da sua maneira de fazer agroecologia. Os mutirões acontecem de forma mensal, sempre revezando o grupo que receberá o coletivo para

o trabalho coletivo. A pessoa que recebe o grupo define qual trabalho será realizado e também se responsabiliza, junto com seu grupo, pela alimentação das participantes do mutirão. No geral, é uma “roçada” de área, para deixá-la limpa para o plantio ou para possibilitar que as plantas que ali estão se desenvolvam melhor. Em alguns casos, o mutirão é de plantio. Quando há um bom número de pessoas, pode-se realizar as duas coisas.

Uma primeira diferença em relação à forma como a RAMA organiza seu mutirão em relação às formas tradicionais de trabalho coletivo ou à forma como os grupos da Cooperafloresta o faziam, por exemplo, é o fato de que as mulheres que ficam na cozinha preparando o almoço que será servido após o trabalho também tem seu dia de serviço contabilizado. Elas, por uma decisão coletiva da RAMA em reunião com a presença da SOF, são consideradas participantes como as outras, que podem por exemplo ser escolhidas no sorteio para receber o próprio mutirão em sua casa, pois entende-se que ela “deu” um dia de seu trabalho para o coletivo também, ainda que na cozinha.

As mulheres contam que antigamente elas não iam para todos os mutirões com suas famílias. Havia os mutirões só de homens e aqueles em que elas podiam acompanhar, para fazer tarefas específicas. Mesmo nesse caso, seu trabalho não era totalmente considerado, era como se elas valessem “o serviço de meio homem”. Além de não terem o trabalho valorizado, elas não se sentiam confortáveis para definir os rumos do trabalho coletivo, o que também é diferente na RAMA: a mulher que recebe o mutirão que diz onde e como o serviço será realizado, e as outras procuram trabalhar como a dona do local indicou que deveria ser feito, e não como elas costumam trabalhar em suas áreas.

Elas consideram que isso é um aprendizado importante, e que foi através disso que aprenderam novas maneiras de praticar agricultura. Portanto, o mutirão se concretiza para elas não só como uma troca de dias de trabalho, mas também como uma troca de saberes.

Em algum sentido, os mutirões da Cooperafloresta são semelhantes aos da RAMA. Em entrevista à Laura de Biase (2016), Nelson, que foi um dos principais técnicos da organização por muitos anos, coloca:

a Cooperafloresta, ela dinamizou vários elementos da cultura quilombola. Por exemplo o mutirão, ou pixirão, é da língua ali né... um dos lugares que mais funciona [...]. Isto acabou sendo estatutário, regimental, vamos dizer, pra Cooperafloresta. Mas é uma prática que vinha sendo abandonada, mas é uma prática da cultura local. Praticar ajuda mútua. Então você [A Cooperafloresta] dá uma adequada a isso... então... que é um momento de ensino... e também de organização (Biase, 2016, p. 204).

No entanto, a Cooperafloresta inseriu elementos de disciplina em relação à participação no mutirão. Por exemplo, é obrigatório que os associados participem desses momentos para continuar fazendo parte do grupo da cooperativa que possui o certificado de produtor orgânico. A participação - não só no mutirão, mas também em outras atividades da Cooperativa - também garante um crédito de R\$30,00 que pode ser usado para a compra de insumos.

Já no caso da RAMA, as próprias agricultoras continuam mantendo a decisão de que a participação ou não no mutirão não represente ganhos ou punições. A única coisa que pode representar uma perda pela não participação no mutirão é o fato de que só participam do sorteio de recebimento do próximo mutirão quem está presente no mutirão atual. Assim, se algum grupo não enviar nenhuma representante para o mutirão, não tem a possibilidade de ser o grupo sorteado para o mês seguinte.

No mais, nas poucas vezes em que a possibilidade do não comparecimento ao mutirão representar sanções foi aventada por algum grupo minoritário, a grande maioria do coletivo se colocou contra, com a justificativa de que os mutirões da RAMA devem ser espaços acolhedores para as mulheres, porque o mais importante desse evento é a possibilidade que as mulheres têm de sair de casa, “dar um passeio”, “se sentir valorizada” e “aprender coisas novas e ensinar também”.

Elas possuem uma forma de conceber uma organização agroecológica que se relaciona muito com as elaborações feministas no campo da agroecologia. Essa perspectiva se organiza a partir da noção de que a transformação das relações humano-natureza, trazida pela agroecologia, precisa ser acompanhada, para se concretizar totalmente, de uma transformação nas relações sociais, principalmente de gênero (SILIPRANDI, 2009; JALIL, 2013; NOBRE, 2015; FILIPAK, 2017).

Esse campo coloca a necessidade de operar diversas transformações no campo agroecológico, como por exemplo aumentar o reconhecimento e a valorização dos trabalhos das mulheres na agroecologia, que tendem a ser subvalorizados em razão da divisão sexual do trabalho; e a valorização dos fluxos econômicos monetários e não monetários dos agroecossistemas, para tornar visível a contribuição econômica das mulheres que tende a ficar invisível por estar geralmente mais concentrada em relações não monetárias. (HILLENKAMP & NOBRE, 2016, HILLENKAMP et al., 2017). Essas reflexões foram originalmente apresentadas à RAMA através da assessoria da SOF, fundamentalmente através dos momentos de formação e de debate sobre as Cadernetas Agroecológicas. No entanto, é visível

que ao longo do tempo estes foram princípios absorvidos de forma íntima pelas mulheres, principalmente pelas lideranças, que costumam trazer estes elementos de valorização dos trabalhos das mulheres em todas as suas falas e sua maneira de pensar.

O efeito que a organização das mulheres na RAMA teve sobre a família são múltiplos. Há casos de maridos que se tornaram verdadeiros entusiastas da RAMA, que apoiam as mulheres em suas atividades, viagens e trabalhos e inclusive se responsabilizaram mais pelo trabalho doméstico paulatinamente quando elas saem para alguma viagem com a RAMA. É o caso do marido de uma agricultora que apoia ela em muitas atividades de organização do grupo de mulheres, mas que, segundo ela, nem sempre foi assim. Quando perguntada sobre o que havia acontecido para ele mudar, ela respondeu: “Não sei. Eu acho que eu mudei... e ele teve que mudar também”. Percepção que demonstra que a auto-organização das mulheres e sua organização em coletivo pode ter efeitos importantes também sobre os homens em alguns casos, pelas mudanças propostas por elas na dinâmica familiar e de divisão do trabalho.

É notório que as mulheres da RAMA passaram a ser mais valorizadas pelos maridos depois que o processo de comercialização com a rede Esparrama se consolidou. Em alguns casos, essa renda possibilitou até que alguns maridos deixassem de trabalhar tanto para outras pessoas e pudessem se concentrar em produzir apenas na área da família. O fato de que esse apoio apareceu apenas quando o processo de comercialização se consolidou com mais força, no entanto, demonstra a invisibilidade da produção para autoconsumo que sempre foi realizada pelas mulheres. Ou seja, houve uma mudança nas relações pessoais, mas a divisão entre trabalho remunerado valorizado e trabalho não remunerado invisível permanece.

Há também os maridos que não apoiam as mulheres com tanta consistência. Não são frequentes casos de “proibição” de participação das mulheres na RAMA, mas há os casos de maridos que “desconfiam” da participação delas nas reuniões. Estes, no geral, acompanham as mulheres nas primeiras reuniões, onde ficam na porta observando o que está acontecendo. Com o tempo isso tende a se dissipar, provavelmente pela percepção deles de que elas realmente estão frequentando um espaço só de mulheres, o que deve ser interpretado como um espaço confiável. No entanto, há muitos maridos que se recusam a se responsabilizar pelo trabalho doméstico na ausência das mulheres, o que pode limitar a participação delas em atividades mais longas, como viagens. Nas reuniões mais cotidianas isso é contornado parcialmente através da prática de levar as crianças para a reunião com elas.

Figura 6 – Mutirão da RAMA (março de 2023)



Foto: Marco Toresin

Figura 7 – Mutirão da RAMA (março de 2023)



Foto: Marco Toresin

Figura 8 – Reunião da RAMA pós-mutirão (março de 2023)



Foto: Marco Toresin

Figura 9– Reza antes do mutirão (março de 2023)



Foto: Marco Toresin

7. BARRA DO TURVO: UM TERRITÓRIO COM VOCAÇÃO PARA A COMPENSAÇÃO AMBIENTAL?

Essa sessão da dissertação se inicia com a delimitação de um outro território, diferente do território da RAMA, mas que materialmente se sobrepõe a este. Considero, seguindo a definição de Little (2018), que “território” pode ter múltiplas dimensões e fronteiras, dado que o que o define não é uma delimitação espacial, mas sim a construção política que um determinado grupo humano faz de um determinado lugar. Portanto, o território constituído pelas políticas ambientais do Estado e de organizações como a Economia Verde, que constituem esse lugar como um lugar com vocação para a conservação e compensação ambiental, é diferente dos territórios construídos pela RAMA, ainda que por vezes estes estejam no mesmo lugar.

Tomemos um exemplo que demonstra isso. Os projetos de reflorestamento da organização Iniciativa Verde que se dão dentro do Parque Estadual do Rio Turvo se abastecem de mudas de árvores produzidas pelas comunidades do entorno através dos viveiros comunitários, processo que será melhor explicado mais adiante neste capítulo. Portanto, os locais de produção de mudas nos viveiros é um processo constituinte do território de compensação ambiental criado por essa organização. No entanto, muitas vezes estes locais de produção de mudas são os locais onde as mulheres da RAMA fazem muitas outras coisas, mais ligadas a seu modo de viver e fazer agricultura. Há por exemplo uma agricultora da RAMA, do grupo Esperança, que produz mudas para compensação junto das mudas que acaba plantando em sua roça ou horta. Logo ao lado do viveiro de mudas ela construiu uma pequena casa onde ela pode receber outras mulheres e onde, juntas, elas produzem produtos fitoterápicos que são comercializados para a Rede Esparrama. Ou seja, no mesmo ambiente material ocorrem atividades que se inserem em lógicas de relação com a natureza diferentes, em relação com atores diferentes. Territorialidades distintas que são produzidas em um local compartilhado.

A argumentação que se segue tem o intuito de responder a pergunta: o território do município da Barra do Turvo tem se desenhado como um território da compensação? Se sim, como?

Entendo um território de compensação ambiental como um território que, por algumas características específicas, foi selecionado para receber projetos de compensação ambiental. Ou seja, em linhas gerais: ser um território preservado ou com algum projeto de “regeneração da natureza” que, por existir dessa maneira, permite que a natureza de outros locais possa ser

explorada. A realização dessa pesquisa foi muito motivada pelo fato de que eu sabia que havia projetos de reflorestamento no território, mas não era claro nem para mim nem para minhas interlocutoras daquele momento, afinal, o que estava em jogo exatamente nesses projetos.

São cada vez mais frequentes projetos de compensação ambiental que inserem agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais em seu funcionamento, os colocando como “motores” desse processo, os próprios “geradores” dos ativos ambientais. É o caso de projetos no Vale do Ribeira, em que os agricultores recebem pagamentos por fazer reflorestamento ou por terem boas práticas ambientais no seu modo de fazer agricultura.

O objetivo dessa parte da pesquisa é entender melhor esses projetos: quais são? servem para compensar o que? como as pessoas do território são inseridas nos projetos? eles tem algum impacto sobre a dinâmica fundiária, os modos de vida e de relação com a natureza? como impactam as mulheres que participam deles?

Para responder a essas perguntas, foram consideradas pesquisas prévias sobre a região, além de entrevistas com atores chaves, e os elementos sobre esse tema que o campo com as agricultoras trouxe. A seguir, apresentarei elementos teóricos sobre a inserção da lógica de mercado na conservação ambiental, a lógica da compensação ambiental e o avanço da Economia Verde como paradigma econômico cada vez mais hegemônico na sociedade. Em seguida, apresento dados do campo de pesquisa que demonstram como esses processos estão se dando na Barra do Turvo.

7.1. CONSERVAÇÃO, MERCADO E ECONOMIA VERDE

Vivemos em um mundo onde a “governança” ambiental, em muitas esferas, é guiada por uma lógica liberal: baseia-se em uma aposta pela compatibilidade entre conservação ambiental, crescimento econômico e fortalecimento da economia de mercado. Esse tipo de pensamento vem ganhando força desde os anos 70 e foi fortalecido por alguns marcos históricos como: o lançamento do Relatório Brundtland em 1984; a Eco-92 que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992 e a criação de bancos de desenvolvimento e outros organismos com caráter “ambiental” como o Global Environment Facility (GEF) in 1991 (Bernstein, 2000). Neste sentido, se até os anos 70 o cuidado com a natureza era geralmente visto como algo que não combinava com a economia de mercado e com o desenvolvimento, e depois disso passou a ser colocado como algo que pode coexistir com o crescimento econômico e o mercado (Hartwick & Peet, 2003).

O termo “Economia Verde” tem se consolidado nos últimos anos para descrever medidas que organizem um crescimento e desenvolvimento econômico que atue contra o agravamento das mudanças climáticas, da perda da biodiversidade e outras questões ambientais. Não há uma definição canônica do que o termo significa, mas é possível entender seu sentido a partir de uma análise de como ele é utilizado na prática. A economia verde ganhou muita visibilidade a partir de 2008, no âmbito do Novo Acordo Verde Global (Global Green New Deal), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), que se insere dentro da Iniciativa para a Economia Verde (Green Economy Initiative), que envolve mais de vinte agências do sistema ONU. O termo é usado em diversos âmbitos: para justificar a necessidade do mercado de serviços ambientais e ecossistêmicos, na agricultura de baixo carbono ou “climaticamente inteligente”, nas patentes verdes, nos programas de transição para cidades verdes, dentre outros. (MORENO, 2018)

Autores como Moreno (2018), Oliveira (2022) e Fatheuer (2016) argumentam que o avanço de projetos de Economia Verde, notadamente no Sul Global, tem relação com a ampliação das barreiras da acumulação capitalista para novas esferas da natureza. Oliveira (2022) argumenta que, no Brasil, a economia verde tem sido uma via privilegiada para o mercado financeiro de retomada do crescimento econômico pós pandemia. Para ela, os países com florestas tropicais como o Brasil são alvos prioritários de um novo período econômico em que a noção de propriedade e valor está sendo recategorizada para ampliar fronteiras de circulação de mercadorias.

Os olhares da Ecologia Política e da reflexão sobre os Comuns são contribuições importantes para interpretar os projetos de Economia Verde. A Ecologia Política tem muito a dizer sobre as equações coloniais que sustentam essa lógica que coloca o Sul Global como território de compensação ambiental para os projetos de desenvolvimento do Norte.

Héctor Alimonda (2012), em sua caracterização do campo da ecologia política latino-americana, destaca que a natureza deste continente está persistentemente inserida em relações coloniais. Essa natureza como um todo (tanto humana como biofísica) aparecia para o pensamento hegemônico como um espaço subalterno disponível para exploração segundo as necessidades do regime de acumulação vigente.

Castro Herrera (1996) classifica a persistência da colonialidade da natureza na América Latina em duas grandes tendências que se desenvolveram depois do século XVI: i) uma tendência econômica que se refere à redistribuição e revalorização dos recursos naturais da região sempre em função das demandas geradas pelas metrópoles, o que explicaria o caráter predatório, especializado e descontínuo da exploração e ii) uma tendência tecnológica, referente à incapacidade da região de estabelecer por si mesma os financiamentos, meios, métodos, fontes de energia e os propósitos da exploração e seus recursos naturais.

A COP 26, que ocorreu no ano de 2021, foi marcada pela regulamentação, através de seu Artigo 6, de um mercado internacional de carbono. Assim, em breve será possível que um país que tenha cumprido sua meta de redução de emissões (NDC) venda o seu “excedente” para outra Parte que não tenha atingido seus próprios objetivos. Além disso, as Nações Unidas passam a gerir o mercado internacional de carbono, que possibilita o comércio de redução de emissões pelo setor público ou privado ao redor do mundo (FURTADO, 2021).

A criação de um mercado de emissões à nível internacional coloca questões sobre o avanço da mercantilização da natureza para novas esferas do mundo natural. O carbono (na figura da unidade *toneladas de CO₂*) se transforma em mercadoria global, com regimentos jurídicos e equações matemáticas que o justifiquem (MORENO, 2013). Para diferentes teóricos e teóricas da Ecologia Política, é importante considerar que a própria origem da economia de mercado foi baseada na transformação de seres humanos e não humanos em mercadorias. Essa noção ressignifica inclusive as lutas de resistência contra os processos de mercantilização que podem parecer aos olhos de alguns como um certo “primitivismo” ou uma “negação do progresso”, e coloca uma interpretação alternativa: a de que essas lutas são formas de resistência ao capitalismo, baseadas na defesa de formas de organização social para o uso e disposição comunitária dos recursos (ALIMONDA, 2012).

Para Moreno (2018), as novas formas de direitos de propriedade envolvidas no mercado de carbono são fundamentais para o funcionamento deste mercado. A partir do momento em que o carbono passa a ser uma forma regida pela lógica do direito de propriedade individual, se inicia um movimento de longo prazo com importantes implicações sociais e econômicas, levantando questões importantes para o debate sobre o clima. A autora - assim como outros autores, como Bogojevic (2013), afirmam que o processo de surgimento de mecanismos jurídicos que garantam o direito de alguns atores de comercializar carbono se assemelha ao processo histórico, descrito por Marx (2017) em *O Capital*, de expansão de direitos de propriedade individual sobre terras comunais na Europa do século XIX, que se baseou no cercamento dos bens comuns em um processo cheio de oposições e violências. Este processo, também conhecido como “*enclosures*” foi descrito por Polanyi (2001) como a base da expansão global do capitalismo.

Como Mascaro (2013) nos lembra, no regime capitalista, a apreensão tanto da força de trabalho quanto dos bens, inclusive materiais, não é mediada somente pela força bruta. A intermediação que realiza essa apropriação é feita pelo próprio Estado, sendo este uma ferramenta indispensável para a reprodução capitalista. As instituições jurídicas que se consolidam via o aparato estatal possibilitam a existência de mecanismos que mediam relações de apropriação. Neste sentido, Moreno (2018) argumenta que o Estado é uma ferramenta importante para a consolidação da métrica do carbono:

Na verdade, o terreno comum, e a ideia central do atual discurso ambiental dominante, é a motivação econômica de dar um “preço ao carbono” (SUMMERS, 2015). Em torno desta premissa básica é possível ter orçamentos de carbono, metas de carbono, mercados de carbono e direitos de carbono como uma commodity comercializável. Outra abordagem usa o imposto/taxa sobre o carbono para fundir os cidadãos aos Estados através da preocupação com o meio ambiente. A métrica do carbono não é apenas uma questão de discurso e debates políticos. Está sendo promovida no mundo concreto através do Estado de direito. (MORENO, 2018, p. 82)

Este panorama nos leva a concluir que vivemos um momento de avanço do mercado sobre novas esferas da natureza, através da criação de novas mercadorias e a exploração econômica de áreas até então inexploradas economicamente. Alimonda (2012) chama atenção para o fato de que há uma resistência ativa contra este movimento, colocando como protagonistas destas lutas o movimento indígena e os movimentos ambientalistas contemporâneos. Para o autor, a ecologia política deveria, deste ponto de vista, “honrar certas heranças do marxismo (como o materialismo, a dialética e a noção de crise), deixando de lado

postulados insustentáveis (a crença nas virtudes a no desenvolvimento das forças produtivas, a glorificação da tecnologia, e a classe operária como sujeito revolucionário único)” (ALIMONDA, 2012, p.11, tradução nossa)

No livro “Feitiçaria capitalista”, Isabelle Stengers e Phillipe Pignarre (2011) elaboram o conceito de “alternativas infernais”, que consistem no conjunto de proposições políticas que se afirmam como “incontornáveis”, fazendo parecer que não há saída política possível além da resignação a elas.

Agora encontramos estas alternativas em todos os lugares. Adaptar, 'reformular' o Estado de bem estar social se tornou uma obrigação ardente. Os sacrifícios são necessários, caso contrário, o financiamento da aposentadoria não será mais assegurado, ou os pagamentos da previdência se tornarão um poço sem fundo!

A aceitação se tornou um imperativo. A Europa tem que aceitar os alimentos transgênicos, ou perderá sua competitividade no mercado global, e seus pesquisadores desaparecerão em uma fuga de cérebros! Devemos aceitar a necessidade de manter os imigrantes ilegais fora por todos os meios disponíveis - não sejamos reticentes ou haverá uma catástrofe social, o colapso de nossos sistemas de seguridade social, o surgimento da extrema direita! Poderíamos continuar - cada um pode acrescentar seus próprios exemplos porque a lista é interminável. (Stengers, Pignarre; 2011, p.24)

O uso do conceito de alternativas infernais parece adequado nesta pesquisa, uma vez que a elaboração do campo da Ecologia Política nos demonstra que as soluções de mercado para a crise ambiental e climática têm se sobreposto à outras formas de imaginação política, como por exemplo a criação e expansão de Comuns. As alternativas infernais se aproximam do conceito de “falsas soluções” que movimentos socioambientalistas utilizam em seus discursos. Nesse sentido, parece importante adentrar nas potencialidades das lutas que se dão tendo o “Comum” como guia, o que ativa outras formas de imaginação política que não apenas aquelas chanceladas pelo mercado.

As narrativas de legitimação da economia verde, em geral, afirmam que estamos vivendo uma crise sem precedentes que precisa de respostas rápidas. A partir desse senso de urgência, fornecem soluções que vão de encontro aos seus interesses e visões de mundo, deslegitimando as demais práticas e propostas políticas que também existem para lidar com a crise ambiental. O mercado de carbono e demais instrumentos monetários são apresentados como indispensáveis, a partir de uma lógica onde o crescimento econômico capitalista e a preservação ambiental poderiam ser compatíveis. O argumento é o de que “só colocando um

preço” (no carbono, nos serviços ecossistêmicos e outros) seria possível criar as condições de salvar a humanidade.

No geral, os instrumentos de mercado precisam do apoio dos Estados e/ou de organismos multilaterais para se consolidarem. Temos visto que os Estados têm apoiado esses mecanismos, como fica claro na análise que precedeu essa sessão do texto, onde pontuamos como a legislação brasileira tem se adaptado para que os instrumentos de mercado sejam cada vez mais regulados. Ao mesmo tempo, flexibiliza-se instrumentos que comprovadamente eram eficientes na proteção do meio ambiente, como o antigo Código Florestal.

O que se apoia não são todas as políticas de cuidado com o meio ambiente, mas aquelas vinculadas ao mercado. Furtado (2012) afirma que “a mudança climática se tornou uma questão pública, mas não foi politizada; as narrativas dominantes ressaltam a urgência do tratamento da questão, a necessidade de um sujeito político anônimo, buscar formas de salvar o mundo, mudando para não mudar. Assim, a matriz discursiva baseada em imaginários apocalípticos, combinada com o fetichismo do CO₂ e a ideia do consensualismo em torno de um problema que é de todos, funciona como uma justificativa moral a mais do capitalismo” (FURTADO, 2012, p. 305).

O papel do chamado “terceiro setor” pode assumir muitas formas no âmbito da Economia Verde. Como demonstrou Fabrina Furtado (2015), é muito comum que grandes ONGs conservacionistas - como WWF, IUCN, Forest Trends e The Nature Conservancy - estejam envolvidas na promoção de mecanismos de mercado no tratamento da questão ambiental. Isso ocorre através de iniciativas próprias dessas organizações ou através da influência que elas exercem sobre projetos de leis e iniciativas públicas, como foi o caso do Sistema Estadual de Incentivos aos Serviços Ambientais no Acre.

Reconhecemos que esses mecanismos mercantis têm muito potencial de alterar o ordenamento do território, uma vez que incidem sobre a organização da terra, do trabalho e do tempo das comunidades. Podem ainda, em alguns casos, atuar para a protelação do reconhecimento dos direitos territoriais coletivos, na criminalização das práticas tradicionais e na redução do acesso das comunidades ao meio necessário para a reprodução de seu modo de vida. Nilce de Pontes, importante interlocutora dessa pesquisa, pontua que foi exatamente a preocupação de que isso pudesse acontecer que fez com que ela ponderasse junto à comunidade, como liderança, se iriam aceitar um projeto da ONG The Nature Conservancy.

Esse foi um projeto que se apresentou à comunidade em 2011, e que estava no escopo da “Iniciativa BNDES Mata Atlântica”¹⁹, um programa do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) que apoiava organizações para que estas realizassem restauração ecológica em territórios da Mata Atlântica. Na região da Barra do Turvo, a organização que foi selecionada para executar esse projeto foi a The Nature Conservancy (TNC), uma grande organização conservacionista que coordena muitos projetos de Economia Verde ao redor do mundo.

Não entraremos em detalhes desse projeto neste texto, mas julgamos importante registrar que, devido à falta de informação fornecida à comunidade sobre o projeto, Nilce, como liderança, organizou discussões coletivas que chegaram em um acordo sobre a não aceitação na participação. Essa disposição à recusa, ela coloca, tem a ver com seu processo de formação nos movimentos sociais, que já fazia ela olhar com desconfiança para projetos que se apresentam, mas que “não explicam muito bem realmente qual é a proposta”.

Karen Bakker (2010) em seu artigo “Os limites das naturezas neoliberais: debatendo o neoliberalismo verde” argumenta que a implantação dos mecanismos neoliberais na política ambiental dependem de processos de re-regulamentação das políticas. Isso quer dizer que é preciso refazer as políticas ambientais antigas e fazer novas, que estejam mais a favor da atuação do mercado. Por isso, esse momento é acompanhado por uma intensificação da atividade governamental facilitadora, o que refuta o argumento de que o neoliberalismo seria um modelo econômico que prescinde do Estado.

Nesse sentido, a autora coloca a necessidade de teorizar a emergência de diferentes políticas nos diferentes arranjos neoliberais. Experiências locais de neoliberalização da natureza refletem o papel das institucionalidade daquele local, além da política ambiental, dinâmicas econômicas e políticas, que se relacionam - mas não são totalmente definidos por - com o que acontece em escalas maiores.

Assim, se recusa a “neoliberalização” como tipo ideal a partir da demonstração do fato de que ela se manifesta como um conjunto de estratégias que variam a depender da situação. Por isso, se faz necessário desenvolver quadros de análise que considerem a dialética entre as especificidades da natureza e das institucionalidades locais com processos globais. Bakker (2010) também pontua que a neoliberalização da natureza serve à alienação e descolamento

¹⁹ É possível saber mais pela iniciativa através da sua página no site do BNDES. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/meio-ambiente/iniciativa-bndes-mata-atlantica>. Acesso em: 20 de set. 2023.

da “natureza” em sua relação com os seres humanos que a constituíram, além de alienar a economia e os mercados das relações sociais.

Hillenkamp (2021), inspirada em Bakker (2010), apresentou, no contexto do Colóquio Internacional “A Democracia no Brasil: violência e política”, uma tentativa de caracterização do que ocorreu no campo da neoliberalização da natureza durante o governo de Jair Bolsonaro no Brasil. Essa elaboração foi transformada pela autora na tabela 1 abaixo, que demonstra como o Estado tomou, no último período no Brasil, muitas ações favoráveis à mercantilização e financeirização da natureza:

Tabela 1 – Relações entre tipos de “socionaturezas” e dimensões de neoliberalização

Socionaturezas / Dimensões da neoliberalização	Matérias primas agropecuárias	Matérias primas minerais	Comunidades tradicionais	Parques e Unidades de conservação	Serviços ecossistêmicos
Re-regulação	Regularização fundiária em terras públicas (PL 2633/2020) Nova flexibilização do Código Florestal (PL 5.186/2019) Flexibilização do uso e da distribuição de agrotóxicos (PL 6299/2002)	Flexibilização do licenciamento ambiental (PL 3729/2004) Apoio ao garimpo artesanal (Decreto do 14/02/2022)	Marco temporal para demarcação de terras indígenas (PL 490/2007) Liberação de terras indígenas para mineração e outros usos industriais (PL 191/2020)		Política Nacional de PSA (Lei 14.119/2021) Regulação do mercado brasileiro de redução de emissões (PL 528/2021) Incentivos fiscais para economia de baixo carbono / captação de metano (PL 2148/2015)
Privatização	Novas invasões / regularizações de terras invadidas	Apropriação de novas terras (indígenas) e recursos para mineração	Concessão de UC sobrepostas com terras tradicionais Grandes investimentos para mineração em terras indígenas	Concessão de UC à iniciativa privada “Adopção” de Parques	Concessão de terras ou outras formas de restrição de uso em troca de PSA
Instituição de (pseudo-) mercados				Mercado de Parques e UC sob concessão privada como horizonte	Mercado voluntário de carbono e metano Compra de PSA por órgãos públicos (pseudo-mercado)
Externalização dos custos socioambientais	Danos socioambientais ignorados e ocultados (flexibilização do licenciamento, não fiscalização e “regularização” ambiental)		Danos ignorados e ocultados associados à perda de direitos	Privatização traz risco de prejuízo para a conservação	
Concerto socioambiental como lucro			Projetos de compensação ambiental em comunidades tradicionais	Investimento em UC para compensação e geração de créditos de carbono	Investimentos em créditos de carbono e metano
Redimensionamento da governança, articulação dos níveis	Leis estaduais de regularização fundiária	Repasse de licenciamento ambiental para o nível estadual		Concessão de parques estaduais	Posicionamento do Brasil no Mercado global do carbono Políticas estaduais de PSA

Fonte: Hillenkamp (2021)

As elaborações de Bakker (2010) são centrais para as análises que farei a seguir sobre os casos concretos de projetos no Vale do Ribeira. Isso porque eles não cumprem um “ideal-tipo” do que se poderia imaginar de um projeto de Economia Verde, no sentido de que nem todos partem diretamente da iniciativa privada, não geram ativos para o mercado financeiro e não representam a retirada de direitos territoriais - pelo menos não de forma direta. No entanto, eles também podem ser fenômenos que se baseiam em outros processos, como desregulamentação de mecanismos jurídicos e políticos e implementação de outros, no sentido de favorecer a economia de mercado; processos de privatização da natureza e instituição de novos mercados; e externalização dos custos ambientais.

Um dos acontecimentos na história recente do Brasil e que podemos considerar como um caso de re-regulação foi a mudança que o Código Florestal sofreu no Brasil em 2012. Autores como Moura (2014) e Packer (2015) afirmam que o processo de elaboração e o texto final do Código Florestal são resultados do movimento da luta de classes e da questão agrária e ambiental no Brasil. Para Moura (2014), ainda que para o público em geral o debate sobre o Código Florestal tenha parecido um debate entre ambientalistas e agronegócio, as questões centrais em disputa naquele momento tinham relação com a função social da terra e a soberania sobre os bens comuns.

As mudanças tiveram a ver, fundamentalmente, com uma série de interesses do agronegócio. Como demonstra Castilho (2012), a representação parlamentar do agronegócio no Congresso brasileiro aumentou muito no mandato 2010-2014, o que aumentou o poder do setor de aprovar projetos que o favoreçam. Essa maioria deveria ser aproveitada nesse período histórico para derrotar o Código Florestal anterior, uma vez que não é fácil fazer mudanças nesse tema, que mobiliza muitas camadas da sociedade civil organizada.

Um grande interesse do agronegócio naquele momento era criar a possibilidade de regularizar as explorações ilegais de Reserva Legal (RL) e Área de Proteção Permanente (APP) que aconteceram no período, além de possibilitar a possibilidade de exploração de áreas que, até então, estavam protegidas por lei. Além disso, o código de 2012 possibilitou um arcabouço legal favorável ao avanço de algumas formas do capitalismo verde, instituindo pela primeira vez os marcos do Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) no Brasil, e criando a Cota de Reserva Ambiental (CRA) que transforma a natureza em um título passível de ser transacionável no mercado financeiro.

Essas mudanças no Código Florestal mudaram também o mercado de compensações ambientais, que é precisamente o mercado em que uma das organizações estudadas para essa

pesquisa - a Iniciativa Verde - atua. Uma mudança significativa trazida pelo novo código foi a transformação da Cota de Reserva Florestal (CRF) para A Cota de Reserva Ambiental (CRA). Antes, a compensação de área de Reserva Legal de uma propriedade, em caso de inadequação ambiental, precisava ser realizada na mesma microbacia hidrográfica. Com o novo código, a compensação pode ser realizada em qualquer área do mesmo bioma, desde que seguindo alguns requisitos. Isso aumentou muito a possibilidade de fazer projetos de compensação para organizações como a Iniciativa Verde, e conseqüentemente coloca mais lugares como possíveis territórios de compensação: locais onde se estabelece uma relação humano-natureza baseada na lógica da compensação, que legitima a existência da exploração ou desmatamento de outros lugares. Esse argumento será demonstrado a seguir.

7.2. UMA RADIOGRAFIA DOS PROJETOS

Essa seção da pesquisa tem o objetivo de apresentar os principais projetos de compensação ambiental e economia verde que se desenvolvem hoje no Vale do Ribeira. O critério para eles terem sido escolhidos foi o fato de que foram os projetos mais citados pelas mulheres da RAMA no decorrer da pesquisa, por elas estarem diretamente envolvidas neles, ou por terem ouvido falar. O que todos têm em comum é que são projetos que privilegiam a participação da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais. Portanto, configuram casos privilegiados para a compreensão de como essas iniciativas envolvem também “os pequenos”: assim foi a forma como muitos interlocutores da pesquisa descreveram o público-alvo dos projetos.

Iniciamos a seção apresentando o caso do projeto Conexão Mata Atlântica, que não se desenvolveu especificamente na Barra do Turvo, mas abrangeu o território do Vale do Ribeira (dentre outros) e configura um dos maiores projetos de PSA públicos do Estado de São Paulo, o que faz com que compreendê-lo seja importante para captar alguns aspectos do rumo dessa política pública no estado. Em seguida, são discutidos os casos: i) dos projetos da organização não governamental Iniciativa Verde e do ii) PSA Juçara, projeto da Fundação Florestal, ligada à Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado de SP.

Em todas as análises, se buscou compreender os efeitos concretos que esses projetos causam nos territórios e na vida das pessoas que dele participam.

7.2.1. O CASO DO CONEXÃO MATA ATLÂNTICA

O Projeto Conexão Mata Atlântica é um dos projetos de Economia Verde que possuiu maior destaque e abrangência na região do Vale do Ribeira²⁰. Consiste em uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, que conta com financiamento internacional, por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O projeto iniciou sua atuação no Vale do Ribeira com a abertura de um edital para ações de recuperação e preservação de serviços ecossistêmicos na zona de amortecimento do Parque Estadual Serra do Mar, abrangendo os municípios de Peruíbe, Pedro de Toledo, Itariri e Miracatu. Ao todo, tem em torno de 700 beneficiários, a maioria no Vale do Paraíba, e uma minoria no Vale do Ribeira.

O projeto Conexão Mata Atlântica não tem o município da Barra do Turvo como território de atuação, mas é interessante fazer uma análise breve deste projeto uma vez que ele se desenvolve em outros lugares do mesmo território - o Vale do Ribeira - e porque, por ser um grande projeto de PSA envolvendo um órgão público, nos dá pistas sobre como esse tipo de projeto tem se desenvolvido recentemente através do financiamento por fundos internacionais.

Para fazer essa análise, realizamos uma larga pesquisa documental, além de uma entrevista com a coordenadora do Conexão Mata Atlântica e gestora pública com larga experiência em políticas de PSA²¹. Ela aportou com elementos para pensar as políticas de Pagamentos por Serviços Ambientais, mas também contextualizou quais são as principais políticas ambientais sendo desenvolvidas pela Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado nesse momento. Ainda que boa parte dessas políticas não se materializem em projetos ou programas no Vale do Ribeira, é interessante contá-las aqui para demonstrar os rumos que a política ambiental como um todo tem tomado no estado de São Paulo.

O projeto Conexão Mata Atlântica possui duas modalidades:

i) PSA Proteção, que visa proteger a vegetação nativa. Atualmente há 400 contratos nessa modalidade que foram selecionados via leilão reverso. Havia preferência por propostas da agricultura familiar, de grupos de agricultores, de propostas envolvidas com agroecologia,

²⁰ Para o edital do projeto onde a região do Vale do Ribeira está contemplada, ver: Projeto Recuperação e Proteção Dos Serviços Relacionados Ao Clima e à Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica Do Brasil (Projeto Conexão Mata Atlântica) - Pagamento Por Serviços Ambientais (PSA) Uso Múltiplo: https://smastr16.blob.core.windows.net/conexaomataatlantica/2019/03/edital_psa_006_2018.pdf

²¹ Entrevista foi realizada por mim junto à Heloise Prevost no âmbito do projeto GENgiBRe em abril de 2022.

dentre outros. Esses bônus foram criados como uma forma de “consertar” a forma de leilão reverso que, sem isso, olharia apenas para as propostas que fossem mais vantajosas economicamente para seleção. O valor recebido por hectare protegido varia conforme o tamanho da propriedade: quem tem áreas maiores recebe menos por hectare.

Ela pontua que os agricultores familiares participaram pouco, mesmo eles tendo se preocupado com o acesso deles ao edital e às condições de participação, por exemplo não fazendo o processo online, e disponibilizando ônibus das comunidades para o local onde estava sendo realizado o processo de cadastro. Ela cita um caso em que, mesmo disponibilizando ônibus, alguns não queriam ir porque o encontro era dentro da comunidade vizinha e havia tensões entre comunidades.

ii) PSA Uso Múltiplo, tem mais agricultores familiares e o recurso é destinado à benfeitorias na propriedade. Essa modalidade de PSA tem mais ATER a disposição.

Quando o agricultor entra nessa modalidade de PSA, se faz um diagnóstico de suas propriedades, avaliando alguns aspectos e conferindo “pontos” para cada um dos aspectos. Esses pontos iniciais já são convertidos em recurso, para que se inicie a promover mudanças, a partir de um plano de ação desenhado pela equipe técnica. Ao longo do tempo, a ATER acompanha se o plano está sendo realizado e vai conferindo pontos novamente. Há então um pagamento intermediário e um final. Nessa modalidade, mais produtores da agricultura familiar participaram.

A visão de PSA de uma coordenadora de projetos da SIMA

A entrevista com a coordenadora do projeto se iniciou com ela pontuando que, em sua visão, as políticas públicas no meio ambiente deveriam se orientar mais para a construção de arranjos produtivos de cada região para fortalecer uma dinâmica econômica local. Inserir o dinamismo econômico nos produtos da floresta a partir da conservação seria, para ela, uma forma dos agricultores “verem que conservação não é castigo”.

Essa visão por parte dos agricultores foi construída ao longo dos anos devido a abordagem repressiva e militarizada que a polícia ambiental utilizou e ainda utiliza no estado todo e especialmente na região do Vale do Ribeira, conforme a história descrita nas seções

anteriores dessa dissertação. Nesse sentido, ela é favorável à ideia de que os produtores rurais sejam vistos mais como parceiros da conservação, como atores que atuam em diversas frentes (agricultura, mas também silvicultura/conservação).

A visão do corpo técnico da secretaria sobre os temas da conservação ambiental e do papel dos agricultores nesta área começou a mudar há mais ou menos 15 anos. Segundo nossa interlocutora, os técnicos foram de certa forma obrigados a mudar sua perspectiva pois a abordagem fechada demais de conservação impunha muitas restrições ao trabalho, tornando difícil executar qualquer política.

Como um marco dessa mudança de mentalidade, ela comenta sobre o estudo que um estudante da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que atuou na SIMA realizou. O estudo consistia em uma análise econômica da produção agrícola de todas as unidades produtivas de uma determinada região, e concluiu-se nele que as unidades agrícolas com maior necessidade de adequação ambiental (topos de morros, matas ciliares etc) eram justamente as unidades menores, onde a agricultura familiar tinha o menor retorno econômico pela sua atividade produtiva. Então eles perceberam que apenas fiscalizar e punir os agricultores para que eles realizassem a adequação ambiental não seria suficiente, pois eles não possuíam o mínimo de recurso para realizar a adequação.

Foi depois de se debruçar sobre os resultados desse estudo que começaram a implantar o PSA como instrumento, inicialmente em um projeto de recuperação de matas ciliares. Na época, a empresa de água que abastecia o município em questão concordou em aportar recursos para o projeto, pois a empresa percebeu que o projeto melhoraria a qualidade da água de forma barata.

Percebe-se pela entrevista que os valores do “retorno econômico” e da “eficiência” são os norteadores do pensamento da gestão e, por consequência, das políticas públicas que ela esteve a frente na elaboração e execução.

É interessante relativizar essa fala com as conversas com as mulheres da RAMA participantes de projetos de PSA. Em suas falas, elas demonstram que a sua participação nesses projetos é vista mais como um complemento de renda, uma coisa necessária para propiciar sua permanência na terra. No entanto, sua vocação”, ou como elas dizem, “o que a gente faz”, é a agricultura. O projeto de PSA Juçara por exemplo, que será apresentado em mais detalhes a frente desse texto, foi visto com melhores olhos por elas porque foi implementado em áreas de suas terras onde não se pratica nem se pode praticar agricultura, como nas áreas de preservação ou de declive muito acentuado. Ou seja, a atividade de

reflorestamento é valorizada na medida que não impede a prática da agricultura e gera um ingresso a mais na renda familiar, o que é muito valorizado como um fator que aumenta a possibilidade de permanência em sua terra, ou seja, uma proteção contra a necessidade de precisar ir para a cidade viver.

A gestora avalia que o impacto real mais expressivo do projeto foi que, através dele, as pessoas passaram a ter acesso a ATER. No município de São Luis do Paraitinga, por exemplo, havia apenas um técnico na casa da agricultura, e o projeto levou mais dois para o município. Apesar de reconhecer que esse foi o principal impacto positivo, ela também afirma que “Estado nunca mais vai ter ATER, porque não é prioridade. Vamos ter que ter outra abordagem”.

É interessante se deter um pouco sobre essa afirmação. Segundo estudo do IPEA (2016). É verdade que a oferta de ATER por parte do Estado tem diminuído e sendo insuficiente não só em São Paulo, mas no país como um todo. Isso é uma questão histórica. Mesmo na época de maior oferta do serviço de assistência técnica e extensão rural no Brasil, quando ainda havia a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), a maior parte dos beneficiários da política já eram os médios e grandes produtores de commodities. Mesmo com a reconhecida importância da agricultura familiar para o país, nunca houve no Brasil um esforço de ampliar em massa a política pública de ATER para este público, até a criação da política pública de ATER, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em 2003. Ao contrário de outros estados, onde não há nenhuma estrutura de política estadual de ATER, o estado de São Paulo possui as Casas de Agricultura que tem essa função. No entanto, a oferta do serviço é bastante baixa.

Para Diesel et al (2021), em consonância com outros autores como Sabourin (2018) e Sauer et al (2019), o fim dos governos progressistas no Brasil, marcado pelo impeachment à presidenta Dilma Rousseff em 2016, está associado a um processo de desmantelamento das políticas públicas e iniciativas no sentido do desenvolvimento rural sustentável e solidário. Uma das facetas desse desmantelamento é a falta de apoio à Pnater e a extinção do MDA, importante instância geradora dessa política. No período do desmantelamento, a oferta do serviço de ATER caiu drasticamente, ao passo que ganharam força dentro do governo federal, na figura do MAPA, as figuras da “Ater Digital” e “Ater 5.0”, que seriam formas de ATER a distância, de forma digital. Também havia um foco em “aumentar o grau de mercantilização” da agricultura.

Esse fato, que ocorreu em esfera nacional, está em consonância com a tendência estadual de diminuição da demanda de ATER, o que geraria uma suposta necessidade de projetos como o Conexão Mata Atlântica para supri-la. No entanto, sabemos também que a transformação no ciclo de políticas públicas é dinâmica e está sujeita à força dos atores em cada momento histórico para construí-la.

Voltemos ao exemplo da esfera federal. Como notado por Diesel et al (2021), a forma de conceber políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela política de ATER até 2016, era mais voltada para a execução de uma política de “matriz freiriana”, em que o extensionista tem um papel de facilitar processos de conscientização e organização coletiva, além de produtiva. A concepção dessa política pública por parte do MAPA pós-2016 era bem diferente: a de integração dos produtores ao mercado e com forte apelo para que o serviço público fosse realizado de forma digital.

Para os autores, nesse período:

Pode-se identificar a ocorrência de um processo de reenquadramento com viés conservador na questão da assistência técnica e extensão rural, que acompanha o deslocamento da competência relativa à Política de Ater do MDA para o MAPA. (DIESEL, 2021, p. 623)

No entanto, no ano de 2023, com a reorganização do governo federal sob a presidência de Lula, o que ocorre é a recriação do MDA e a volta, ainda que lenta, da política de ATER como existia pré 2016. Isso demonstra o fato de que a existência e concepção da forma das políticas públicas está totalmente ligada à concepção do grupo que ocupa o espaço de poder em cada período histórico, e que políticas que deixaram de existir podem voltar à vida, seja seguindo a mesma forma, seja sofrendo alterações.

A relação do Conexão Mata Atlântica com empresas

A Coordenadora do projeto “Conexão Mata Atlântica” reiterou diversas vezes que, para ela, o PSA não é uma política em si, mas um instrumento que deve ser utilizado em algumas políticas, quando se julgar que ele é vantajoso.

O PSA é um instrumento para viabilizar objetivos ambientais que você queira. É para questões que precisam ser resolvidas, não tem um modelo único.

Como exemplos de PSA que foram criados para situações específicas, ela cita o programa de PSA Juçara, que foi concebido devido à preocupação com a extinção dessa

espécie em específico, e que é apresentado com mais detalhes na última sessão desse capítulo. Nesse sentido, nota-se uma diferença importante entre a forma como os projetos de PSA lidam com a conservação da natureza - priorizando uma espécie ou “serviço” - em relação à como a agroecologia pensa o cuidado com a natureza - priorizando a diversidade biológica e cultural. De um ponto de vista agroecológico, o cuidado com o ambiente é sempre um cuidado sistêmico que atua para a sustentação de todos os processos geradores da vida, não para a conservação de uma espécie específica (GLIESSMAN, 2000, p. 53).

Quando pautei a descontinuidade do Conexão Mata Atlântica (que acaba neste ano de 2023), a coordenadora comentou sobre outras organizações que têm atuado com os produtores que participaram do projeto, no sentido de dizer que estão aparecendo oportunidades de renda nos territórios que foram proporcionadas pelo projeto - que serviu como um tipo de porta de entrada para outras organizações - e que dão a possibilidade dos agricultores continuarem tendo uma renda extra depois do fim dos pagamentos do PSA.

Uma das organizações que atua nesse sentido é a The Nature Conservancy (TNC), que atua junto a agricultores que participaram do projeto no Vale do Paraíba. Esse projeto da TNC é financiado pelo Mercado Livre²², que o utiliza para compensar suas emissões de carbono, a partir da proteção da vegetação nativa. Também mencionou outro exemplo de empresa que está próxima aos agricultores que participaram do projeto, uma empresa de Macaúba, financiado pelo fundo de impacto da Vale, que faz contrato de parcerias com os agricultores por 20 anos. O que ela considera um problema é que estes mercados não conseguem solidificar a parceria com os agricultores porque estes, no geral, são muito reticentes a assinar contratos de longa duração, o que ela caracteriza como algo ruim: “eles não vêem que o contrato é uma segurança para eles também”.

No entanto, pode-se supor que as pessoas possuem seus motivos para não se sentirem confortáveis com a assinatura dos contratos. Primeiro, pelo fato de que nem todos têm familiaridade e total compreensão da linguagem jurídica. Dentre as próprias mulheres da RAMA, me foi relatado que seus familiares, então analfabetos, como é o caso de muitas pessoas idosas nestes territórios, já assinaram contratos que, sem saber, cediam direitos de terra para outras pessoas. O acesso à advogados que tenham familiaridade com esse tipo de documento não é a realidade da maior parte das pessoas, inclusive porque as estruturas dos sindicatos rurais, que poderiam cumprir esse papel, se encontram fragilizadas. Pode-se ainda

22

Disponível em: <https://www.tnc.org.br/conecte-se/comunicacao/noticias/restauracao-com-o-conservador-da-mantiqueira/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

em:

supor outras explicações para essa ressalva, como uma falta de previsibilidade sobre o futuro que torna difícil assumir o compromisso de um contrato de longo prazo, ou a falta de vínculo moral entre as duas partes do contrato, o que gera desconfiança e medo sobre a possibilidade de assumir dívidas.

Além disso, não são poucos os casos de contratos que colocam os agricultores em más condições. Para citar apenas um exemplo no campo de projetos da Economia Verde, de acordo com dados da FUNAI (BRASIL, 2012a), até março de 2012, mais de trinta etnias indígenas foram abordadas por empresas que tinham o objetivo de realizar contratos ilegais de REDD+. Ainda que nem todo contrato oferecido por empresas coloque os agricultores nessas situações, a grande quantidade de vezes em que isso acontece aliado à falta de assessoria aumenta a desconfiança em relação a esse tema.

7.2.2. OS PROJETOS DA ECONOMIA VERDE NA BARRA DO TURVO

Especificamente no município de Barra do Turvo, se desenvolvem duas principais iniciativas:

As iniciativas comandadas pela organização Iniciativa Verde²³ que, além da Barra do Turvo, atua nos municípios de Guapiara, Sete Barras e Cajati, todos do Vale do Ribeira. Segundo a própria organização, sua atividade principal é “o fomento à redução de emissões dos gases de efeito estufa (GEE) [...] em especial com a elaboração de inventários de emissões e com o sequestro de carbono por meio da recomposição florestal da Mata Atlântica”.

A segunda iniciativa, essa mais recente, é da Fundação Florestal – órgão ligado à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo –, o programa “PSA Juçara”, que se desenvolve nas zonas de amortecimento de diferentes UCs do Vale do Ribeira e do Parque Estadual da Serra do Mar. O programa pretende remunerar os quilombolas e agricultores que realizarem plantios da palmeira juçara durante o período de cinco anos²⁴.

²³ Disponível em: <https://www.iniciativaverde.org.br/quem-somos-organizacao.php>. Acesso em: 20 dez. 2023.

²⁴ Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/programas-e-campanhas/programa-juçara/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

7.2.2.1. OS PROJETOS DA INICIATIVA VERDE

A organização Iniciativa Verde tem sede em São Paulo e desenvolve dois principais tipos de projetos: i) os do programa Carbon Free, que estão no campo das compensações voluntárias de gases do efeito estufa, ou seja, é voltado para pessoas físicas e jurídicas que queiram “compensar” suas emissões financiando uma ação de restauração florestal, de forma voluntária. A organização faz o cálculo de gases de efeito estufa emitido por aquela pessoa ou organização, planeja um reflorestamento que seria capaz de absorver essa quantidade de gases da atmosfera, e realiza o plano mediante pagamento; ii) o programa Nascentes, que tem como objetivo atuar sobre a recuperação da vegetação nativa no Estado. Nesse programa, a organização recebe recursos de empresas e grandes proprietários que precisam cumprir Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs), e realiza planos de recuperação ambiental desses agentes. É uma forma mais facilitada de cumprir com a lei para as pessoas que precisam fazer projetos de compensação, pois os projetos de compensação da Iniciativa Verde já estão previamente aprovados pela SIMA e localizados em áreas prioritárias para restauração, como regiões de mananciais e Unidades de Conservação.

A organização também possui outros projetos, que tem uma abrangência menor ou ocorrem em um período de tempo limitado, como projetos de saneamento básico rural ou fomento à agroflorestas.

Uma entrevista chave para essa parte do trabalho foi com o presidente da organização. Encontrei com ele em algumas situações no contexto da pesquisa antes de entrevistá-lo diretamente, como por exemplo no Seminário de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, no início de 2023. Nessas situações, como porta voz da organização, sempre demonstrou defender instrumentos de conservação ambiental para o Vale do Ribeira que inserissem as comunidades, valorizando a agroecologia e os sistemas agroflorestais.

O entrevistado trabalha com temas relacionados à conservação desde o início dos anos 90, então no Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN), que depois foi extinto e incorporado à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Na época, trabalhou muito com a implementação da Lei da Mata Atlântica e com os conflitos que se estabeleceram no Parque Estadual do Jacupiranga (PEJ) entre o parque os moradores do território, em casos que geralmente envolviam extração ilegal de palmito e madeira e uma quantidade enorme de multas ambientais. Acompanhou a época o início de discussões sobre como resolver esses conflitos, que culminaram depois na criação do MOJAC.

A Iniciativa Verde foi criada no ano de 2006, mas ele só entrou na organização em 2011. Em sua criação, o objetivo da organização era criar um mecanismo voluntário de compensação ambiental, o que depois se tornou o programa *Carbon Free*.

Nessa época estava se acreditando mais no carbono para apoiar a restauração, tinha-se mais expectativa de que isso ia funcionar. Mas ainda era tudo muito teórico, então criaram um mecanismo voluntário, focando na restauração de matas ciliares.

Através desse mecanismo, a Iniciativa Verde realiza os cálculos de emissão de uma determinada empresa ou pessoa, e na sequência, mediante um pagamento, realiza um reflorestamento capaz de absorver da atmosfera a quantidade de gases de efeito estufa equivalente a que foi emitida. O programa era voltado para pessoas físicas e pequenas empresas, e os reflorestamentos eram realizados em áreas privadas ou públicas onde era preciso fazer recomposição ou aumento de mata ciliar. Seria, portanto, um mecanismo que simula o mercado de carbono, em pequena escala e sem gerar um título no mercado financeiro.

Isso se passava em um período de expectativa de que a criação do mercado de carbono estaria próxima, e de que esse tipo de instrumento seria o que garantiria a restauração das matas ciliares e demais espaços de conservação, porque não havia expectativa de que o Estado teria verba para essa política. Nota-se aqui o mesmo tipo de justificativa apresentada pela entrevistada da seção anterior, para justificar a inserção de mecanismos de mercado na compensação: a ideia de que o Estado não faria esse papel e que, portanto, a “única” saída seria permitir que o mercado cumprisse essa função.

Ao mesmo tempo, havia os projetos de instauração de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) em São Paulo, com financiamento do Global Environment Facility (GEF) e do Banco Mundial, com o Projeto de Recuperação de Matas Ciliares (PRMC), que também eram projetos “pilotos” de instauração desse tipo de mecanismo. A época, o PRMC era coordenado pela atual coordenadora do projeto Conexão Mata Atlântica e também entrevistada para essa pesquisa.

Até então, os projetos Carbon Free não se desenvolviam no Vale do Ribeira, e sim em áreas do estado de São Paulo com menor área de cobertura florestal (região dos municípios de Campinas e São Carlos), que necessitavam mais das ações de reflorestamento. Após 2011, a organização passou a trabalhar com outros editais, como do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), e alguns de caráter privado, como os do banco Itaú.

Com o recurso desses editais, passaram a pegar projetos maiores, e adentraram a região do Vale do Ribeira. Essa relação com o território do Vale foi possível através de relações prévias com o Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural (IDESC), com docentes da Universidade Estadual Paulista (UNESP), e com os servidores da Fundação Florestal e do MOJAC. Foram essas organizações que auxiliaram a Iniciativa Verde, em um primeiro momento, a localizar áreas que precisavam ser recuperadas no território.

Esse fato é importante para demonstrar a complexa relação entre órgãos públicos, organizações e empresas no território. Ainda que a Iniciativa Verde seja uma organização não governamental, o seu trabalho no território depende fundamentalmente da relação que a organização tem com órgãos públicos, que apoiam o trabalho da organização e estão sempre abertos para parcerias. O financiamento dos projetos de compensação se dá principalmente através de entes privados, que precisam pagar pelo seu processo de regularização ambiental.

Foi também através do recurso dos editais que a organização passou a trabalhar com Sistemas Agroflorestais e com saneamento rural, para além do reflorestamento. Isso abriu a oportunidade de a organização trabalhar com povos e comunidades tradicionais e com a agricultura familiar, uma vez que esse não era o público prioritário para os projetos de reflorestamento, mas sim para projetos de agrofloresta, na medida que a legislação permite que a recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) dessas terras pode ser realizada com sistemas agroflorestais que aumentam a cobertura florestal gerando alimento.

No Vale do Ribeira, para restaurar, só se pode restaurar área pública, dentro do Parque, ou APP e RL de fazendeiros. Se for com agricultor [*familiar*] tem que ser SAF, se não, não faz sentido. Tem que ter função social e econômica na mesma área.

O programa Carbon Free e os recursos de editais compõem parte do movimento econômico da organização, mas a principal fonte de entradas é o Programa Nascentes, que trabalha com empresas e pessoas que precisam realizar compensações obrigatórias, ou seja, obrigadas em lei para a realização de licenciamento ambiental.

Nesse esquema, as empresas são obrigadas a compensar o desmatamento que causaram em vegetações de estágio médio ou avançado, segundo a Lei da Mata Atlântica. Ao invés da empresa ou pessoa fazer um projeto próprio de reflorestamento para compensar o

que desmatou, pode-se comprar uma cota do projeto nascentes da Iniciativa Verde. A organização, por sua vez, tem diversos projetos de reflorestamento que estão cadastrados na Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, e podem vender cotas desses projetos aos interessados. Mediante pagamento, realiza-se o plantio e manutenção de uma cota, equivalente a área que o desmatador precisa compensar.

Só na Barra do Turvo, no interior do Parque Estadual do Rio Turvo, há 600 hectares dentro desse projeto de restauração. É o próprio Parque que diz para a Iniciativa Verde quais áreas precisam ser recuperadas e quais são prioritárias. O entrevistado localiza o início dessa relação com os parques da região com a época de instauração do MOJAC:

“Teve um consenso mínimo de que o parque sai e as pessoas ficam. Mas o que as pessoas vão fazer ali? A cadeia de restauração é uma opção, trabalhar com mudas. Já que o parque vai restaurar... a parte que continuou parque ficou com um monte de clareiras. O pessoal que trabalha na APA, na Reserva [*de Desenvolvimento Sustentável*], produz mudas e fornece pra cá. É um plano de manejo informal do parque, porque não tem plano de manejo até hoje. Algumas das lideranças locais entenderam que isso era interessante, não foi só o Estado e as ONGs. Aí foi se fortalecendo a rede de viveiros”.

“Então, no Vale nós temos projetos associados. O que leva o recurso é isso da compensação, mas aí lá no território faz-se um arranjo econômico. Já tinha um esforço do IDESC e da UNESP [...] nessa linha. Tá bom, deixou de ser parque, mas eu vou conseguir fazer agricultura aqui? Não tem dinheiro, não tem ATER, não tem mão de obra... ah, então, vocês podem fazer muda”.

“Então é uma fonte de emprego e renda mas tem um prazo, que é o prazo da recuperação. Esses projetos vão acabar quando tampar essas clareiras, o que vai acabar daqui alguns anos. Então é importante fortalecer a agrofloresta e a multifuncionalidade. Com restauração ela não vai ter renda o resto da vida, mas fortalecendo a atividade agroflorestral e agrícola dela na perspectiva da multifuncionalidade, isso é, de longo prazo.”

A cadeia da restauração criada pela Iniciativa Verde insere pessoas das comunidades em diferentes tipos de relação de trabalho. Há por volta de 5 homens do território da Barra do Turvo que viraram de fato pequenos empresários da restauração, abriram microempresas formais e através delas contratam pessoas das próprias comunidades para trabalhar na produção de mudas e nos reflorestamentos (desde o plantio até a manutenção das áreas pré-estabelecidas para que as plantas vigorem). A maioria das pessoas tem relação de trabalho com carteira assinada trabalhando nessas empresas locais de restauração que prestam serviço para a ONG. O próprio presidente da organização reconhece, sobre as pessoas que abriram as empresas, que “eles estão deixando de ser agricultores, são restauradores de tempo quase integral”. Isso se refere tanto ao ofício cotidiano quanto aos olhos do Estado, uma vez que

quem abre empresas em seu nome e contrata funcionários corre o risco de sair da condição de segurado especial como agricultor familiar do INSS, o que tira o direito de, no futuro, essas pessoas acessarem a aposentadoria rural, por exemplo.

Além destes cinco microempresários há pelo menos 20 agricultores que produzem e fornecem mudas para essas empresas. Destes, aproximadamente 3 são mulheres que também fazem parte da RAMA.

No decorrer de sua entrevista, o entrevistado falou muito sobre a necessidade de criar diferentes formas de renda para as comunidades envolvidas na restauração, uma vez que o trabalho de restauração tem um prazo para acabar: quando as áreas passíveis de serem reflorestadas na região, já estiverem cobertas. Considerando a larga experiência dele tanto no setor público quanto no setor privado na área dos mecanismos monetários de restauração, perguntei se ele achava que o mercado de carbono se apresentaria como oportunidade nesse sentido no próximo período. Então passou a argumentar o motivo pelo qual ele acredita que o mercado de carbono não se aproximaria do Vale do Ribeira com força no próximo período, pelo menos se ele se mantiver com as regras de hoje:²⁵

“Tinha um otimismo muito grande há 10, 15 anos atrás. Uma ideia de que isso seria uma forma de captar recursos internacionais. Tinha a questão do REDD, que foi desvirtuada, abaixou o preço do carbono, e é muito questionável se funciona ou não. Não paga o custo da restauração, então até por uma questão mercadológica a gente não entraria.”

Ele pontua que a iniciativa privada está se expandindo no setor, inclusive pelo otimismo de que o mercado de carbono seria regulado no Brasil em breve. Ele cita por exemplo duas das maiores empresas neste setor no Brasil, a Biofílica e Re.Green, e coloca que elas dizem estar fazendo restauração, mas na maior parte das vezes estão fazendo projetos de REDD+.

“Nós, as ONGs de restauração, somos procuradas, mas a gente não aceita. Primeiro por uma questão de mercado, a gente gasta muito pra fazer um projeto bem feito, pagando bem as pessoas, com padrão técnico, e eles não querem pagar [*o valor equivalente ao custo*]. Segundo, é papel de uma ONG fazer isso? É um debate interno que a gente faz, e a gente não tem ainda uma política, mas é uma questão ética, não tem consenso sobre se vamos participar ou não desse mercado. Eu tenho posição de que não deve. As grandes, como a TNC, tem mais noção pró - mercado. Terceiro, o REDD+

²⁵ Essa ressalva é importante uma vez que, como apresentado na seção 4.1. desse texto, novas políticas nesse campo estão sempre sendo desenhadas, o que muda também “as regras do jogo”.

abaixa o preço do carbono no mercado, então fica um mau negócio para a gente fazer restauração.”

“No meu ponto de vista, teria que ter benefício, adicionalidade, permanência, funcionar de verdade. Falta uma regulação do Estado brasileiro e dos atores também. Mesmo que a lei não proíba [*certos aspectos dos contratos*], as organizações e as comunidades têm que poder falar “eu só vou até aqui [...] Tem um debate grande sobre os direitos da população, se tá mesmo protegido, se tá mesmo prevenindo desmatamento. Teve reportagem do The Guardian sobre se isso funciona e a violação dos direitos.”

A reportagem a qual ele se refere na verdade faz parte de uma quantidade maior de reportagens jornalísticas que estão se produzindo sobre o tema recentemente, principalmente em relação à falta de transparência e fraudes envolvendo a certificadora Verra, que mostram que a empresa forjou resultados em 94% dos projetos analisados, criando “créditos fantasmas”. São notícias que abalam muito a credibilidade do mercado, uma vez esta seja a maior empresa padronizadora de créditos de carbono no mundo²⁶.

“Não pode cair na especulação mas não abrir mão desse recurso porque é uma dívida histórica e é um recurso que está aí para financiar a conversão [...] ver a dimensão do serviço ambiental da agrofloresta, por que não uma compensação ambiental servir para financiar agrofloresta? Isso é importante no projeto do PSA: Não proteger quem já está protegido, nem remunerar proprietário rico.”

São afirmações que demonstram que, do ponto de vista dele, assim como foi dito pela coordenadora do Conexão Mata Atlântica, os projetos de compensação ambiental poderiam servir de alguma maneira para fazer justiça econômica. É uma questão que poderia dar um longo debate, mas elementos importantes sobre a forma como as mulheres da RAMA vêm essa questão estão presentes na próxima seção dessa dissertação.

Ele colocou ainda que não há horizonte de ter projetos de crédito de carbono no Vale do Ribeira, porque, em sua forma de ver, não há espaço no território para isso:

“No Vale, resumindo, 1/3 da área é de proteção integral, 1/3 é de floresta que já é de alguém, e 1/3 já é agricultura ou pasto [*de fazendeiros que não se interessam pela conversão*]. O REDD+ não vale muito lá porque não tem área que a pessoa poderia desmatar e precisa de incentivo para não fazer isso. Além disso, são áreas pequenas, e não compensa em termos de escala

²⁶ Para saber mais, ver: “Vendas de ar: fraude e violência em mercados de carbono”. Artigo de Silvia Ribeiro. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/629113-vendas-de-ar-fraude-e-violencia-em-mercados-de-carbono>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

[...] Então, por que o REDD + não vale no Vale? Porque não pode ser desmatado mesmo, porque não teria adicionalidade. Já está protegido.”

No entanto, durante a pesquisa documental para a dissertação, identifiquei notícias sobre mercado de carbono na região vinculado ao projeto “Legado das águas” da Reserva Votorantim, no município de Miracatu. Sobre isso, ele diz que:

“Lá uma história muito específica, o Grupo Votorantim comprou muita terra a um tempo atrás que era para proteger as represas das hidrelétricas, e fazer reserva de valor. Agora querem fazer projeto lá, queriam fazer compensação de Reserva Legal [*de outras propriedades*] só que mesmo com o código de 2012 os proprietários não estão interessados em fazer reserva, porque o Programa de Regularização Ambiental (PRA) está esvaziado. Então, os donos querem que isso gere dinheiro, o grupo que controla o legado.”

Foi essa colocação que me fez pensar que as mudanças no Código Florestal poderiam representar uma importante fonte de projetos de compensação na região no período pós 2012. Nesse sentido, parto da análise da autora Karen Bakker (2010), que argumenta que projetos de neoliberalização da natureza dependem de mecanismos de re-regulação de políticas para se fortalecer.

Projetos que valorizam a especialização *versus* projetos que valorizam a biodiversidade

Durante a entrevista, falamos sobre como os projetos da Iniciativa Verde que envolvem as comunidades, têm uma lógica de produtos “estrela” ou “carro chefe” que aposta na produção de um tipo de produto para gerar renda. A meu ver, essa é uma das principais contradições entre o modo de funcionamento dos projetos de restauração ambiental sobre os quais essa pesquisa se debruçou, e a lógica da agroecologia da RAMA.

Para Wilkinson (2010), a questão dos mercados constitui um problema para a agricultura familiar, uma vez que o avanço do sistema capitalista torna as cadeias agroalimentares cada vez mais fortes. Essas são cadeias com altos níveis de competitividade, onde os agricultores que trabalham com menor escala de produção e menor infraestrutura tem menor possibilidade de inserção. Uma alternativa apresentada pelo próprio autor para contornar este problema é a inserção em mercados alternativos, não pautados pelos grandes mercados, como por exemplo os Grupos de Consumo Responsáveis, um exemplo de mercado que está mais adaptado à realidade da agricultura familiar, como é o caso da Rede Esparrama, apresentada no início dessa pesquisa.

Neste mesmo sentido, Ploeg (2016) coloca que os produtos deste tipo de agricultura circulam melhor em mercados alternativos e que “distribuí-los através dos mercados gerais resulta ser cada vez mais contraproducente, quando não impossível. Assim, um amplo leque de novos mecanismos para distribuição desses produtos e serviços vem sendo desenvolvido” (PLOEG, 2016, p.22). Ademais, os mercados aninhados diferem dos grandes mercados pelas [...] “suas dinâmicas, suas inter-relações, formas de governança, diferenciais de preços, mecanismos de distribuição e impacto geral” (PLOEG, 2016, p.23).

Essa literatura sobre a relação dos mercados com a agricultura familiar, em conjunto com a realidade analisada no trabalho de campo, possibilita uma análise das distintas lógicas de comercialização de produtos que tem sido propostas no território: de um lado, mercados baseados em produtos “carro chefe” que são oriundos dos projetos de compensação; de outro, mercados alternativos que funcionam de forma a abarcar a grande diversidade de alimentos produzida no território.

Para se aprofundar nesse assunto, apresento mais alguns dados oriundos dessa entrevista. O entrevistado contou de um episódio que se passou no território há alguns anos: um técnico da Fundação Florestal começou a levar mudas da fruta Cambuci para as comunidades plantarem - sob a justificativa de que é um fruto da região que quase não é mais visto, está ameaçado de extinção, e que fazer o plantio dele poderia ser interessante para repovoá-lo e gerar renda para os agricultores a partir da venda dos frutos-. Alguns produtores ficaram animados com a ideia. No entanto, sempre que se começa a produzir um tipo de produto em grande escala, cria-se o problema do mercado para escoar. Sobre um possível projeto financiado pela Fundação Banco do Brasil, ele coloca:

“com o “boom” do Cambuci os agricultores ficaram animados. A ideia é aumentar a capacidade tecnológica de produzir mudas, e vender as mudas frutíferas que tem valor agregado. Mas, o Cambuci foi inserido e gera um problema: “o que eu vou fazer com esse tanto de fruta?” A gente deu freezer pra congelar polpa, mas aí tem o problema da conta de luz. A gente precisa consertar as ações, uma ação isolada parece bacana e não é. A gente gosta de produzir polpa para manter a planta em pé, mas precisa conversar com outras organizações para organizar a cadeia [...] Gera conflitos também: se a gente dá a despoldadeira, quem vai ficar com a despoldadeira [*na comunidade*] ? [...] Acho que a gente fez certo de pensar nesses projetos, mas fica uma coisa voluntarista e deslocada; precisa pensar cadeia, pensar plano de negócios e etc.”

Nessa colocação, ele demonstra que a sua percepção sobre o não sucesso dos projetos é que “não há conversa com outras organizações para organizar a cadeia”. A análise é a de

que é um problema de mercado e falta de organização. Ainda que existam “mercados alternativos” que podem absorver um produto só, como por exemplo na lógica de certificado de origem ou *fair trade*, é interessante notar que a experiência de comercialização alternativa exitosa no território, através da Esparrama, é justamente uma alternativa que parte e valoriza a diversidade de alimentos.

A valorização da diversidade de alimentos tem relação, até antes da inserção em mercados, com um aumento da autossuficiência das famílias e comunidades em alimentos saudáveis. Como foi dito anteriormente na seção desse texto sobre a RAMA, as mulheres cultivam uma variedade enorme de alimentos e elas possuem um acordo coletivo de que a quantidade e qualidade de alimentação das suas casas é a prioridade, antes da comercialização. Além de ser um acordo, é um fato verificado através da análise das Cadernetas Agroecológicas²⁷ das mulheres da RAMA que elas praticam cotidianamente essa priorização do autoconsumo. Isso representa uma renda importante para as famílias, ainda que na forma não monetária, o que já é muito importante.

Telles et al (2020) realizaram pesquisa sobre as Cadernetas Agroecológicas de sete mulheres, pertencente a dois grupos diferentes da RAMA, no período de abril de 2017 a fevereiro de 2018. Segundo as cadernetas das mulheres do bairro Córrego da Onça, onde o valor total da produção de todas as agricultoras somadas totaliza R\$4.205,74, a produção para consumo é a mais relevante no sentido econômico, correspondendo a R\$3.019,30 ou quase 72% do valor total da produção. A análise das cadernetas de mulheres do Quilombo Terra Seca - Ribeirão Grande, embora revele um perfil de agricultoras distinto, também demonstra uma grande importância da produção para autoconsumo: dos R\$38.804,59 produzidos pelas agricultoras no período de anotação, R\$23.392,96 ou aproximadamente 60% advém da venda da produção. Em seguida vem o autoconsumo, que corresponde a 31% da produção.

Em relação ao mercado, é interessante notar que, no caso da Rede Esparrama, a diversidade de alimentos das mulheres é um fato celebrado e acolhido, e não visto como um problema. Para os consumidores dos grupos de consumo, ter acesso à uma grande variedade de alimentos é melhor pois se supre as necessidades de alimento comprando em um só lugar, o que poupa tempo e energia. Em uma compra da RAMA é possível garantir uma grande

²⁷ A Caderneta Agroecológica é um instrumento político e pedagógico que se baseia no monitoramento e registro da produção agroecológica das mulheres, concebido pelo Grupo de Trabalho (GT) Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

variedade de produtos in natura, remédios fitoterápicos, produtos de limpeza, queijos, geléias, doces e muitos outros. Especialmente na época da pandemia isso era visto como uma vantagem maior ainda, pois as pessoas garantiam muito do que precisavam em apenas uma saída de casa. Nos outros circuitos de comercialização, mesmo dentro das alternativas agroecológicas, é raro encontrar uma variedade de produtos de tipos diferentes como essa.

Esse caso demonstra que a lógica de produto carro chefe, que não valoriza as formas não monetárias da economia, ainda é dominante nos projetos de restauração ambiental da região, mas é uma lógica muito mais adaptada aos mercados convencionais capitalistas, o que faz com que seja difícil integrá-la à realidade das pessoas da região.

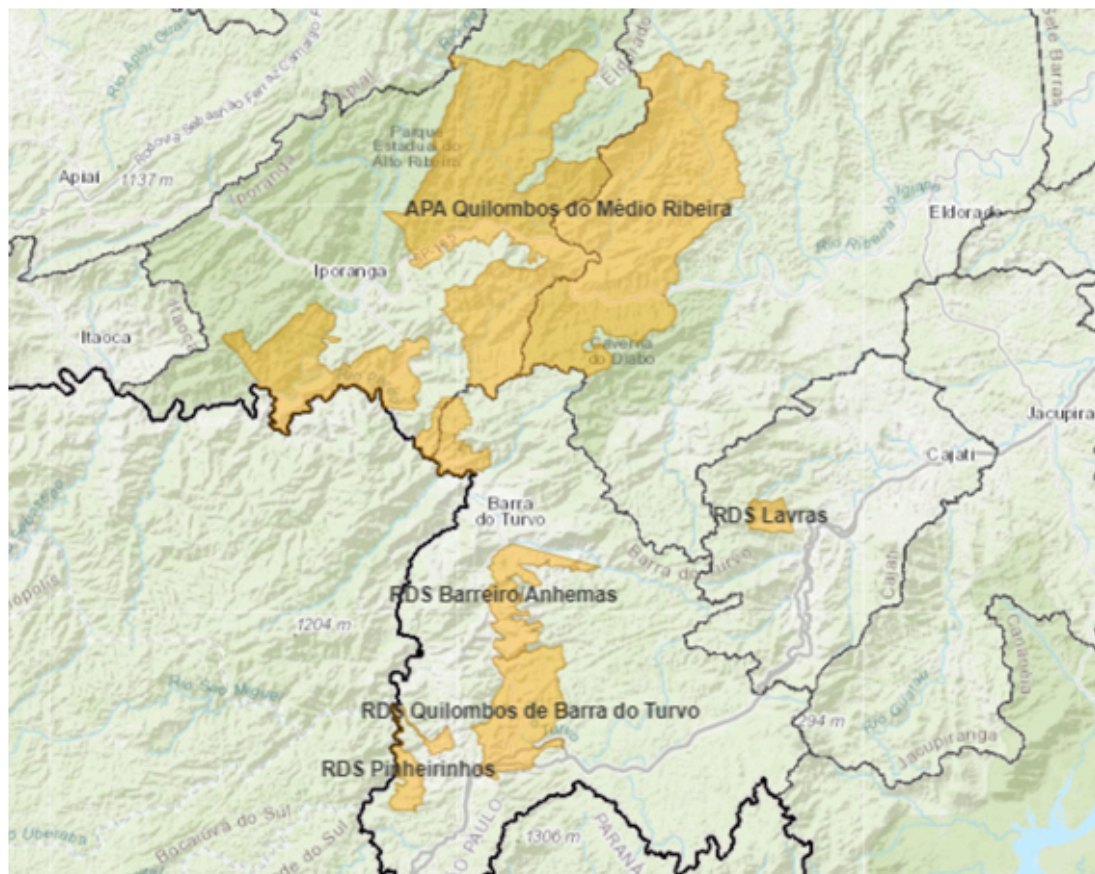
Sobre os limites de criar um mercado apenas para um produto, o coordenador da organização comenta sobre o programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) Juçara da Fundação Florestal. Ele coloca que neste momento em que a Fundação Florestal está remunerando bem os agricultores na compra de sementes da Juçara, a polpa está se transformando em um produto mais desvalorizado.

“A Fundação Florestal no PSA Juçara está pagando bem mais na semente de juçara, e isso desvaloriza a polpa, porque eles [*agricultores*] batem pra pegar a semente e as galinhas comem a polpa, gera desperdício de um alimento super rico. Mas é porque a gente faltou de um lado. O ideal é ter os dois lados organizados”.

Na sequência, comenta positivamente da experiência de uma agricultora da RAMA que participa dos projetos da Iniciativa Verde mas nunca abandonou a prática, tradicional em sua família, de produzir farinha de mandioca. Quando vai participar de feiras, leva tanto suas mudas quanto a farinha. Ela, assim como as outras mulheres da RAMA que participam dos projetos de compensação ambiental, estão envolvidas em muitas iniciativas distintas, o que faz com que elas tenham diferentes fontes de renda, uma boa estratégia para garantir estabilidade econômica. Assim, segundo o entrevistado, vê-se que a estratégia de ter a conservação dentro de uma lógica de multifuncionalidade tem sido presente, mas por iniciativa própria das pessoas de participarem de diversas iniciativas em busca de seu sustento e de alguma estabilidade da possibilidade de permanência na terra, e não porque os projetos de conservação em si têm proporcionado que isso ocorra.

7.2.2.2. O PSA JUÇARA

Figura 10 – Mapa da área de abrangência do PSA Juçara



Fonte: SIMA (2021) (Disponível em:

<https://www.infraestruturaambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/programas-e-campanhas/programa-juçara/psa-juçara/>)

Em relação ao programa de PSA Juçara, nos baseamos em pesquisa documental e também em entrevista realizada com a coordenadora do programa Juçara na Fundação Florestal.

O programa de PSA faz parte de um programa mais amplo, chamado programa Juçara, que tem em seu âmbito outras iniciativas, como as ações de repovoamento da palmeira Juçara nas Unidades de Conservação Estaduais e a compra de sementes da palmeira das comunidades da região. Já o PSA é um programa que remunera agricultores que realizem em suas áreas o plantio de, no mínimo, 1 hectare da palmeira, além de realizarem outras atividades. O contrato tem 5 anos, e o primeiro edital foi lançado no fim de 2021. O programa

de PSA abrange as Unidades de Conservação de Uso Sustentável: APA Quilombos do Médio Ribeira, RDS Quilombos de Barra do Turvo, RDS Barreiro / Anhemas, RDS Lavras, RDS Pinheirinhos, que estão localizadas nos municípios de Apiaí, Cajati, Barra do Turvo e Eldorado.

Antes mesmo da entrevista com a coordenadora do projeto, me chamava atenção que o programa PSA Juçara era relativamente bem avaliado por parte das mulheres da RAMA. Na entrevista, ela trouxe alguns elementos que explicitaram que este programa fora pensado de forma a mitigar alguns os aspectos mais negativos que os contratos de PSA apresentam no geral. Uma vez que o projeto é voltado especialmente para povos e comunidades tradicionais, com destaque para os quilombos, que são comunidades que têm a autonomia sobre seu território como um princípio muito caro, ele foi adaptado, em muitos aspectos, para esse público. Isso não faz com que ele seja isento de críticas de parte das pessoas das comunidades. A própria Nilce de Pontes, liderança quilombola que é uma importante interlocutora dessa pesquisa, coloca que para ela

“o PSA Juçara avança a proposta do conservacionismo e da recuperação ambiental com falta de diálogo e enquadrando o território, o que dificulta o pleno desenvolvimento dos territórios, de corpo e mente”

Ou seja, na perspectiva dela, apesar do projeto ter algumas diferenças objetivas em relação aos demais, ele continua sendo um projeto que está contra a autodeterminação e de um entendimento autônomo sobre a territorialidade das comunidades. Ela também relativiza o caráter “participativo” que o projeto alega ter, dizendo que, até onde ela acompanhou, as comunidades não foram verdadeiramente consultadas sobre a concepção do projeto. É importante, no entanto, reconhecer que esta é uma crítica circunscrita à figura da Nilce e mais algumas mulheres, que não se expande ao conjunto da RAMA, diferentemente de outras situações em que as mulheres têm um consenso maior na crítica.

Alguns aspectos que diferem esse projeto de outros projetos de economia verde são: i) o prazo do contrato não é longo, apenas 5 anos; ii) o retorno econômico oferecido é bastante atrativo, principalmente se comparado à média monetária que os trabalhos da região oferecem para a agricultura familiar iii) o contrato não possui nenhuma cláusula que diz sobre restrições em relação à posse ou ao uso da terra em si iv) as comunidades tem uma relação de longo prazo com a Fundação Florestal, desde a luta pela criação do MOJAC até as reuniões mensais nos conselhos das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Áreas de Proteção Permanente (APP), ou seja, tem proximidade e conferem algum grau de legitimidade à organização responsável pelo projeto; v) o fato de que muitas pessoas da região trabalharam

ou ainda trabalham - hoje, ilegalmente - com extração de palmito, e por isso tem conhecimento sobre a planta e se interessam pela possibilidade que o projeto oferece de que parte do palmito reflorestado possa ser consumido após 3 ciclos de infrutescências, desde que deixem 200 palmeiras na área, o que hoje é completamente proibido.

Tabela 2 – Remuneração mensal que uma pessoa que cultiva 2ha de palmeira recebe, durante todo o período do projeto

	MÊS 1 PARCELA INICIAL	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12 PARCELA FINAL
ANO 1	2.000,00	-	-	-	-	-	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00
ANO 2	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00
ANO 3	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00
ANO 4	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00
ANO 5	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	2.000,00

Fonte: SIMA

A coordenadora do projeto argumenta que as respostas das comunidades em relação ao projeto têm sido boas porque os espaços das reuniões de conselho de RDS e APA têm sido momentos de diálogo com o Estado, o que é uma coisa nova na região, porque “até então, era o Estado que pegava eles na mata pegando palmito e prendia”. Ela se refere ao fato de que principalmente antes da criação do MOJAC, quando a criminalização dos moradores da região era mais intensa, muitos foram presos por estarem extraíndo palmito da floresta, o que era uma fonte de renda, apesar de ilegal, bastante praticada na região em uma época de baixíssima oferta de emprego e pouca possibilidade de fazer agricultura. A Fundação Florestal tem pagado também pela compra de semente de juçara (R\$9,17 pelo kg da semente), o que oferece uma remuneração melhor do que vender hastes de palmito. Dessa maneira, é mais rentável vender sementes do que extrair palmito ilegal. Fica a questão sobre a perenidade disso, porque a Fundação Florestal não tem previsão de até quando comprará. No entanto, a ideia é que todo ano tenham editais do PSA Juçara, por pelo menos 10 anos, o que deve manter alguma demanda por sementes no médio prazo.

No mesmo sentido da entrevista com a coordenadora do Conexão Mata Atlântica, ela coloca que é preciso criar uma cadeia de comercialização da polpa da juçara para gerar retorno econômico para as famílias depois do fim do projeto. No entanto, no caso do PSA Juçara, a ideia da Fundação é criar um mercado alternativo para a polpa, mais vinculado à venda no âmbito do turismo de base comunitária do território e não a empresas. Como justificativa para essa escolha, ela diz que as empresas no geral remuneram mal.

“A ideia é eles venderem, sem colocar um agente privado como ator. Porque até tem uma marca que vende creme de Juçara que teve interesse de comprar polpa aqui em São Paulo, mas não teve aderência porque remuneravam muito mal. A ideia é que eles vendam no turismo de base comunitária, estudar alguma possibilidade de desidratar para não precisar manter refrigeradores... tem que dar a possibilidade deles se organizarem em cooperativa e planejarem o que eles vão vender. No Vale eles são muito organizados [...] nem todo lugar é assim.”

Outra diferença do projeto em relação à maioria dos projetos de Economia Verde é a fonte de financiamento. Ao contrário dos outros programas que se financiam através de fundos de bancos de desenvolvimento ou recursos privados, o recurso neste caso vem majoritariamente da câmara de compensação ambiental, e parte é de recurso orçamentário da Fundação Florestal. A entrevistada pontua que, em sua visão, faz sentido utilizar o recurso orçamentário para isso porque o PSA é uma forma de “atuar na causa da extração ilegal de palmito, e não gastar só com fiscalização”.

Sobre as regras do programa: os participantes precisavam plantar um mínimo de 600 palmeiras por hectare. Na maior parte das áreas, voluntariamente, as pessoas plantaram mais de 900 palmeiras, para ter uma margem de perda e continuar com 600 palmeiras mesmo se uma parte morresse. Se o requisito não é cumprido - quantidade mínima de palmeiras ou não participação nas atividades obrigatórias - há descontos nos pagamentos, e isso é averiguado nas visitas semestrais dos técnicos do projeto.

Um dado interessante sobre esse projeto é que o plantio das palmeiras poderia ser feito em monocultura, em sistema agroflorestal, ou no meio da mata nativa do sítio. A tabela 3 abaixo demonstra que a grande maioria dos participantes optou pelo enriquecimento da mata nativa. Essa estratégia é escolhida pois assim não se perde área do sítio que poderia ser utilizada para outras atividades: a palmeira fica no meio da mata, onde eles já não iriam realizar outra atividade, o que não compromete o uso do solo.

Tabela 3 – Uso do solo em relação à área e número de beneficiários

Uso do solo	Área (ha)*	Beneficiários
Bananal	4,28	3
Mata Nativa	234	88
Pupunha	3,13	2
Roça tradicional	14,06	4
SAF	6,07	3

*Área aproximada

Fonte: Documento interno SIMA.

Ainda que o programa de PSA Juçara possa ser alvo das críticas gerais que a literatura sobre esse tipo de programa traz (transforma atividades de cuidado com a natureza em mercadoria, impõe algum nível de vigilância e controle sobre as comunidades, impõe cláusulas contratuais das quais os participantes não podem sair sem sofrer sanções etc.), é interessante perceber que ele possui características que singulares que favorecem um pouco mais os participantes. A forma como as mulheres da RAMA entendem e planejam a participação delas nestes projetos será mais bem tratada no tópico a seguir.

8. CONFLITOS, CONCILIAÇÕES E A PERSPECTIVA FEMINISTA DO COMUM

Esse capítulo tem o objetivo de demonstrar como as realidades apresentadas até aqui se imbricam na escala do território. De um lado, consideramos a experiência de construção da agroecologia e de um sujeito coletivo da RAMA. Do outro, a gama de projetos de conservação e compensação ambiental que existem no território, incluem essas mulheres em seu funcionamento como agentes da compensação ambiental, mas possuem sua própria lógica.

Considero que boa parte da lógica de organização da RAMA está organizada ao redor da lógica do Comum e de um sistema econômico que se organiza para além do mercado, com um grande peso da produção para autoconsumo e das relações de troca, por exemplo. Por outro lado, a lógica dos projetos de compensação ambiental está mais relacionada à esfera mercantil. Isso não quer dizer que a lógica mercantil ameaça totalmente à esfera do Comum: as mulheres vão se reinventando neste território, atuando sobre as causas do problema da crise ambiental, e fazendo as conciliações necessárias no meio do caminho.

Um marco importante no debate sobre Comuns é a publicação em 1968 de “A tragédia dos comuns”, artigo de Garrett Hardin, na revista *Science*. Em seu trabalho, o autor defende que a privatização ou a forte regulação estatal seriam as duas únicas formas de cuidar dos recursos naturais e não levar a seu esgotamento. Essa teoria, que ganhou muitos adeptos à época mas posteriormente foi muito criticada pelos teóricos do Comum, se baseia no pressuposto de que o ser humano é auto interessado de forma inata, e não teria cuidado com os bens comuns - que não pertencem exclusivamente à ele - por este motivo. Para ele, a hipótese de que uma comunidade pudesse se unir para definir conjuntamente sobre seus recursos seria impossível, a menos na situação de um ambiente com baixíssima densidade populacional.

Neste debate trazido por Hardin, a cientista política Elinor Ostrom se tornaria a sua principal adversária. Com base em muitos estudos de caso, a obra desta autora investigou a capacidade de muitas comunidades de cooperar e construir instituições e seus sistemas próprios de gestão dos bens comuns. É o argumento central de seu principal livro “*Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*”, publicado em 1990, onde ela demonstra os casos de comunidades que fizeram a gestão de seus recursos Comuns sem confiá-los necessariamente nem ao Estado nem ao mercado. Nesses casos, seriam as próprias comunidades, por meio de regras próprias, que realizariam uma gestão melhor de seus

recursos. Para Subirats e Rendueles (2016), a abordagem de Ostrom construiu uma teoria que, quando posta à prova com os estudos de caso, demonstra que é possível estabelecer uma ecologia de relações em uma comunidade que atue para o incentivo à cooperação e não à competição entre os sujeitos. Ao contrário de Hardin, Ostrom considera que as pessoas criam e têm a capacidade de estabelecer acordos sobre seus recursos, e não que todas agem necessariamente, em todas as situações, só a favor de si próprios.

Alfredo Wagner Berno de Almeida (1989) ao refletir sobre a estrutura agrária brasileira, coloca que as modalidades de uso comum da terra são um aspecto frequentemente ignorado desta estrutura. Tal forma de viver se baseia em normas específicas estabelecidas no interior das relações sociais estabelecidas entre os grupos que compõem uma unidade social. O autor coloca que as terras de uso comum no Brasil nunca foram quantificadas e catalogadas. Por este motivo, não é possível afirmar qual é a extensão que elas ocupam no país, problema gerado a partir de uma falta de interesse prático para compreender este tipo de uso da terra, que seria visto como “obsoleto”. No entanto, apesar de ser uma modalidade de apropriação da terra que se desdobra marginalmente em relação ao capitalismo e à propriedade privada, a pesquisa do autor demonstra que é um fenômeno relativamente comum em muitas regiões do Brasil. Ao historicizar os sistemas de comuns no Brasil, o autor coloca que este é fenômeno fundado historicamente no processo de desagregação e decadência da plantation, compreendendo situações “em que os próprios proprietários entregaram, doaram formalmente ou abandonaram seus domínios face à derrocada” (Almeida, 1989; p. 172)

Os sistemas de uso comum estão sujeitos à pressão constante do mercado de terras, que anda de mãos dadas com o apossamento ilegítimo e da grilagem cartorial. Em termos gerais, no entanto, o que Alfredo Wagner observa é que o grau de solidariedade e vínculos sociais apresentado pelos camponeses nestas terras ainda tem mantido a manutenção dessa forma de ocupa-la, mesmo sob ameaças de conflito, considerando que estes domínios podem ser classificados hoje como uma das zonas de maior tensão social na estrutura agrária.

Juliana Malerba (2021) coloca que tanto os bens comuns quanto os Comuns são termos usados na contemporaneidade para nomear recursos e práticas compartilhadas e os meios de reprodução destes. A história dos termos tem relação com a luta contra os cercamentos e a construção da propriedade privada. No entanto, o conceito é utilizado na academia e nas lutas sociais para falar de processos contemporâneos de resistência à expansão das relações mercantis e da propriedade privada a todas as esferas da vida.

Sobre o conceito, autora ainda afirma:

“Além disso, a etimologia da palavra comuns nos informa sua origem latina, derivada da palavra *munus*, que significa “encargo, dever, ofício, tarefa”. Originalmente, comum significou “ato de repartir deveres em conjunto”, sendo uma expressão correlata ao conceito de reciprocidade, pois em *munus* a ideia de encargo é acompanhada do sentido de dom. Quem participa de um *munus* recebe um dom pelo qual se sente obrigado retribuir (Lipietz, 2012). Essa dimensão de socialização do trabalho e de prática coletiva presente na origem da palavra também tem possibilitado a construção de relações semânticas entre os antigos e os novos comuns.” (Malerba, 2021, p. 151)

Mais recentemente, há pelo menos duas décadas, o “Comum” vem sendo afirmado como princípio político dos movimentos de luta contra o capitalismo em sua versão neoliberal. Dardot e Laval (2017) usam o termo no sentido de designar “um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista” (p.18). Muitas lutas coletivas que se colocam contra as privatizações de todo o tipo são lutas que seguem a racionalidade política do Comum, buscando fundar formas coletivas e democráticas novas. Nestas lutas, busca-se por exemplo contrapor a ideia de recursos naturais à ideia de bens comuns, argumentando que a natureza vista como “recurso” estaria sendo colocada como mercadoria suscetível às leis do mercado, o que está no cerne justamente da crise ambiental; ao passo que o cuidado com a natureza dependeria da criação de relação não mercantis e anticapitalistas com esta.

Dardot e Laval (2017), ao se referirem a como o multilateralismo tem lidado com a questão climática através das COPs, afirmam que a humanidade está vivendo uma *tragédia do não comum*, visto que o tamanho da crise ambiental não faz com que políticas realmente efetivas para combatê-la sejam criadas, e o que segue em voga é “o confinamento dos dirigentes econômicos e políticos à lógica da competição mundial” (p. 14). Para os autores, a luta ecológica realmente consequente há de ser radicalmente anticapitalista, visto que é o modo de reprodução capitalista o principal causador de boa parte do desastre ambiental e climático que a humanidade vive.

Em diálogo com Dardot e Laval, Silvia Federici (2014) chama a atenção, ao falar dos Comuns, que estes foram a base da reprodução humana durante a maior parte da história, e que a propriedade privada e o poder do Estado que são uma inovação, do ponto de vista

histórico. A autora afirma que a teoria dos comuns – citando autores como Negri e Hardt (2000) no geral:

se centra muito mais em pensar as condições necessárias para sua existência do que nas possibilidades que os comuns já existentes podem oferecer, e seu potencial para criar formas de reprodução que nos permitam resistir à dependência do trabalho assalariado e à subordinação às relações capitalistas. (FEDERICI, 2014, p.151)

Neste sentido, a autora insere uma leitura feminista dos Comuns, que coloca ênfase na coletivização da terra e do trabalho de reprodução feito pelas mulheres em diferentes momentos históricos, como experiências de construção dos Comuns. A partir deste olhar, o trabalho coletivo na agricultura, principalmente para autoconsumo, troca e doação– em áreas rurais ou urbanas - é afirmado como um exemplo de construção do Comum, uma vez que resiste à dependência do mercado e do trabalho assalariado para a sustentabilidade da vida.

Federici também chama atenção para o fato de que, desde os anos 90, a categoria dos “Comuns” foi apropriada por projetos do Banco Mundial e de organismos multilaterais que, na realidade, funcionam a favor da privatização.

Sob o disfarce de proteger a biodiversidade e conservar os “comuns globais”, o Banco Mundial transformou florestas tropicais em reservas ecológicas e expulsou as populações que há séculos tiravam sustento delas, enquanto as tornava disponíveis para pessoas que não precisavam delas para sobreviver, mas podiam, por exemplo, pagar pelo ecoturismo [...] Os planejadores de desenvolvimento e os criadores de políticas públicas descobriram que, sob as condições corretas, um gerenciamento coletivo dos recursos naturais pode ser mais eficiente e menos conflituoso do que a privatização, e pode-se muito bem fazer os comuns produzirem para o mercado. Eles também reconheceram que, levada ao extremo, a comoditização das relações sociais tem consequências autodestrutivas. A extensão da forma-mercadoria a todas as esferas do tecido social promovida pelo neoliberalismo é um limite ideal para os ideólogos do capitalismo, mas é um projeto não apenas irrealizável como também indesejável do ponto de vista da reprodução a longo prazo do sistema. A acumulação capitalista é estruturalmente dependente da livre apropriação de imensas áreas de trabalho e recursos que precisam aparecer para o mercado como externalidades, como o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres, com o qual os empregadores contam para a reprodução da força de trabalho. (FEDERICI, 2019, p. 308)

Esta perspectiva do Comum coloca luz nas práticas que mulheres de comunidades do Vale do Ribeira vêm construindo nos mesmos territórios onde os projetos de Economia Verde se desenvolvem. A partir deste marco, levanto a hipótese de que a construção do Comum é

um processo constante nas práticas das agricultoras agroecológicas, por exemplo nos trabalhos coletivos em mutirão, nas trocas de saberes e na vivência no território a partir da propriedade coletiva da terra (que é o caso, por exemplo, das agricultoras quilombolas da RAMA). Esta construção do Comum pode se manifestar, na prática, em um processo de resistência à mercantilização, ao passo que amplia a noção do território como construção coletiva compartilhada. Essa resistência não se manifesta em uma forma “heróica” de luta, pois nem sempre geram embates frontais com os agentes da mercantilização da natureza, mas constroem formas alternativas de permanecer e viver do território.

Um tipo de análise social similar a esta pode ser encontrada na literatura que relaciona o tema das plantations coloniais com a resistência no *plot*²⁸. Silvia Wynter (1971), em “Novel and History, Plot and Plantation” descreve a dicotomia *plantation-plot* colocando que o sistema de *plot* - a “roça” cultivada pelas pessoas escravizadas para sua autossuficiência - foi o foco da resistência dos povos escravizados frente ao sistema de mercado e seus valores. Em seguida no mesmo texto também afirma que:

Agricultores africanos transplantaram para o plot toda a estrutura de valores das sociedades tradicionais Africanas, e a terra permaneceu como Terra - e a Terra era uma deusa; homens trabalham a terra para se alimentarem e para oferecer seus frutos [*de volta*] à Terra [...] ao redor do cultivo do que se planta para sobreviver, foi criado no plot uma *folk culture* - a base da ordem social. Essa cultura recriou valores tradicionais - valores de uso. Essa cultura baseou a guerrilha cultural da resistência ao sistema de plantation. (p. 100, tradução nossa)

Heynen (2020), em seus trabalhos sobre a Ilha Sapelo (Geórgia, Estados Unidos da América) relaciona a ideia dos Comuns com a questão racial, inspirada no pensamento de DuBois e em colaboração com a sua interlocutora de pesquisa, amiga e griô Cornelia Walker Bailey. Neste contexto de pesquisa, Heynen argumenta que a relação das pessoas desta localidade com a terra, uma vez que o direito à terra é tão negado a elas, se torna algo tão fundamental em seu discurso que o território deixa de ser algo que “abriga” seus modos de vida para se tornar, de fato, um ator. Assim, “o indivíduo, a comunidade, a terra estão totalmente ligados no processo de criar a história” (p.3). A partir deste olhar do território,

²⁸ O *plot* é definido por autores como Roane (2018) como o lugar de autonomia dos povos escravizados no sistema da plantation, onde era praticada a agricultura para autoconsumo, os rituais fúnebres e a elaboração de insurreições. Neste trabalho, será a partir de agora tratado como sinônimo de “roça”, em português.

Bailey apresenta a Heynen uma visão de Comum mais ligada a sua perspectiva racial que parte da agroecologia para criar uma forma de Comum em cima da ruína da plantation colonial que se torna um instrumento de resistência às ameaças de expulsão.

Heynen chama a atenção para o fato de que essa forma de pensar os Comuns vai além da concepção mais difundida na literatura, a partir de autores como Karl Polanyi e E.P. Thompson, que geralmente tratam a crise dos Comuns a partir de um marco europeu, relacionando-a aos cercamentos da terra que tomaram lugar na Inglaterra e na Alemanha na formação do sistema capitalista. A autora chama a atenção para as elaborações de DuBois sobre a cultura negra para pensar os Comuns a partir da perspectiva abolicionista defendida pelo autor, que afirma que a cultura negra em espaços religiosos, por exemplo, levam a práticas de expansão dos Comuns.

A autora também chama atenção para a elaboração de Woods (2009) sobre os Comuns, quando este afirma que o crescimento do mercado e da propriedade privada não apenas destrói Comuns, mas também é responsável por criá-los, por exemplo através das práticas do povo afro americano em resposta às restrições criadas pelos novos cercamentos. Nesse sentido, a criação de Comuns seria um processo permanente, que pode ser acionado por uma comunidade sempre que essa sentir que isso é necessário, por exemplo, através de práticas religiosas ou de novas experimentações territoriais. Para o autor, a comunidade afro-americana está constantemente recriando e re teorizando o Comum, expandindo as teorias no pensamento geográfico, por exemplo, a partir das experimentações.

Os Comuns e a agroecologia da RAMA

Em uma das conversas que tive com Nilce de Pontes no decorrer dessa pesquisa, ela colocou que as organizações que trazem projetos de Economia Verde para as comunidades rurais, muitas vezes, na prática, executam a política ambiental no município, tendo mais poder que o próprio poder público. Ao dizer isso, ela considera não só os casos que ocorreram na Barra do Turvo mas também outros casos, de outras comunidades, que ela teve contato por seu papel de liderança quilombola a nível nacional. Ela cita o exemplo em que representantes da ONG The Nature Conservancy, durante a execução do projeto no Vale do Ribeira - já citado no capítulo anterior deste texto - demonstrou ter uma relação próxima com gestores e funcionários da Fundação Florestal, que inseriram esta organização dentro das comunidades rurais, em contato com os moradores. Para ela, os órgãos públicos estariam desistindo de atuar

nas comunidades, ou transferindo e dando aval para organizações como a TNC executarem projetos sob a justificativa da falta de recurso público do Estado para isso. Esta realidade fez com que ela, como liderança, exigisse que a organização se reunisse com a comunidade em uma reunião, em que foi decidido, de forma coletiva, que eles não participaram do projeto.

Quando questionada sobre o porquê desta ação, ela colocou que as ações que a organização queria executar tinham relação com o plantio de árvores nativas para fins de compensação ambiental, usando a mão de obra da comunidade para a realização do plantio, mediante o pagamento de uma bolsa. A organização também exigia um contrato de arrendamento da terra onde o plantio de nativas fosse realizado. Como o quilombo é um território coletivo, entendeu-se que um contrato de arrendamento configura uma perda de soberania sobre o território, que teria uma parte temporariamente cedida para a organização. A negativa em assinar este contrato demonstra que a propriedade comum e a soberania foram princípios inegociáveis para aquela comunidade, naquele determinado momento; e que, em determinadas situações, esta liderança compreendeu que não há espaço para negociações.

Em outros momentos, outros projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) foram apresentados a esta comunidade. Mais recentemente, segundo esta liderança, devido à crise econômica e a ausência de políticas públicas voltadas para as populações rurais, as pessoas se tornaram mais suscetíveis a entrar em projetos que garantam alguma remuneração, ainda que mínima. Neste contexto, a questioneei sobre quais seriam, para ela, princípios inegociáveis, ou seja: coisas que um projeto de Economia Verde tem e que fariam com que ela não entrasse nele. Ela respondeu que não participaria de um projeto que coloca em risco a soberania de seu território (ou seja, que passa direitos de posse ou de uso, ainda que temporariamente, para outra pessoa que não a associação de quilombos, que representa o uso coletivo da terra). Ela também pontuou que não entraria em um projeto com um contrato de duração muito longa, que deixaria uma parte de seu trabalho e de seu território muito tempo “preso” sobre aquelas cláusulas. Outra preocupação trazida por ela foi a origem do recurso, por um princípio ético de não aceitar projetos que estejam vinculados ao mercado financeiro. Na prática, pouquíssimos projetos de Economia Verde que ela conheceu até agora não exigem alguma destas condições.

Essa reflexão reforça o argumento de que o histórico de luta das comunidades fez com que a Fundação Florestal elaborasse o PSA Juçara com regras que colocam a comunidade em condições melhores, fato assumido pela própria coordenadora do projeto. Os aspectos desse projeto já citados no capítulo anterior (quais sejam: período de realização curto, retorno

econômico considerável, não representar restrições de uso e posse do território, debate coletivo sobre a elaboração e execução do projeto nas reuniões das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, abertura da possibilidade de poder autoconsumir o palmito), são bastante diferentes da maioria dos projetos já analisados pela comunidade, o que representa que ao longo do tempo, estas conseguiram ir se constituindo como um sujeito político do território capaz de exigir certas condições na forma que é tratado pelo Estado.

Essa conversa com Nilce demonstrou como as lógicas da financeirização e da mercantilização são, na prática, opostas às lógicas da soberania e da autodeterminação, que vêm sendo defendidas por movimentos de povos e comunidades tradicionais. Em suas lutas, estes atores políticos colocam o princípio do Comum – do território e dos saberes – como algo inegociável, um princípio político anti privatizante que orienta suas ações.

Considerando a elaboração de Federici (2014) do Comum como algo que ocorre no processo de coletivização da terra e do trabalho de reprodução feito pelas mulheres em diferentes momentos históricos, é possível analisar muitos aspectos da organização da RAMA como experiências de construção do Comum. São exemplos disso: os mutirões que coletivizam o trabalho, propiciam trocas de saberes e possibilitam melhores condições objetivas de praticar a agricultura agroecológica; as relações econômicas de autoconsumo, troca e doação que constroem uma forte economia não monetária e diminui a dependência das mulheres em relação ao mercado para a reprodução social, a luta pela titulação das terras da “parte quilombola” da RAMA, que se alinha com a noção de que a terra e o território são bens Comuns que não devem entrar no mercado. São todas práticas políticas que se constituem como resistência cotidianas - como compreendido por Scott (1985) - às vezes até invisíveis aos olhos de muito, mas que tem construído cotidianamente a possibilidade das mulheres continuarem em seu território mantendo seu modo de vida e de trabalho, o que é um desafio cada vez maior em um período histórico de expansão neoliberal.

Também há de se considerar a relação da experiência da RAMA com a elaboração de autoras como Wynter (1971), Heynen (2020) e Woods (2009) que inserem a perspectiva racial nesse debate através do binômio plot-plantation. Pode-se considerar, segundo os dados de campo dessa pesquisa, que a RAMA constrói territórios de autonomia semelhantes ao plot. Ainda que essa pesquisa não tenha se debruçado sobre um debate racial das mulheres da RAMA, não é de se ignorar que a maioria das mulheres da rede são negras, sendo elas quilombolas ou afrodescendentes que vivem em bairros rurais. Frente à realidade de expansão da relação mercantil com o território que, apesar de estar inserido no mercado de

compensação ambiental, segue a lógica mercantil e homogeneizante da plantation, elas prezam pela afirmação de um modo de vida específico, de relação com o território a partir do trabalho comunitário, da luta territorial e de outra relação com a natureza que tem sido sintetizada pela bandeira da agroecologia.

Escala e diversidade

Ao comparar a concepção de conservação ambiental dos agentes “oficiais” da política ambiental com as práticas de fazer agricultura das mulheres, me ocorreu que o conceito de escala de Anna Tsing (2022, 2019) poderia ser interessante para marcar uma importante diferença entre as práticas destes dois grupos. A autora, em sua “teoria da não escalabilidade” demonstra como os ideais de modernidade e progresso tem no seu cerne a noção de “escalabilidade”, qual seja: a capacidade de expandir um modelo sem repensar seus elementos, formando “blocos uniformes prontos para a expansão futura” (Tsing, 2019, p. 175). Assim, projetos escaláveis são, de certa forma, avessos à sua própria transformação. Nas palavras da autora:

O aninhamento de precisão deve evitar os efeitos de transformação que distorcem o projeto. Como é possível manter os insumos dos projetos padronizados? Como mantê-los autossuficientes, incapazes de formar relacionamentos? Relacionamentos são vetores potenciais de transformação. Somente sem a indeterminação da transformação é possível aninhar escalas – isto é, mover de pequeno a grande sem refazer o design. (p. 177, 2019)

Um exemplo histórico paradigmático de projeto escalável é a plantation colonial: uma forma de produção concebida em uma situação historicamente determinada, que foi exportada como “modelo” para diversos locais do mundo.

Essa fórmula moldou um sonho que passamos a chamar de modernidade. Mesmo agora, vemos um traço de *plantation* em condições que consideramos modernas. A modernidade é, entre outras coisas, o triunfo da destreza técnica sobre a natureza. Este triunfo requer que a natureza seja limpa de relações sociais transformadoras, caso contrário, esta não poderia ser a matéria-prima da *techne*. A plantation mostra como é preciso criar terra nullius, a natureza sem reivindicações emaranhadas. Os emaranhamentos nativos, humanos e não humanos, devem ser extintos; refazer a paisagem é uma maneira de se livrar deles. (TSING, 2019, p. 186)

Um fato que tive contato em visita a um quilombo da Barra do Turvo ilustra como a noção de escala pode se aplicar a um fato que pode ser aprofundado em campo. Uma das

ações realizadas pela Fundação Florestal no programa Juçara, além do projeto de PSA, é a realização do repovoamento da Juçara nas Unidades de Conservação. Uma das formas de plantio usada para fazer isso tem sido a dispersão de sementes com o uso de helicópteros²⁹, para aumentar massivamente o povoamento da espécie. Em seus meios de comunicação, a narrativa dos órgãos ambientais em relação ao programa faz parecer que esta não é uma ação que poderia causar conflitos, mostrando apenas os aspectos positivos desta, ressaltando valores como o cuidado com a biodiversidade e a geração de renda para as comunidades locais através da construção de cadeias de mercado para comercialização da polpa da palmeira.

No entanto, em visita ao território em uma semana em que havia ocorrido uma “chuva de sementes”, Nilce de Pontes se mostrava profundamente incomodada com a ação. Muitas sementes haviam sido lançadas sobre a comunidade onde ela vive, assim como em comunidades vizinhas, segundo ela, sem aviso prévio. Para ela, a comunidade deveria ter soberania sobre o território inclusive em relação ao que é plantado em suas terras ou não. Assim, a ação de jogar sementes pelo ar sem aviso prévio parecia como um desrespeito e, nas palavras dela, estaria ligada a um racismo ambiental, que vê o território tradicional (localizado em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável) como um anexo da Unidade de Conservação, onde as regras são ditadas pelo Estado.

Ao falar sobre o assunto, ela também trouxe o fato de que historicamente as comunidades da Barra do Turvo foram duramente penalizadas e criminalizadas pela prática de extração do palmito juçara, mesmo quando este era destinado ao autoconsumo. Assim, a ação de plantar palmeiras em qualquer lugar contra sua vontade é uma forma de limitar seu uso da terra, uma vez que estas plantas não poderiam ser retiradas nem manejadas.

Quando perguntadas sobre sua relação com a palmeira Juçara, as mulheres mobilizam duras memórias de criminalização, como as ocasiões em que funcionários do Parque Estadual do Jacupiranga entravam armados nas casas da comunidade em busca de palmitos e, quando encontravam, levavam moradores presos. Porém, elas contam que antes disso, a palmeira era parte importante da dieta das famílias da região, e é um item culinário muito apreciado ainda hoje. Contudo, a parte apreciada da planta é o palmito, sendo que ninguém se alimenta do fruto. Os programas do Projeto Juçara, por sua vez, têm a inserção da parte do fruto na dieta e a sua comercialização como um componente importante.

²⁹

Disponível

em:

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2020/12/unidade-de-conservacao-paulista-r-ecebe-lancamento-aereo-de-sementes/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

O caso explicita como um mesmo lugar pode ser visto e construído territorialmente de formas diferentes desde “pontos de vista situados” diferentes. Tsing (2018) chama atenção para o fato de que importantes características de projetos escaláveis são a homogeneização e a não consideração da *relação* entre os elementos como parte constitutiva do projeto. Deste ponto de vista, é possível pensar que este projeto de repovoamento considera a palmeira juçara isolada da diversidade cultural e ecológica onde ela se reproduziu naturalmente ao longo dos anos.

O exemplo da plantation nos mostra como a escalabilidade nunca é completa. No caso da experiência colonial, a insubordinação do trabalho das pessoas escravizadas que frequentemente fugiam do trabalho escravo e formavam quilombos, é um exemplo de como projetos escaláveis não são plenamente realizáveis na realidade, com seus imprevistos e contingências. Ou, nos termos de Tsing (2019): “se o mundo ainda é diverso e dinâmico, é porque a escalabilidade nunca cumpre suas próprias promessas”. Relacionando essa reflexão com a das autoras que elaboram sobre o binômio plot-plantation, poderíamos seguir a afirmação de que o plot foi o espaço de liberdade onde um projeto autônomo, ligado à diversidade e à valorização da relação entre humanos e natureza, sempre se estabeleceu em contradição à plantation e à ideia de escalabilidade.

Outro conceito mobilizado por Tsing (2004) é o de fricção (ou atrito). A autora desenvolveu, ao longo dos anos 90, uma teoria da globalização que chama atenção para o fato de que os “globais” da globalização não são plenamente instaurados na escala local sem que haja algum “atrito”. Tsing coloca que, na realidade, os projetos “globais” só podem se materializar através do encontro e do engajamento nos mundos emergentes, e que os intentos da globalização são sempre contingentes, na medida em que, na prática, aliciam interesses heterogêneos.

Leticia Cesarino (2018) ao elaborar sobre o conceito, pontua: “Notar a fricção é permitir que o irregular e o inesperado façam parte de nossas histórias de história global. Mesmo os universais mais potentes só se consolidam na medida em que se engajam em histórias particulares. Esse processo de engajamento é a fricção” (p.3)

Em seu livro *Fricção: uma etnografia das conexões globais*, Anna Tsing (2004) aplica o conceito para analisar a política ambiental que se desenvolvia, a época, nas florestas da Indonésia. Nesta etnografia, Tsing trata de como a extração de madeira e a mineração nessas florestas são definidas pela fricção entre o capital transnacional e as políticas nacionais e regionais de fronteira. Ou seja, ao contrário do que o imaginário hegemônico da

globalização pode fazer parecer, o capital transnacional não determina de cima para baixo, de forma total, as políticas domésticas. Na realidade, as duas esferas se co determinam em articulação.

Neste sentido, Cesarino (2018) acrescenta:

O conceito de fricção nos lembra que encontros heterogêneos e desiguais podem levar a novos arranjos de poder e cultura. A fricção torna as conexões globais potentes e efetivas. A fricção mantém o poder global em movimento. Não obstante, a fricção refuta a mentira de que o poder global opera como uma máquina eficiente. A diferença pode perturbar, provocando pequenas falhas assim como catástrofes inesperadas. Às vezes, a diferença inspira insurreição. A fricção também pode ser a mosca no nariz do elefante. (p.5)

Essa perspectiva me parece rica para compreender a história do Vale do Ribeira a partir das alianças e diferentes histórias que o compõem, sem seguir uma narrativa hegemônica sobre o território, mas sim buscando compreender a história que se inscreve como resultado dos conflitos e negociações. Nesse sentido, a produção teórica sobre conflitos ambientais de autores como Acselrad (2004) também é uma lente de análise interessante para entender a realidade do território.

Os conflitos ambientais sempre se dão em contextos de apropriação de recursos do território, e se baseiam sobre as formas de apropriação e das condições de interação das comunidades do território com os recursos. Cada modelo de desenvolvimento possui suas dinâmicas conflitivas próprias, baseadas na preferência de certas práticas em detrimento de outras em função do regime de acumulação do momento. Os conflitos ambientais no Brasil são cada vez mais frequentes e ocupam cada vez mais espaço na cena pública porque colocam em questão a exploração crescente do meio ambiente que aprofunda a especialização do Brasil como um país primário exportador. (Acselrad, 2004)

É possível relacionar essa leitura sobre conflitos ambientais com a produção da Ecologia Política Feminista, que têm demonstrado o aumento de lutas feministas pelo território ao redor do mundo, que não partem de uma essencialização do vínculo das mulheres com a terra, mas sim pela aposta de que outro modelo de relação com a natureza é necessário e que as mulheres, em sua luta pela sustentabilidade da vida, tem sido as principais defensoras das terras e territórios do Sul Global (SVAMPA, 2021).

Neste mesmo campo, autoras como Harris (2015) afirmam a potência das práticas das mulheres em construir alternativas contra hegemônicas à governança ambiental do neoliberalismo promotor da Economia Verde. Para ela, as mulheres vinculadas às lutas

socioambientais estão relacionadas com um projeto ligado à ética do cuidado e da sustentabilidade da vida que se opõem ao modelo econômico dominante. Isso não estaria de forma alguma vinculado à uma essencialização das mulheres como cuidadoras “naturais”, e sim com uma constatação de que, devido a forma como a Divisão Sexual do Trabalho se organizou ao longo do tempo, as mulheres estabeleceram um contato mais próximo com a natureza em relação aos homens. Elas vivem a ecodependência de forma mais pronunciada seus territórios devido à relação que estabeleceram com a água, a terra e outros seres não humanos ao longo do tempo. Isso também estaria relacionado a uma ligação das mulheres com a economia não mercantil e, portanto, com a valorização de uma lógica econômica que se guia por outros elementos além do ganho monetário. É uma elaboração similar à da Economia Feminista (Orozco, 2021; Faria e Nobre, 2002; Moreno, 2018) que coloca que o projeto político do feminismo popular tem sido o de afirmar o paradigma da sustentabilidade da vida frente ao crescente conflito entre Capital e vida presente no capitalismo neoliberal.

Analisando os dados de campo dessa pesquisa fica claro que há um conflito importante em relação às formas de apropriação e condições de interação das comunidades com seus territórios na Barra do Turvo. Enquanto as mulheres da RAMA propõem uma construção territorial baseada no Comum e a garantia do acesso coletivo à terra, pautando uma forma própria de realizar a agroecologia; as organizações públicas e do terceiro setor reforçam o controle do Estado sobre o território na forma das Unidades de Conservação e pautam diversos mecanismos de controle, por exemplo através da necessidade de autorização para abrir roça de coivara e do estímulo para o cultivo de determinadas espécies em detrimento da diversidade.

No entanto, a história é marcada pelos conflitos mas também pelas “negociações” que são inerentes à esses conflitos, e que dependem da correlação de forças dentro de cada conflito para se estabelecer: a internalização da noção de agroecologia por partes das comunidades, por exemplo, está relacionada com a afirmação de um modelo de “convivência” com as Unidades de Conservação, que garantiria sua permanência no território, uma vez que estariam seguindo uma forma de fazer agricultura que se integra à natureza.

Em diálogo com Heynen (2020), poderia-se pensar, como hipótese, que a agroecologia seria um tipo de resistência (como um projeto não-escalável e ligado ao Comum) aos projetos escaláveis que se guiam sob a lógica da plantation, como os projetos da Economia Verde mais ligados ao mercado. Uma vez que as duas realidades convivem - muitas vezes, na vida de uma mesma agricultora - é certo que aspectos dos projetos se cruzam na vida das pessoas e até

mesmo na paisagem natural, como é o exemplo dos sítios que abrigam tanto roças agroecológicas como parcelas de projetos de compensação ambiental.

Um outro aspecto que pode ser entendido como resignificação por parte das mulheres de elementos do conflito para sua própria afirmação é o caso dos Viveiros Comunitários. Esses viveiros foram criados na ocasião da reorganização do PEJ e criação do MOJAC, pelos órgãos públicos em aliança com organizações como a Iniciativa Verde. A ideia era que as pessoas que vivem nas RDS pudessem ter uma fonte de renda ligada à compensação ambiental, vendendo as mudas para os projetos da Iniciativa Verde de recomposição das clareiras do Parque. Há algumas mulheres da RAMA que fazem parte dessa rede de viveiros.

Quando perguntadas sobre esse trabalho, elas colocam que a renda das mudas é significativa para elas, apesar de ser “uma renda que você não pode contar”, por ser muito instável. Quando um comprador aparece, precisando comprar uma grande quantidade de mudas para compensação ambiental, vendem quase tudo. Mas por vezes, ficam mais de um ano sem vender nada. Frente à essa flutuação, é o trabalho delas na agricultura para autoconsumo (que garante renda não monetária), junto às vendas para a rede Esparrama, são o que representam as fontes de renda mais estáveis. No entanto, não se pode ignorar que esse dinheiro das mudas, quando chega, é usado para coisas importantes para as mulheres, como compra de eletrodomésticos ou melhoria nas casas. Isso demonstra que, em geral, o PSA serve para as mulheres como uma possibilidade de diversificação das fontes de renda que está a serviço da permanência no campo.

Por último, é importante ressaltar que os trabalhos nos projetos de Economia Verde no geral são colocados pelas mulheres como uma “simples” fonte de renda: algo que não necessariamente elas gostam de fazer, que tem que ser visto com olhos de desconfiança, mas que às vezes garante as condições materiais para que elas possam continuar no território, sendo agricultoras. Elas também afirmam que depois que começaram a participar de atividades de formação e discussão sobre esse tema, promovidas pela SOF e por outros movimentos sociais, passaram até a negar algumas propostas de projetos que chegavam a elas. Isso demonstra uma ampliação para mais mulheres de uma capacidade de analisar criticamente as propostas, indagar os responsáveis pelos projetos, e dizer não quando não entendem direito sobre o que se trata. Nesse sentido também pode-se afirmar que a resistência das mulheres em relação à Economia Verde tem crescido. Não é uma resistência total, visto que elas fazem parte de alguns projetos às vezes, mas há uma resistência parcial que vem de um processo crescente de politização, no sentido de querer saber mais, ter iniciativa de

perguntar para outras pessoas sobre o projeto antes de aceitar, e de negar quando é o caso de algo ter parecido estranho a elas.

Ficou nítido também, em todas as conversas com mulheres que estão em projetos de Economia Verde, que participar deles é mais uma necessidade do que algo que elas gostem especialmente de fazer. No fim, é uma estratégia para compor diferentes fontes de renda e conseguir permanecer no território em um contexto de falta de políticas públicas, aprofundamento do neoliberalismo e de falta de meios de comercialização suficientes:

“Cada projeto, um incrementa o outro, e tudo é uma maneira de você viver no campo, porque hoje em dia as coisas estão tão difíceis... se você for para outro lado, você não vive no campo. Se não for assim, tem que trabalhar fora. Teve tanta gente que trabalhava no sítio e foi embora para Curitiba, não tem renda... as vezes você planta e perde tudo porque não tem para onde vender. Se vai comprar coisa no mercado, você se assusta. E as pessoas não têm salário, então vai comer o que?” (agricultora do grupo Mulheres do Cedro)

Por outro lado, quando as mesmas mulheres falam do que significa a RAMA para elas, aparecem muito mais elementos do que a simples fonte de renda possibilitada pela comercialização com a rede Esparrama, como fica claro em algumas citações de conversas que eu tive com mulheres da RAMA que estavam comparando seu trabalho na rede com as outras atividades que realizam:

"O projeto da RAMA é um projeto que você se compromete com o que você tem. Não tem que ter um ofício de 'prometi isso, tenho que bancar isso'. Acho que podia aumentar o comércio da RAMA. Mas assim, pode entrar vários tipos de projeto, mas da RAMA eu não saio. Porque é um comércio que assim... você já sabe o que você tem. Se pedirem, tudo bem. Se não pedirem, paciência, tudo bem também. Não adianta nada você querer competir com mercado grande, que tem contrato, e aí você tem que correr, podendo ou não, você tem que correr porque se comprometeu. E a RAMA não. Eu sei que eu tenho tanto, coloco aquele tanto, pronto [...] Eu gosto da RAMA pelo valor que dá pro produto da gente e pela pessoa que a gente é. O padre tava falando na igreja que há muito tempo, desde a antiguidade, dos tempos de lá, a mulher sempre foi desvalorizada, e há muito tempo já tinha pessoas lutando, lutando, por igualdade, independente de sexo, cor, raça... e o padre estava falando que essa política hoje está mudando, e que hoje tem muitas mulheres guerreiras que formaram um grupo, batalharam, e hoje estão lutando. Ele falou dessas mulheres que estão lutando, conquistando o mundo. E eu penso que nosso grupo é assim. Hoje tem muita gente que só pensa em comércio, e eu não penso só em comércio, eu tô pela descoberta que a gente teve desde que começou esse projeto. Porque vou ser bem sincera com você, eu sempre trabalhei na roça, mas nunca fui ligada à coisa de documento, tanto tempo trabalhando na roça e em 2016 que eu fui tirar nota produtora. Todo tempo que trabalhei foi perdido, não tem como provar

que eu trabalhava. E a gente nunca achava que precisava disso, e tem um monte de coisa que a gente tá tendo hoje. Isso tudo é conquista nossa. E eu sempre falo...em projeto você não tem que pensar só em ganhar. Você tem que pensar naquilo que pode se tornar no futuro para você. Porque hoje em dia é aquela coisa, aparece uma coisa grande e todo mundo quer ir para lá. Mas o negócio tá lá em cima, o pessoal se empolga, mas do mesmo jeito que começa, logo acaba. A RAMA é diferente porque o modelo de você trabalhar nela é você valorizar o que você já tinha e não valorizava. E valorizar a conquista, a conquista que as mulheres tiveram, de ter um caminhão que sobe para São Paulo. É uma novidade. Desde quando mulherada tinha isso? Caminhão da prefeitura rodando pra elas. É uma novidade. Tem mulher que não tinha nada, e hoje tem tudo. Começaram a se valorizar mais." (agricultora do grupo Mulheres do Cedro)

A afirmação dessa agricultora de que “A RAMA é diferente porque o modelo de você trabalhar nela é você valorizar o que você já tinha e não valorizava” se relaciona profundamente com a elaboração feminista sobre os Comuns. Frente ao avanço do mercado, da financeirização e das novas tecnologias, vivemos em um mundo em que se alega que a solução para os nossos problemas estaria ligada a esse “progresso”. O que o feminismo das mulheres da RAMA afirma é que na realidade, a sua solução para viver melhor está relacionada com valorizar as práticas históricas das mulheres, que sempre foram desvalorizadas: a aposta pela diversidade ecológica e pelo aprofundamento da relação com a natureza, as formas de trabalho e de vida não-mercantis, a construção de uma autossuficiência própria e da sua comunidade frente à ameaças externas, a valorização dos saberes e práticas que historicamente garantiram a sustentabilidade da vida deste território.

9. CONCLUSÕES

O intuito maior da realização dessa pesquisa foi compreender as lógicas de construção territorial e de relação com a natureza presente em dois tipos de articulações que se desenvolvem na região da Barra do Turvo, no Vale do Ribeira: por um lado, a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo (RAMA) e, por outro, as políticas ambientais do Estado de São Paulo, junto das iniciativas de uma organização do terceiro setor que atua há tempos na região, a Iniciativa Verde.

Ao fim do percurso da investigação, é possível afirmar que há lógicas distintas em jogo na construção de territórios nesse local, apesar dessas lógicas, por vezes, se sobreporem e influenciarem mutuamente. Falamos de território no sentido de Little (2018), como criação coletiva de um grupo para usar, controlar e se identificar com seu ambiente. Por isso consideramos que todo território surge da construção de territorialidade de um grupo social e por isso é um resultado histórico de processos sociais e políticos específicos. Nesse sentido, vimos que na Barra do Turvo há construções territoriais distintas: porque os diferentes grupos sociais abordados nesta pesquisa construíram seus territórios a sua maneira, a partir de sua própria cosmografia. Isso fica mais explicitado quando analisamos de forma mais detida as diferenças entre essas construções territoriais.

Há uma diferença importante entre a forma como a RAMA e a forma como o Estado e a Iniciativa Verde na relação com agrobiodiversidade, por exemplo. O projeto agroecológico da RAMA é extremamente biodiverso, como explicitado no capítulo sobre a rede. Ao mesmo tempo, os outros projetos- de Economia Verde e compensação ambiental - avaliados nessa pesquisa tem uma lógica de investir em um produto só, que seria o “carro chefe” da comercialização. Isso tem relação com a lógica econômica em jogo nos dois cenários, que também são diferentes. Do lado da RAMA opera uma lógica econômica que valoriza a produção que não tem o mercado como destino final, mas que tem uma capacidade forte de garantir a sustentabilidade da vida, no sentido da afirmação da economia feminista. Do lado dos outros projetos, opera a lógica mais mercantil que diz que para adentrar uma “cadeia de valor” - tipo de mercado valorizado por estes sujeitos - é preciso praticar a especialização produtiva.

É interessante notar que nesse caso, economia e relação com a natureza estão totalmente interligadas. A lógica econômica da especialização opera fortemente em uma tendência de homogeneização da paisagem, que se torna menos biodiversa para que a espécie

valorizada pelo mercado tenha predominância. Já a lógica da biodiversidade que está contida na agroecologia das mulheres se adequa à uma lógica econômica que valoriza a economia não monetária – que alimenta práticas de autoconsumo, trocas e doações - e que se insere preferencialmente em mercados alternativos, criados a partir de relações sociais que compreendem e apoiam a importância da agroecologia e da diversidade.

Vimos também que a RAMA tem uma lógica de funcionamento bastante baseada no princípio do Comum, tanto como forma de gestão de recursos como da articulação das práticas, no sentido expresso por Malerba (2021). Assim como os territórios, esse Comum não é estático, não está cristalizado no tempo: ele tem sido reinventado e reimaginado constantemente pelas mulheres envolvidas em práticas políticas alternativas, como a agroecologia, no sentido que teóricas do Comuns apontam ser uma característica de comunidades negras. A absorção do conceito de agroecologia pelas mulheres demonstra uma aposta em um tipo de Comum que se coloca contra à forma da plantation (que tem seus fios de continuidade nos dias de hoje nas monoculturas, megaprojetos e expulsões forçadas dos territórios) e afirma uma resistência territorial e cotidiana que se baseia na relação íntima com a natureza e no aumento da autonomia (Wynter, 1971; Heynen, 2020; Woods, 2009; Scott, 1985). Muitos elementos disso estão sintetizados em uma fala muito simples de uma das agricultoras da RAMA no contexto dessa pesquisa: “A RAMA é diferente porque o modelo de você trabalhar nela é você valorizar o que você já tinha e não valorizava”.

O maior exemplo disso abordado nessa pesquisa é o mutirão da RAMA, uma experiência de socialização do trabalho, troca de saberes e relação compartilhada com o território que foi inventada, da forma como é hoje, por elas em um experimento autônomo. É uma iniciativa que se inspira nos mutirões que sempre aconteceram na região, mas que se transformou para atuar no sentido da autonomia e da garantia da possibilidade de viver como agricultoras, com uma relativa independência do mercado, no sentido que Federici (2014) e Malerba (2021) aponta como característica de experiências de mulheres em todo o mundo.

Para além dos mutirões, a construção do Comum é um processo constante nas práticas das agricultoras agroecológicas nas trocas de saberes que realizam constantemente e na vivência no território a partir da propriedade coletiva da terra (que é o caso, por exemplo, das agricultoras quilombolas da RAMA, mas também de outras comunidades que compartilham áreas comuns de produção). Essa experiência se manifesta como uma resistência à mercantilização e à expulsão do território, ainda que não apareça como uma luta frontal com

os agentes econômicos, no sentido que Scott (1985) caracteriza as chamadas “formas cotidianas de resistência”.

Toda a experiência de construção da RAMA fez com que as mulheres fossem mais reconhecidas e pudessem, pouco a pouco, transformar alguns aspectos constitutivos das relações sociais de gênero. Vimos que a mudança na organização da Divisão Sexual do Trabalho segue sendo um desafio, mas que importantes passos no sentido da ampliação da autonomia já foram dados, como o aumento da autonomia econômica garantido pela comercialização na Rede Esparrama; o aumento da autonomia para ir em reuniões, viagens, cursos e outras atividades que exijam um deslocamento por longos períodos, além de outros efeitos que a organização das mulheres nos grupos de bairro proporciona, como a criação de relações de apoio mútuo em situações de violência contra a mulher.

Em relação às políticas ambientais do Estado e da Iniciativa Verde, um primeiro aspecto a ser ressaltado é a importância de perceber como processos nacionais e até globais de transformação afetam a escala local de formas bastante específicas. Vimos por exemplo como a alteração do Código Florestal em 2012 afetou toda a lógica da compensação ambiental no país, o que passou a fazer com que a atividade de compensação esteja mais presente em algumas experiências de construção territorial, como foi o caso na Barra do Turvo. As políticas climáticas e da Economia Verde que são desenhadas em espaços internacionais também criam legitimidade para ações a nível local, como o caso do Conexão Mata Atlântica.

No entanto, também é importante perceber que, na escala local, esses projetos não são simplesmente absorvidos pelas pessoas como um pacote fechado. Ainda que eles tenham forte potencial de transformar as dinâmicas territoriais, sociais, culturais e de trabalho do local em que eles chegam, também pode ocorrer algo semelhante com o que parte das agricultoras da RAMA fizeram dos projetos de PSA ou reflorestamento que participam: aderirem a eles por uma questão econômica, em um cenário de poucas alternativas de renda, sem deixar de construir as suas próprias experiências de relação com a natureza e de construção territorial a partir da agroecologia, por exemplo, de forma simultânea.

Ou seja, é uma realidade, demonstrada inclusive pelo campo dessa pesquisa, que os projetos de Economia Verde no geral não estão em consonância com os modos de vida das comunidades e suas experiências de construção no território. No entanto, para a maior parte da RAMA, participar destes projetos é uma necessidade frente ao avanço de uma economia neoliberal e de uma pressão constante pela migração, que exige que elas participem de diversas iniciativas para gerar renda e conseguir permanecer na terra. É uma saída que gera

sobrecarga de trabalho sobre as mulheres e possui diversos limites, mas, em última instância, nas condições atuais, é o que faz com que elas possam seguir vivendo em seu território, praticando a agroecologia e expandindo a lógica do Comum.

É importante ressaltar, no entanto, que essa “coexistência” de formas de relação com o território só é possível quando os projetos de mercantilização ou financeirização da natureza não impõem regras extremamente rígidas de controle territorial, do trabalho e dos modos de vida das pessoas, ou seja, quando algumas brechas ainda são possíveis. No caso do projeto da The Nature Conservancy apresentado às comunidades quilombolas da Barra do Turvo em 2011, por exemplo, houve um entendimento de que se tratava de um projeto ameaçador demais para a comunidade, sob diversos aspectos. Por isso, a decisão de negá-lo. Isso demonstra que foi-se criando, nas comunidades da região, uma capacidade de análise crítica dos projetos que faz com que elas tenham a capacidade de compreendê-los e decidir estrategicamente sobre sua participação. Essa capacidade vem do histórico de lutas dos movimentos sociais da região, particularmente representado por figuras de liderança como Nilce de Pontes do Quilombo Terra Seca-Ribeirão Grande, e têm se expandido para mais mulheres da RAMA que ao longo dos anos tem elevado sua capacidade de interpretação da realidade e de seu papel como sujeitos de uma forma de construção territorial específica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIMONDA, Héctor. Una introducción a la ecología política latinoamericana. In: Ramón Grosfoguel y Roberto Almanza Hernández (eds.), **Lugares descoloniales – Espacios de intervención en las Américas**. Bogotá: Editorial de la Pontificia Universidad Javeriana, 2012, p. 59-94.

ALMEIDA, A. W. B. de. “Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito.” Be-lém, Cadernos do Naea, n.10, p.163-96, 1989.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2001.

ALVAREZ, Sonia E. Advocating feminism: the Latin American feminist NGO’boom’. **International feminist journal of politics**, v. 1, n. 2, p. 181-209, 1999.

ANDRADE, Dayana. **O que é Agricultura Sintrópica?** 2019. Disponível em: <https://agendagotsch.com/pt/what-is-syntropic-farming/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BIASE, Laura De. **Agroecologia quilombola ou quilombo agroecológico? Dilemas agroflorestais e territorialização no Vale do Ribeira/SP**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-10112016-141204. Acesso em: 2022-06-19.

BIM, Ocimar José Batista. **Mosaico do Jacupiranga - Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.8.2012.tde-11012013-115542. Acesso em: 2022-06-19.

BRASIL. FUNAI. Esclarecimentos da Funai sobre atuação do mercado voluntário de REDD em Terras Indígenas. Brasília: DF, 2012a. Disponível em:

www.funai.gov.br/ultimas/noticias/2012/.../Esclarecimentos-REDD.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Lei Nº 14.119, de 13 de janeiro de 2023. (Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais)

BOGOJEVIC, Sanja. Emissions Trading Schemes: Markets, States and Law. 01 edition ed. Oxford: Bloomsbury Publishing plc, 2013.

CALLON, M. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado – o papel das redes sociotécnicas. In: PARENTE, A. (Org.) **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 64-90.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. 1995. **Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

CASTILHO, A. L. **Partido da terra**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, Franciléia Paula de. **Racismo e Sistemas Agroalimentares**. Editora CESE - COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO, 2022. 32 p.

CASTRO HERRERA, Guillermo. **Naturaleza y sociedad en la história de América Latina**. Panamá: CELA, 1996.

CESARINO, Letícia. “**Fricção (atrito)**”, por Anna Tsing. 2018. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2018/11/12/verbete-friccao-atrito-por-anna-tsing/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. de. Indigenous People, Traditional People, and Conservation in the Amazon. **Journal Of The American Academy Of Arts And Sciences**, v. 129, n. 2, p. 315-338, 2000.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. **Fighting Words: Black Women and the Search for Justice**. Minneapolis: Univ. of Minnesota, 1998.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**. São Paulo: Boitempo, 2017.

Diesel, Vivien; Neumann, Pedro Selvino; Dias, Marcelo Miná; Froehlich, José Marcos. Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento? **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, 2021, pp. 597-634. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-5>.

FATHEUER, Thomas; FUHR, Lili; UNMÜBIG, Barbara. **Crítica à Economia Verde**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. O Feminismo e as Políticas do Comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata (org.). **Feminismo, Economia e Política**. São Paulo: Sof Sempre Viva Organização Feminista, 2014. p. 1-160.

FURTADO, Fabrina. **O Clima do Negócio e o Negócio do Clima: cop 26: o paraíso das corporações**. COP – 26: o paraíso das Corporações. 2021. Disponível em: [corporacoes/](https://www.cop26.com.br/corporacoes/). Acesso em: 09 ago. 2022.

FRANCO, Vivian Ferreira. **Organização e trabalho do grupo de mulheres quilombolas “As Perobas” na produção de alimentos e na conservação da natureza, no Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, Barra do Turvo, São Paulo**. 2021. 105 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2021.

FURTADO, Fabrina. **REDD+, the carbon market and California-Acre-Chiapas Cooperation: Legalizing mechanisms of dispossession**. Amsterdam: Friends of the Earth International, 2017.

HARAWAY, Donna. (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5), 7–41. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

HARDING, Sandra. **Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, S.L., 1996.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

HERRERA FARFÁN, Nicolás Armando; LÓPEZ GUZMÁN, Lorena (Orgs.). **Ciencia, compromiso y cambio social**. Textos de Orlando Fals Borda. 1ª ed. Buenos Aires: El Colectivo - Lanzas y Letras - Extensión Libros. 2012. 460 p.

HEYNEN, Nik. “A plantation can be a commons”: re :earthing sapelo island through abolition ecology. **Antipode**, [S.L.], v. 53, n. 1, p. 95-114, 25 maio 2020. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/anti.12631>.

HILLENKAMP, I.; NOBRE, M. Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 167–194, 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11707. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11707>. Acesso em: 10 nov. 2022.

HILLENKAMP, Isabelle; LOBO, Natália. Resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede: a experiência da RAMA face à pandemia da Covid-19. In: MIRIAM NOBRE (São Paulo) (org.). **Um meio tempo preparando outro tempo**: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2021. p. 22-48.

HILLENKAMP, Isabelle, LOBO, Natália (2019), Mulheres jovens do campo traçando caminhos: aprendizados de uma “pesquisação”, Relatório de pesquisa, Paris, São Paulo, Institut de recherche pour le développement, SOF, <https://hal.ird.fr/ird-02307845v1>, Disponível em: <https://www.sof.org.br/mulheres-jovens-do-campo-tracando-caminhos-aprendizados-de-uma-pesquisacao>. Acesso em: 20 dez. 2023.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, set. 2007.

INGOLD, Tim. **Antropologia: Para que serve?** Editora Vozes, 1ª edição, 2019.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Cesar Nunes de Castro. **Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural**. Repositório IPEA, disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6492?mode=full>. Acesso em: 15 de set. de 2023.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: **Procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Turrialba: CATIE, 2002.

GUZMÁN CASADO, G.; MOLINA, M. G.; GUZMÁN, E. S. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madri: Mundi-Prensa, 2000.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure. **American Journal of Sociology**, v.91, n.3, p.481- 510, 1985.

KILL, Jutta. **REDD in Brazil - Two case studies on early forest carbon offset projects**. Dezembro 2014. Fundação Heinrich Böll, 56 páginas.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 251–290, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 18 nov. 2022.

LITTLE, Paul E. **Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

MALERBA, Julianna. Bens Comuns. In: DIAS, Alexandre Pessoa *et al* (org.). **DICIONÁRIO DE AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 149-156.

MARX, Karl; ENDERLE, Rubens. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MIES, Maria. “Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate em torno a la ciencia y la metodología feministas”. In: Eli Bartra (org.). **Debates em torno a uma metodologia feminista**. México, D.F.: UNAM, 1998, pp.:63-102.

MORENO, Camila Cunha. **A métrica do carbono e as novas equações coloniais**. 2018. 185 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

MORENO, Camila. Las ropas verdes del rey: la economía verde: una nueva fuente de acumulación primitiva. In: MIRIAM LANG (org.). **Alternativas al Capitalismo/Colonialismo del Siglo XXI**. Quito: Fundación Rosa Luxemburg/abya Yala, 2013. p. 63-100.

MOURA, L. H. G. Código Florestal: elementos sobre a expressão ambiental da luta de classes no Brasil. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-25, jun. 2014.

MUNARI, Lucia Chamlian. **Memória social e ecologia histórica**: a agricultura de coivara das populações quilombolas do vale do Ribeira e sua relação com a formação da mata atlântica local. 2010. Dissertação (Mestrado em Ecologia: Ecossistemas Terrestres e Aquáticos) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.41.2010.tde-07032010-134736. Acesso em: 2023-10-02.

NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; SAORI, Sheyla (Orgs.). **Experiências e desafios na construção de agendas feministas nos Territórios da Cidadania**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2015. 40 p. ISBN 978-85-86548-24-6.

O'CONNOR, James. **Causas Naturales – Ensayos de marxismo ecológico**. México, Siglo XXI, 2001.

OLIVEIRA, Tatiana. ASSETIZAÇÃO DA NATUREZA COMO RAZÃO DA EX-A-PROPRIAÇÃO NEOLIBERAL. In: MIOLA, Iagê Z. *et al* (ed.). **Finanças verdes no Brasil**: série direito, economia e sociedade.. São Paulo: Blucher, 2022. p. 1-322.

PACKER, L. **Novo Código Florestal & pagamentos por serviços ambientais: regime proprietário sobre os bens comuns**. Curitiba: Juruá, 2015.

PLOEG, J.D. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 21-52.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ROANE, J. T. Plotting the Black Commons. **Souls**, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 239-266, 3 jul. 2018. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10999949.2018.1532757>.

RODY, Thalita; TELLES, Liliam (Organizadoras). **Caderneta Agroecológica: O Saber e o Fazer das Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas**. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

ROSA, Leandro da Silva. **Os Quilombos do Vale do Ribeira e o Movimento Social: O Movimento de Ameaçados por Barragem do Vale do Ribeira (MOAB)**. 2007. 172 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/363e1ecb-6ca6-4c6b-8c3b-161ea685fc6f/content>. Acesso em: 10 set. 2023.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SCOTT, James C. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven; London: Yale University Press, 1985.

SÃO PAULO. **ICMS Ecológico-Secretaria do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp/cpla/politicas-publicas/icms-ecologico/>. Acesso em: 30 jun. 2012.

STEENBOCK, Walter (org.). **Agrofloresta, ecologia e sociedade**. Curitiba: Kairós, 2013.

STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. **Capitalist Sorcery: breaking the spell**. Londres: Palgrave Macmillan, 2011.

SUMMERS, Lawrence. **Let this be the year when we put a proper price on carbon**. Financial Times, [s. l.], 2015. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/10cb1a60-9277-11e4-a1fd-00144feabdc0>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila; CASTRO, Nayara. Caderneta Agroecológica: uma perspectiva feminista sobre a economia das agricultoras de Barra do Turvo, SP. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe**, Sergipe, v. 2, n. 15, p. 1-6, jul. 2020.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Friction: an ethnography of global connection**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

WEITZMAN, R. “Documentos” e “procedimentos técnicos”: saberes e métodos em disputa na UHE-Tucuruí. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 46, 16 out. 2019.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

WYNTER, Sylvia. Novel and History, Plot and Plantation. **Savacou**, v. 1, n. 5, p. 95-103, jun. 1971.

WOODS, Clyde. **Comments on Neil Smith’s Uneven Development 25 Years Later**. Las Vegas, mar. 2009.

ZULUAGA SÁNCHEZ, Gloria Patricia; CATACTORA-VARGAS, Georgina; SILIPRANDI, Emma (org.). **Agroecología en femenino. Reflexiones a partir de nuestras experiencias**. La Paz, Bolivia: SOCLA, CLACSO, 2018.